



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**Semioses em discursos jornalísticos:
a discursividade jornalística dogmatizada**

Marcos Reche Ávila

**BRASÍLIA - DF
2019**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**Semioses em discursos jornalísticos:
a discursividade jornalística dogmatizada**

Marcos Reche Ávila

Trabalho apresentado à Banca Examinadora de
Exame de Dissertação como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em
Comunicação.
Linha de pesquisa: Teorias e Tecnologias da
Comunicação.
Orientador: Prof. Pedro Russi

**BRASÍLIA - DF
2019**

Marcos Reche Ávila

**Semioses em discursos jornalísticos:
a discursividade jornalística dogmatizada**

Trabalho apresentado à Banca Examinadora de
Exame de Dissertação como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em
Comunicação.

Banca examinadora:

Prof. Pedro Russi – PPGCom FAC/ UnB
Orientador

Prof. Sérgio Ribeiro de Aguiar Santos – FAC/ UnB
Membro

Prof. Alexandre Rocha da Silva – Decom/ Ufrgs
Membro

Profa. Rafiza Luziani Varão Ribeiro Carvalho – FAC/UnB
Membro Suplente

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma maneira me ajudaram nesta caminhada. Agradeço a oportunidade de receber a bolsa, muito embora viver em Brasília ou mesmo sobreviver não seja uma tarefa fácil. Nesse sentido, mesmo recebendo a bolsa ainda tive auxílio do meu alicerce não apenas financeiro nestes momentos, mas meu alicerce de fundação que mantém-me firme em muitas situações: minha mãe. Sem minha mãe nada disso teria sido possível. Por último, mas não menos importante, meu agradecimento ao amigo que acreditou em mim, mesmo quando nem eu mais acreditava, muito obrigado, Pedro. Agradeço por não ter desistido, mesmo quando eu quis desistir. Finalizando... obrigado *cosmo-energia* de Brasília. Eu nunca havia vivido nada parecido até esses últimos anos, o que veio pro bem e o que veio pro mau. As afetividades nesta experiência durante o período que residi em Brasília pra realizar o mestrado são os maiores ganhos que eu pude ter nesse percurso, ainda mais sem ter desejado ou esperado. Foram presentes. Um último agradecimento ao Pedro, por ter encarado esse mestrado comigo, porque eu sei que meus colegas doutorandos orientados por ele estão andando de elevador, enquanto eu tive de subir a escada de dois em dois degraus pra tentar manter um mesmo nível de discussão, quando o assunto está ligado a experiência com pós-graduação. Imagino que não deva ter sido uma orientação muito suave. Agradeço também as pessoas que fazem a FAC acontecer e zelam pelo seu funcionamento.

“A preguiça é a mãe do progresso. Se o homem não tivesse preguiça de caminhar, não teria inventado a roda”.

Mario Quintana

RESUMO

Este trabalho é uma discussão sobre o sistema linguístico do jornalismo nas lógicas que compõem o seu cerne. São levantados questionamentos sobre sua forma textual e as possibilidades em ações, tendo as ações como aquilo que se comunica através do texto. São, então as ações englobadas pela forma do texto: aquilo que se diz. O contexto, portanto, tem centralidade conceitual neste trabalho, sendo posto em relação com o texto. Foram utilizados como principais referências o linguista crítico Foucault intitulado por algum motivo como filósofo nos anais da história e o linguista Bakhtin também intitulado por algum motivo como filósofo nos anais da história. Ambos trabalham focados nas ações através da língua, estudando a processualidade dela. Foucault vem a ser importante por toda sua construção lógica e crítica do funcionamento da língua e a proposição analítica de que apenas a genealogia sem a crítica não serve a uma análise eficaz dos processos lógicos das discursividades. Bakhtin, em sua translinguística, nos oferece a ideia de que um texto nunca deve ser analisado fora de (ou sem) o seu contexto, sendo a enunciação para ele não apenas a produção de sentido gramatical em uma oração, mas a ação daquilo que se constitui com a formulação completa de um discurso, o que chama conceitualmente de diálogo, já que o autor entende que carregamos conosco vozes sociais e isto nos torna invariavelmente indivíduos sociais sempre em relações uns com os outros e os discursos que proferimos ou registramos em escrita são diálogos resultantes das nossas relações com as vozes sociais que carregamos. A comunicação é o propósito da discursividade para Bakhtin, assim como para Foucault. Desta maneira, o interesse neste trabalho é estudar discursos e lógicas discursivas no jornalismo que acabam por constituir-se em discursos de cunho, em algum nível, dogmático, sendo o dogma uma verdade inquestionável.

Palavras-chave: Dogma. Discurso. Diálogo. Jornalismo.

ABSTRACT

This work is a debate regarding the linguistic system of journalism in the logics that sets its core up. Questions are made regarding its textual form and possibilities in actions; actions as what communicates throughout the text. They are, then, the actions encompassed by the form of the text: what is said. The context, therefore, has conceptual centrality in this work, being put in relation to the text. The critical linguist Foucault; entitled, for some reason as a philosopher in the annals of history, and the linguist Bakhtin; also entitled for some reason as a philosopher in the annals of history, were the main references. Both authors focus on actions through the language, studying their procedurality. Foucault becomes important for all his logical and critical construction of the functioning of the language and the analytic proposition that only genealogy without criticism does not serve as an effective analysis of the logical processes of discourses. Bakhtin, in his translinguistics, offers us the idea that a text should never be analyzed outside (or without) its context, being the enunciation not only the production of grammatical meaning in a sentence, but also the action of what constitutes the complete formulation of a discourse, what he calls conceptually a dialogue; since the author understands that we carry with us social voices and this invariably makes us social individuals always relating to each other and the discourses that we utter or register in writing are dialogues resulting from our relationships with the social voices we carry. Communication is the purpose of discursiveness for Bakhtin, as well as for Foucault. In this way, the aim in this work is to study discourses and discursive logics in journalism that end up constituting themselves in discourses of some sort, dogmatic, being dogma an unquestionable truth.

Keywords: Dogma. Discourse. Dialogue. Journalism.

RESUMEN

Este trabajo es una discusión sobre el sistema lingüístico del periodismo en las lógicas que conforman su núcleo. Se plantean preguntas sobre su forma textual y las posibilidades en las acciones, con acciones como lo que se comunica a través del texto. Son, entonces, las acciones que abarca la forma del texto: lo que se dice. El contexto, por lo tanto, tiene una centralidad conceptual en este trabajo, puesto que se pone en relación con el texto. El lingüista crítico Foucault, titulado por alguna razón como filósofo en los anales de la historia, y el lingüista Bakhtin, también por alguna razón como filósofo en los anales de la historia, fueron utilizados como referencias principales. Ambos trabajan enfocados en acciones a través del lenguaje, estudiando su procedencia. Foucault adquiere importancia para toda su construcción lógica y crítica del funcionamiento del lenguaje y la proposición analítica de que solo la genealogía sin crítica no sirve para un análisis efectivo de los procesos lógicos de los discursos. Bakhtin, en su translingüística, nos ofrece la idea de que un texto nunca debe ser analizado fuera (o sin) su contexto, cuya enunciación no es solo la producción de significado gramatical en una oración, sino la acción de lo que es. Constituye con la formulación completa de un discurso, lo que se denomina conceptualmente de diálogo, ya que el autor entiende que llevamos con nosotros las voces sociales y esto, invariablemente, nos hace individuos sociales siempre en relación entre nosotros y los discursos que pronunciamos o registramos por escrito. Diálogos resultantes de nuestras relaciones con las voces sociales que llevamos. La comunicación es el propósito de la discursividad para Bakhtin, como para Foucault. De esta manera, el interés en este trabajo es estudiar los discursos y las lógicas discursivas en el periodismo que terminan constituyéndose en discursos de algún tipo, dogmáticos, siendo el dogma una verdad incuestionable.

Palabras-clave: Dogma. Discurso. Diálogo. Periodismo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 CAMINHOS E PENSAMENTOS.....	28
1.1 Pesquisa: a dúvida, as constatações e a ciência.....	30
1.2 <i>Semiosis social e huellas</i>.....	35
1.3 Inferências e alógica de raciocínio.....	36
2 MANUAL OU MITOLOGIA?.....	39
3 OS ENTENDIMENTOS DE DISCURSO E DIÁLOGO PARA A REALIZAÇÃO DA ANÁLISE.....	49

3.1 Texto e enunciação na linguagem jornalística.....	50
3.2 Enunciado.....	53
3.3 Produção do discurso.....	56
3.4 Exclusão, direito de dizer, poder e desejo no discurso:.....	57
3.5 O verdadeiro e o falso:.....	58
3.6 Vontade de verdade.....	59
3.7 Vontade de verdade e poder de coerção.....	62
3.8 Conclusões de Foucault sobre a vontade de verdade no discurso.....	63
3.9 Procedimentos internos do discurso.....	65
3.10 O Autor.....	68
3.11 Comunicação, sistemas de restrição e rituais.....	69
3.12 O sujeito fundante.....	71

3.13 Experiência originária: apenas uma leitura do mundo.....	72
3.14 Mediação universal: especulação, logofobia e temor.....	73
3.15 Princípios do discurso: inversão, descontinuidade, especificidade, exterioridade	75
3.16 Instante e sujeito.....	76
3.17 Sistematicidades descontínuas, o acaso e o pensamento.....	77
3.18 Regularidade e coerção.....	77
3.19 Crítica e genealogia do discurso.....	78
3.20 Dialogismo.....	79
3.21 Estilo.....	90
3.22 Intertextualidade.....	90
3.23 Terceiro conceito de dialogismo.....	92
3.24 Gêneros do discurso.....	93

4 A ANÁLISE: DIÁLOGOS, FRAGMENTOS DISCURSIVOS E OS DOGMAS.....	96
4.1 Os mecanismos indutivos de leitura responsiva nos diálogos/discursos sobre um impeachment inconstitucional.....	97
4.2 Os discursos e diálogos que abriram portas para a instauração do regime militar	105
4.2.1 O Estado de S. Paulo ou Estadão.....	106
4.2.2 Jornal do Brasil.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
REFERÊNCIAS.....	159
ANEXO I - figuras com recortes de meia página de exemplares do Estadão	161
ANEXO II - figura com imagem de página inteira da página 2 da publicação do dia 31 de março de 1964 do Jornal do Brasil.....	165

INTRODUÇÃO

O que há de semelhante entre o sistema do jornalismo e o sistema religioso? Que semelhanças podem haver entre as salas de redação e os templos de adoração? O que da ortodoxia, de dogmatismo, e outros elementos religiosos estariam presentes na “cartilha” do jornalista? O que há de semelhante entre o eclesiástico e o jornalístico? As crenças são diferentes para cada jornal, a fé não se estabelece da mesma forma também, mas todos dizem seguir a verdade, mostrar a verdade. Todos, aparentemente, prestam uma adoração a verdade. Afinal, que verdade é essa? Seria a fé na imparcialidade que leva a verdade? Que imparcialidade é essa? Que poderes divinos dão os dons da imparcialidade e da neutralidade ao jornalista e seus filtradores (e censuradores) de pautas, enunciados, palavras e direcionamentos em suas enunciações?

Dissertar é escrever sobre algo, de maneira sistemática e profunda. Dissertar é criar um sistema, uma lógica para analisar algo. É isso o que farei.

É uma coincidência, uma anomalia (fora do normal, da norma) ou uma normalidade encontrar no editorial de um jornal a defesa ou destruição de um determinado posicionamento sobre uma determinada postura social? A hierarquização de informações das fontes é por acaso e aleatória, como é pensada? A voz (dar voz a alguém) de uma determinada “voz” (voz social) em uma notícia é por acaso?

É da minha realidade, dos programas de pós-graduação que conheço, que o ingressante em qualquer curso de pós-graduação em comunicação social escolha um ou mais casos para estudar um determinado fenômeno. Muito embora eu venha a me questionar sobre o jornalismo em si, é determinado por normalidade (por norma social) que o jornalismo em si não é objeto de estudo. Minha proposta de estudo sobre o jornalismo já foi apontada mais de uma vez como filosófica. Eu pergunto: Qual estudo não é? A falsa sensação de domínio ao seguir uma estrutura fechada como método ou ao fechar a concepção de um campo social por um viés é um tanto quanto dormente, um torpor.

Acomoda o pesquisador e o torna um mero reprodutor de retóricas, um citador, um gerador de bibliografias. Faz, inclusive, com que o pesquisador perca a noção de interdependência¹ entre os diferentes saberes/epistemes. Desta maneira aceita-se o que foi naturalizado e cristaliza-o. Portanto, como minhas inquietações tornam o jornalismo meu objeto de estudo, assim farei e ao longo das linhas que seguirão o objeto de estudo será o jornalismo e quaisquer casos apresentados serão ilustrativos, mostrando a materialidade daquilo que vem a ser aqui matéria de questionamentos e pensamentos. Assim como todos os saberes possíveis serão articulados em prol de proposições epistêmicas possíveis para o avanço no pensamento sobre quaisquer fenômenos comunicacionais.

Denominamos conhecimentos do campo sociológico como, sendo do campo da comunicação: a noção de objetividade, por ilustração, assim como métodos (até mesmo etnografias sem etnias são realizadas ou supostamente realizadas). Contudo, não são sempre bem-aceitos os atravessamentos (ou as perspectivas) da semiótica ou da semiologia, sendo que a comunicação tem em seu cerne a produção de signos. A falsa sensação da aplicação das técnicas e teorias tradicionais ser infalível se dá por ignorar ou por ignorância. Ignorar, de deixar passar, ou ignorância, de desconhecimento, da natureza do raciocínio, do incômodo, do que Bachelard chamou de *espírito* (Bachelard, 1996, p.18): ignora-se a natureza da filosofia presente em todos os saberes, cuja ligação com a natureza mutante do conhecimento nos faz problematizar e pesquisar. Portanto, não será negado nesta dissertação a interdependência de saberes e as possibilidades de inteligência, de associação de ideias e construções possíveis para se observar os fenômenos que serão estudados ao longo deste diálogo – em sentido *bakhtiniano*.

Quando estava graduando no curso Comunicação Social de comunicação, professores de redação jornalística (havia uma disciplina para cada estilo literário²) me orientavam a seguir as normas de algum manual de algum jornal, contanto que fosse algum jornal no topo da cadeia alimentar³: O Globo e Folha de S. Paulo eram os citados.

Certo dia, estudando para meu trabalho de conclusão do curso, encontrei o livro de um emérito estadunidense, Fraser Bond, um professor, cuja obra Introdução ao Jornalismo

¹Conceito utilizado pelo meu orientador e, a partir do meu contato com ele, por mim como alternativa a interdisciplinaridade, dada a fragilidade do conceito em suprir a compreensão da dependência entre saberes/epistemes.

²Faço uso aqui da noção de estilo em Bakhtin, que será tratada neste texto, durante sua enunciação.

³A escolha do termo cadeia alimentar é minha e não dos meus professores de redação.

trazia não mais e nem menos do que a filosofia do jornalismo, mas sob o título e intenção de ser um manual introdutório. Tive em mãos, por empréstimo, sua segunda edição em português, publicada nos anos 1960, década em que o Brasil passou por uma reforma universitária apoiada pelo governo dos Estados Unidos. Algo que tenho por certo, é que o contexto se torna fundamental na validação de qualquer trabalho como de conhecimento científico – com base científica. Creio que o contexto seja primordial em quaisquer ciências desenvolvidas – ou, pelo menos, na maioria delas. Desta maneira, é bom destacar que este almanaque bastante técnico, mas também bastante filosófico trazia coisas da ordem do fazer jornalístico, mas com interpretações do que seriam essas coisas relacionadas ao fazer jornalístico e entrevistas de profissionais que diziam o que era o jornalismo, seguidos de análises, por parte do autor, do que esses profissionais diziam.

Os manuais dos jornais como o Globo e o Estado de S. Paulo não são meramente técnicos, mas filosóficos também, trazendo em alguns deles até as palavras que o repórter pode e as que o repórter não pode usar. Mesmo assim, esses manuais nada tem a ver com os livros sobre introdução ao jornalismo ou com os que se propõem a dizer o que é o jornalismo. Da mesma forma que há produção de sentido na produção interna de um jornal: na sala de redação, na relação entre os profissionais de diferentes hierarquias e da mesma posição hierárquica, etc. O contato entre enunciações dos diferentes jornais e de seus leitores também produzem sentido.

Sem relacionar a história, que é a memória do jornalismo, com a atualidade também não é possível entender a caminhada do jornalismo até aqui. Contudo, é impossível fazer isso nesse formato de texto, a dissertação. Talvez não seja possível para ninguém dissecar a linguagem jornalística em nenhuma proposta epistêmica. Talvez uma vida de pesquisa não de conta disso. Então, o que estou a fazer? Pretendo com este texto apontar e *inferir*⁴ algumas coisas no jornalismo que mostram possíveis construções dogmatizadas na prática discursiva de jornais. Reveremos, inclusive, sentidos empregados a ideias de veículo e imparcialidade.

É plenamente possível que quem leia este trabalho o classifique como pertencente a área da linguística, da translinguística, da semiótica, da linguística moderna (semiologia),

4A inferência é, em realidade, mental e isso será tratado neste trabalho, mas é comum a adoção do termo em uma concepção metafórica, caso deste momento, no formato de análise escrita, o que ocorrerá ao longo do texto.

da filosofia, de economia do jornalismo, ou até de algum outro tipo de episteme que se enquadraria em qualquer outro tipo de saber, que não os da área da chamada Comunicação Social. Fica registrado que esta dissertação foi elaborada com a intenção de colaborar para a promoção de pensamento denominado científico na área de conhecimento e fundamentações epistemológicas da comunicação, sendo este trabalho voltado a um formato específico de comunicação: a jornalística – social e massiva.

Antes de mais nada quero dizer que o intuito desta dissertação é o de pensar a possível tensão entre a matriz do dogma e a matriz discursiva da prática jornalística. Desta maneira, começo com algumas inquietantes perguntas enquanto pesquisador: Como operam as produções de sentido na linguagem jornalística? Essas produções de sentido podem levar a dogmatização na linguagem? Se, sim, por que ou em que sentido?

Essas perguntas são de relevância quando estamos inseridos em um cenário de premissas profissionais e valores institucionais (empresas jornalísticas e de comunicação midiática em geral) ou mesmo organizacionais (organizações sociais e coletivos sociais) que confundem a natureza de meios técnicos de difusão informacional, com a subjetiva construção informativa em instituições e organizações que operam sob estes meios técnicos.

Por constatação, a natureza da relação humana prevê a comunicação, onde há troca de experiências baseadas em experiências anteriores e que gerarão experiências futuras em um processo sócio de semioses. A cada signo nesse processo há disseminação de informações e comunicação direcionada dessas informações. Os signos também marcam e deixam rastros das experiências inter-humanas que estabelecem o que é e o que não é informação para construir e constituir, por ilustração, uma notícia. Determinam, também, o que é pauta e o que não é. Empresas jornalísticas demandam inscrições para cursos de foca onde treinam e alinham seus jornalistas ao corpo editorial e premissas próprias de seus jornais.

A linguagem jornalística perpassa por premissas instituídas através de manuais de conduta empresariais e manuais introdutórios ao jornalismo (também conhecidos como almanaques) produzidos por acadêmicos. Cada empresa jornalística e cada empresa comunicacional com núcleo jornalístico entre suas atividades possui seu próprio manual.

O manual é um signo de conduta, mas não o único na relação comunicacional entre empregador e empregado. Os jornalistas recebem, muitas vezes, formação dentro dos jornais, como nos cursos chamados *cursos foca* (citado acima), outro signo que se estabelece. A relação diária entre chefia de reportagem, redação, entre outras, com os jornalistas empregados também estabelece uma cultura de trabalho singular em cada empresa e também são constituídas de signos que interferem na conduta do jornal e na produção de sentido em um jornal. A linguagem encontrada nas mensagens transmitidas através das mídias (meios técnicos de comunicação) é um signo simbólico resultado das inferências mentais produzidas pelos jornalistas, também resultado de outros signos da relação interpessoal nas redações no fazer jornalístico dessas empresas, ou seja, há uma relação inter-humana que resulta na enunciação da notícia: a translinguística, aquilo que está além da forma gramatical/textual da notícia e demais gêneros e estilos textuais em um jornal.

As visões corporativas de jornalismo se misturam na linguagem jornalística, estabelecida por cada corporação, às fontes (representantes de instituições sociais, por exemplo) escolhidas como intermediárias entre a realidade e os receptores da mensagem construída através do texto e da enunciação⁵. A hierarquização de informações e a construção da enunciação⁶ criam a versão da história dentro da narrativa que passará a ser a história retratante da realidade para os receptores das mensagens que se colocam em diálogo com o jornal. Então, essa visão de realidade torna-se, para o receptor, a realidade em si ao menos naquele momento, caso o leitor não tenha outras referências que tensionem aquela visão, além da relação do leitor com o jornal, que influencia nas suas crenças. A relação entre diálogos prevê uma relação comunicacional. Bakhtin chama isso de dialogismo. A forma como esse dialogismo acontece estabelece as normas de apreensão do que se comunica e de como se dará a relação entre diálogos.

Seria o jornalismo uma religião? Há muito que penso na discursividade jornalística e na produção de signos resultantes da discursividade jornalística. Preocupo-me com as premissas da profissão e como são aplicadas nos diferentes jornais. Nisso podemos incluir a marginalização daqueles que não possuem as mesmas lógicas gramatical, linguística,

⁵Enunciação aqui é pela perspectiva de Bakhtin e tem a mesma concepção de enunciado. Tratarei logo a frente, no decorrer deste texto do artigo.

⁶Novamente, pela perspectiva de Bakhtin.

ontológica, filosófica, etc. Os seus modos de operação para suas práticas. A ideia de imparcialidade e neutralidade na produção jornalística que, me parece, é de uma lógica que contraria a própria natureza humana. Quando pensamos, escolhemos, agimos, criamos, copiamos, etc. estamos sempre tomando posições em relação a algo. A *matematização* da forma de utilizar a gramática e a linguística como equação também demanda a escolha de variáveis para gerar um resultado.

O peso da hierarquização das informações, a forma como as orações são construídas, tudo demanda escolhas. A produção de cada signo é devida a existência de signos anteriores e inevitavelmente produzirá novos signos e não a reprodução do mesmo. As ideias de imparcialidade e neutralidade não são coerentes tanto quanto a ideia de que a mensagem contida no texto produzido (escrito, falado, gesticulado) será fielmente absorvida por quem a recebe. Parece até mesmo inocente. Não há *a grande verdade* em nenhuma enunciação, no jornalismo ou não. A dependência de discursos produzidos por terceiros, as fontes, mantém o jornalismo refém, em um primeiro momento, do simbólico, do discurso, não é a reprodução do mundo natural, do acontecimento, é uma leitura, uma leitura humana, ou seja, a ótica humana sobre determinados acontecimentos e ainda intermediada, mediada pelo jornalista e por toda uma cadeia produtiva, onde o jornalista não é mais que um fragmento deste processo.

O jornalista é, em um primeiro momento, um mediador do mundo simbólico, dos signos produzidos nos textos (escritos, falados, gesticulados) dos meios, mídias, veículos jornalísticos. O profissional jornalista é denominado mídia atualmente. Temos, então, a mídia veículo e o mídia profissional. Ambos intermediários discursivos enquadrados em um tipo de discurso social: o do campo dos mídias, do campo das mídias ou do campo jornalístico e do campo comunicacional.

Como podemos considerar algo de neutro em uma atividade discursiva? Como podemos considerar que a legitimidade social de tal profissão intermediadora das informações que ordenam o cotidiano público de uma sociedade seja baseada em uma falácia? Como um discurso adquire o *status* de objeto natural, originário de qualquer signo? Nem mesmo um ícone é capaz de reproduzir um objeto plenamente. Por que a notícia possui tal *status*? Estas são inquietações que me acompanham há algum tempo.

Há muito que penso nas chamadas fontes jornalísticas. O *status* da fonte, o estatuto

que a rege como tal, a filosofia por trás do termo *fonte jornalística* é intrigante. O peso do valor de uma notícia depende da fonte jornalística. Isto já seria o bastante para pensarmos os significados das palavras imparcialidade e neutralidade. O que dizer do uso discursivo de tais palavras pelos jornalistas e demais profissionais envolvidos com o campo, como os empresários donos dos veículos.

A relação do que aparece nas notícias e a forma como aparece, com os editoriais é intrigante quando, em paralelo, pensamos nas palavras imparcialidade e neutralidade. Não faltam perspectivas para se olhar para estas questões, assim como não faltam perspectivas de como olhar um acontecimento e produzir uma notícia.

A complexidade inerente da atividade jornalística contradiz a simplicidade de seu *status* que a legitima na condição social que possui, no *status quo* da profissão. A imparcialidade e a neutralidade são paradoxos em suas próprias naturezas linguísticas, o que dirá em relação a tal profissão. A própria semiose da informação é mutante por natureza.

A informação nunca é apenas uma, pra começar. São muitas informações em um texto. A cada texto, a cada signo, a transformação e o novo aparecem lado a lado, concomitantemente ou misturados, uma coisa só. Um signo nunca é igual ao outro, portanto, a própria lógica de uma notícia não é a mesma de outra.

Afinal o que é uma notícia? Que novidade é essa? Que importância tem ela a sociedade? O jornalista, não diferente de qualquer outro ser humano é intermediado o tempo inteiro por suas relações, se baseia em signos para produzir signos, e esses signos produziram outros. A semiose não é só natural às notícias, mas a vida em geral.

O veículo, a mídia, assume, muitas vezes, a voz social do indivíduo jornalista – que por natureza é um indivíduo social – *assinando* em seu lugar.

A mídia assume, muitas vezes, os olhos e o texto do jornalista. Isto é impresso nos jornais em papel ou nos sítios digitais. Obviamente não se trata de inteligência artificial, mas de profissionais/pessoas mascarados, fantasiados de veículos de informação. Na verdade sequer informam, mas, sim, comunicam. Estes profissionais põem *em comum*⁷ (*communicare*) discursos com *status* de informação. Aliás, o mesmo é feito pelos campos do direito, da medicina, da engenharia, e outros.

⁷Pôr em comum, como referência a *communicare*.

Chegamos, então, as normas. Com isso, também, a outros questionamentos que me levaram a mudar meu projeto para a relação do jornalismo com a religião – por sugestão de meu orientador aceita por mim.

O que há de semelhante entre o sistema do jornalismo e o sistema religioso? Que semelhanças podem haver entre as salas de redação e os templos de adoração? O que da ortodoxia, de dogmatismo, e outros elementos religiosos estariam presentes na “cartilha” do jornalista? O que há de semelhante entre o eclesiástico e o jornalístico? Há a marginalização do diferente, das notícias aos veículos (mídias) que não regem a mesma “cartilha” da chamada grande mídia. Então, o que há de um sintoma do eclesiástico no jornalismo nessa marginalização?

Jornais são ortodoxos, esta afirmação é verdadeira, ao menos em relação a imagem que os editoriais transmitem. Os ditos valores e premissas de cada veículo e suas “cartilhas” apresentam essa imagem de ortodoxia. O discurso pode ser ortodoxo. A fé na própria capacidade de reproduzir a verdade aparece em jornais e manuais. Muito embora, o comum seja cada mídia reproduzir uma verdade diferente ou, ao menos, discursivamente apresentá-la de maneira diferente.

Que religião é essa? A religião da verdade? As crenças são diferentes para cada jornal, a fé não se estabelece da mesma forma também, mas todos dizem seguir a verdade, mostrar a verdade. Todos, aparentemente, prestam uma adoração a verdade. Afinal que verdade é essa? Seria a fé na imparcialidade que leva a verdade? Que imparcialidade é essa? Que poderes divinos dão os dons da imparcialidade e da neutralidade ao jornalista e seus filtradores (e censuradores) de pautas, enunciados, palavras e direcionamentos em suas enunciações?

Obviamente o jornalismo não cria dogmas em uma cartilha que traz entre outras coisas os dez mandamentos do jornalismo. Tão pouco se dá de maneira generalizada. As marcas estão nos jornais e cada jornal possui a sua própria cartilha. Não são cartilhas construídas pela forma do dogma, mas pela estrutura de conteúdo e sua *estética verbal*⁸. O editorial, o manual próprio da empresa, etc.

Se não se trata de dogmatismo *ipsis litteris*, trata-se do quê? Trata-se de uma conotação do termo dogmatismo e do termo dogma. Também não estamos aqui a falar de

⁸ Esta expressão é parte do título de um importante livro de Bakhtin, em parte trabalhado nesta dissertação.

conotação pejorativa. O que é então? Uma espécie de metáfora. O dogma pode ser entendido como uma verdade inquestionável. Essa é a essência do termo na religião. Aqui, mantém-se o entendimento do termo por essa essência, mas deslocado do âmbito em que seu uso é mais conhecido, o religioso (explicitamente), e reconfigurado como análogo (linguisticamente) a proposição no jornalismo de trazer a verdade, sendo no jornalismo a verdade considerada a qualidade daquilo que é escrito em um jornal e a credibilidade ou busca da credibilidade faz parte do que o jornal oferta ao seu leitor. Nessa relação aparece não uma verdade ou perspectiva, mas a verdade e que procura-se, em ocasiões (casos ilustrativos serão trabalhados nesta dissertação) fazer com que o leitorado assuma como tal a verdade que até então era uma proposta de perspectiva e uma interpretação.

Tanto as religiões, quanto os jornais alegam uma verdade. Contudo, as religiões necessitam da fé. Os jornais se baseiam em fatos.

Como, então, o conteúdo do texto que descreve um determinado acontecimento de um jornal pode diferir do conteúdo do texto de outro jornal sobre o mesmo acontecimento? Por que todo texto jornalístico noticioso, dialógico por natureza, transforma os fatos em texto e produz alterações de um texto a outro no processo de produção, da fala da fonte a publicação no jornal, dão características únicas (de singularidade) em relação ao acontecimento dado no mundo natural.

Um texto é humano, fabricado por seres humanos e, por tanto, não pertence ao mundo natural, mas, sim, ao mundo social (humano). O fato natural dentro do mundo social, o fato cotidiano, é, em si, um acontecimento, ou seja, tudo que ocorre acontece.

As concepções de dado, fato e acontecimento são humanas. São recortes do mundo natural, já enquadrado no mundo social. Não é difícil de entender isso quando pensamos, por ilustração, em representações de “natureza” mais simbólica do que icônica ou indicial, como *selva de pedra*. Sempre buscamos no conhecimento humano referências no mundo natural, porque pertencemos ao mundo natural antes mesmo de desenvolvermos concepções como sociedade ou mundo humano. Nossa comunicação dita social é, desde o princípio, uma comunicação animal natural. Contudo, a nossa capacidade criativa nos permite criar. Criamos, então, muitas representações do mundo natural e as enquadramos no que concebemos como mundo social ou sociedade. Os jornais não são diferentes. A

perspectiva que aparece é a perspectiva resultante das experiências humanas singulares subjetivas⁹.

É importante nos darmos conta que subjetivo se refere ao sujeito, tanto as suas singularidades quanto o fato de estar sujeito a alguma coisa. Isto é, a semiose, ou as relações estabelecidas que lhe darão a noção de verdade. Contudo, no jornalismo há um refinamento disto. Metaforicamente, os agentes¹⁰ do jornalismo perceberam, inconscientemente ou não, que essas relações são como um *diamante bruto*, estruturando um modelo de produção fordista, com pessoas estrategicamente posicionadas nessa produção para conduzir a forma como se deve produzir, cuidando também da *arte final* do produto.

O modelo é consciente, porque se trata do modelo hegemônico primeiramente das grandes empresas do setor industrial e que em um segundo momento todos os setores empresariais e, principalmente, as grandes empresas adotaram. Não foi diferente com as grandes redações que formam a chamada Grande Mídia. Com um modelo produtivista altamente eficiente e a profissionalização técnica dos funcionários, ficou fácil para os jornais publicarem exatamente o que querem publicar sobre determinado acontecimento e de maneira totalmente consciente. O refinamento passou a ser realizado com a concepção de fontes melhores ou piores, oficiais e oficiosas, a criação do *mailling* para estabelecer que fonte realmente deve ser consultada sobre determinado assunto.

Os meios tecnológicos de comunicação facilitaram o funcionalismo e o positivismo na produção, quando foi instaurado o contato com terceiros sobre os acontecimentos (na maioria das vezes fontes oficiais) por telefone, *e-mail*, e mais recentemente por *Whatsapp*. O não contato direto do jornalista com o acontecimento implica no não contato direto com as vozes sociais envolvidas no acontecimento. Estas que são fragmentos importantes do tecido do acontecimento, outro ponto em meio a toda a questão produtiva.

As instituições sociais que possuímos passam por hierarquizações e em muitos âmbitos: das organizações coletivas macrossociais, como a força de trabalho, até as microssociais, como a família. Essa constituição hierárquica nas sociedades é muito antiga,

⁹Outro momento em que creio ser necessária a redundância, pois nem a todos é tão clara que toda experiência é singular em algum nível e toda experiência é subjetiva, mesmo quando coletiva, justamente porque a mente de cada ser humano opera de maneira individual e baseada em experiências tanto coletivas, quanto individuais.

¹⁰ Aqueles que agem.

difícil até de datar seu início. A semelhança, porém, entre as lógicas hierárquicas das diferentes instituições sociais é fácil de descrever e analisar. Partimos, por ilustração, do pressuposto patriarcado na sociedade. Fixando-nos nisso como ilustração, toda família oficialmente, ou seja, com legitimação social, possui um provedor e preponderantemente o homem heterossexual, sendo também o *chefe da casa*. Essa expressão é muito interessante, pois temos chefes no trabalho também. Algumas mudanças culturais têm ocorrido e essa lógica patriarcal na família já não é mais tão usual, mas ainda é muito presente. Essa mesma lógica pertence ao processo de relação e interação daqueles ordenados a controlar seus iguais, sob uma ideia de que são subalternos, como os profissionais cunhados pelo termo supervisor.

Termo interessante. Aparentemente trata-se de um olheiro, *mas pelo que o supervisor olha?* Na Igreja Católica, para dar outro exemplo distinto de instituição, temos pelo menos duas constituições: o Baixo Clero e o Alto Clero. Podemos, por hipótese, considerar como duas sociedades diferentes, mas sendo o baixo chefiado pelo alto. Essas hierarquias não são formadas pelo acaso. Como fenômenos sociais tiveram sua base construída sob uma dada experiencialidade social. Isto podemos ter aqui como fatos notórios baseados em toda a construção de campos de conhecimento e práticas sociais desde, pelo menos, a industrialização, ao menos no continente ocidental.

Está mesma lógica, portanto, se aplica as empresas de comunicação midiática e ao que convencionalmente chamamos de jornal. A questão da hierarquia, então, é importante nesse trabalho, pois pode ser uma *huella* (Verón, 1993) de um tipo de doutrinação ou tentativa de doutrinação do leitorado de empresas jornalísticas por parte delas. Ou seja, sendo a doutrina uma perspectiva fundamentada sistematicamente, a doutrinação é a tentativa de fazer com que o leitorado absorva aquela visão de mundo. É importante entender que uma doutrina, por determinação jamais se fecha em si, pois está sempre em transformação, adequação e evolução.

A doutrinação, como se coloca por senso comum e a leitura proposta aqui, é uma deturpação da ideia de doutrina – e doutrinação, também, pois esta tem o intento de passar a crença adiante –, fixando sua crença de maneira a cristaliza-la indeterminadamente. No caso de uma doutrinação, o leitorado, nessa suposição, estaria como alvo de doutrina cristalizada a ser seguida sem questionar devido a um ato de fé ou, no caso dos jornais,

comprovando-se a hipótese, pela cega credibilização. Isto é, estamos falando de uma tentativa de doutrinação e não da sua efetividade em si. São buscas, potencialidades, desejos.

A busca do profissional em virar chefe na redação do jornal para o qual trabalha, os termos na relação de respeito do jornalista com seu chefe, são coisas que podem ter origem da mesma lógica que faz o Baixo Clero responder ao Alto Clero. Da mesma forma que uma pessoa possa vir a ser configurada como um fiel, um leitor pode estar sob a mesma lógica de fidelidade. Contudo, nosso interesse é na discursividade, nas *huellas* da discursividade. Esse é nosso campo de análise e onde se baseia nossa tese. Por hipótese, profissionais a frente de um jornal podem induzir seu leitorado de maneira cristalizada a sua visão de mundo. *Como os jornais fariam isso?*

Ainda existentes, os jornais em papel, que deram origem ao termo, mas as novas tecnologias eletrônicas e eletrônico-digitais mesmo com características diferenciadas mantiveram o uso do termo e de maneira conotativa (com novos significados). No rádio, na televisão e nas diferentes interfaces midiáticas dentro da internet o jornalismo constitui-se como tal, de maneira adaptada a linguagem desenvolvida em cada suporte midiático, mas, ainda assim, como tal. Deste modo, premissas de imparcialidade, neutralidade, objetividade, utilidade pública, entretenimento e informação permanecem também no cerne do que se descreve valorativamente, enquanto instituição profissional, como profissão jornalística.

Com a mudança gradual de tecnologias midiáticas e a transmediação entre áudio, audiovisual e escrita, dentro dos diferentes âmbitos das numerosas interfaces digitais na internet, as mídias de cunho informativo outras que não jornalísticas, que chamarei aqui de mídias informativas, passaram a configurar um novo modo de fazer, quando o assunto é informar e também quando se trata de comunicar.

A comunicação social passou por uma grande transformação com a passagem da potencialidade da internet para a concretização de seus poderes de suporte ambiental e ecológico midiáticos, inclusive no âmbito jornalístico. Estas constatações de conhecimento do comum/ordinário e cotidiano evidenciam que a capacidade de disseminação informacional midiática foi ampliada, potencializando também a capacidade comunicacional midiática. Isto nos leva a um problema que se amplifica no cenário

comunicacional em que nos encontramos, com a real popularização da internet, que ocorreu no século XXI e apresentou grande amplitude na última década, aproximando-nos de uma forte midiaticização (Verón, 1997) da sociedade.

Dentro deste problema apresentado, que engloba a potencialidade e popularização da internet, onde ocasionou uma forte midiaticização, encontra-se o problema de mais interesse de estudo aqui, na forma da dissertação para esse mestrado acadêmico: os aspectos do sistema de dogma que podemos encontrar no sistema da linguagem jornalística e suas potencialidades. *Se existem, como operam as produções de sentido de fundamentação “religiosa” (ou dogmática) nas linguagens jornalística e midiático-informacionais?*

O diálogo ou o discurso pode ser desenvolvido de uma maneira que, muitas vezes, estabelece-se um herói em uma jornada ou um mal a ser combatido, quando não os dois envolvidos em uma mesma narrativa. O padrão de valores e a estrutura gramatical da linguagem jornalística, sendo específica a cada jornal ou qualquer outro meio de comunicação, mantém, por hipótese, uma ordem dogmática de valores a serem seguidos e os *gatekeepers* resguardam não só o que é notícia para o jornal, mas como algo deve ser noticiado: incutindo os valores corporativos as mensagens, mesmo quando não feito pelos jornalistas empregados. Isto ocorre porque o jornalista é responsável pela primeira instância de contato com a realidade e com as fontes que transmitiram pontos de vista sobre determinada realidade. A segunda instância é a regulação do texto desenvolvido pelo jornalista empregado por parte dos *gatekeepers*. A terceira, então, é a reconstituição textual e, por consequência, podendo ser a enunciativa também para que a linguagem jornalística não sofra modificações outras que não são de desejo das empresas jornalísticas.

Os *receptores* recebem, dessa forma, mensagens reguladas e ressignificadas por seus *produtores* em mais de um nível de produção e construção da notícia. Esse padrão pode ser analisado através das notícias veiculadas em um *veículo* (meio técnico de comunicação) que promoverá a comunicação entre a visão registrada da realidade por parte dos profissionais de cada empresa específica de jornalismo.

A “evangelização” funcionaria, por hipótese, através de um *contrato de leitura*. Contudo, o reconhecimento da recepção através desse contrato também estabelece tensões, mas o espaço para tensão é de um *dialogismo centrípeto*, controlado pela empresa. Os

profissionais à frente da empresa decidem o que pode ser publicado dessa tensão, como, por ilustração, nos espaços destinados aos leitores ou, no caso de sites, em lugares específicos para comentários de leitores sobre os textos produzidos pelos profissionais da empresa jornalística.

O que será feito nesta dissertação é a tentativa de entender esse problema, fundamentando uma tese do funcionamento de um determinado tipo de discurso ou diálogo jornalístico *centrípeto* e *dogmático* promovido e de intento evangelizador de seu leitor. Trataremos em um capítulo o discurso conceitualmente e logo a seguir faremos, em outro capítulo, uma análise de casos, mas apenas de maneira ilustrativa, pois o foco não será o caso em si enquanto evento, mas a processualidade discursiva textual e contextual, assim como diferentes formas de se produzir sentido e do papel dos significantes no desenvolvimento de tais signos. Para isso antes de apresentar esses capítulos, trarei aqui um pouco do percurso metodológico que me levou até a conclusão desta dissertação. Isso será feito neste próximo capítulo.

1 CAMINHOS E PENSAMENTOS

Como toda caminhada, toda trajetória, apresentam-se formas de fazer, de ser e de estar no mundo na relação com aquilo que percorremos durante a jornada. Nisso apresentamos, talvez sem perceber, crenças, ideias, pensamentos; em muitas vezes, damos forma textual de característica conceitual-técnica aquilo que fizemos. É comum, porém, não termos técnicas de outras jornadas como referências, mas também tentarmos ou fingirmos aplicá-las, por vezes, enganamo-nos por acreditar que podemos reproduzir suas singularidades como se fossem generalidades. Contudo, as referências são as vozes que ecoam não só em nossos diálogos, mas em nossas mentes: são partes de nós. Neste capítulo apresentarei um pouco daquilo que fundamentou minha jornada na produção desta dissertação. O que trago aqui – neste capítulo – é minha metodologia, a construção dos pensamentos que me trouxeram até aqui.

É importante a compreensão de que o conceito de religioso para as igrejas não está estritamente sendo trabalhado aqui. Não temos como intento trabalhar uma teoria de que o jornalismo evoca Deus em seu discurso ou faz uso do evangelho ao noticiar, por ilustração.

A minha inquietação científica é com a matriz discursiva dos interpretantes na discursividade jornalística. Se tivermos o texto como um signo, o interpretante será aquele que o produziu. O produtor age de maneira a dar significado a alguma coisa.

O interesse está na pesquisa por experimentação (no viés *peirciano*, ou seja, qualquer experiência: contato com o mundo natural ou social) da relação entre o discurso religioso e o discurso jornalístico.

Farei isso através do que Verón (1993) denomina *huellas*, encontradas com a fragmentação do tecido semiótico. Em outras palavras, farei recortes de textos jornalísticos o que cristalizará cada recorte como um novo produto e, após, procuraremos por rastros,

marcas, *pegadas*, *digitais*¹¹ (*huellas*) de um discurso de matriz religiosa. Isso será apresentado com mais detalhes à frente, durante o desenvolvimento desta dissertação.

Nesse momento do texto, apresentarei a lógica de raciocínio que guiará o percurso a ser feito, a *caminhada*, o *methodus*. Lógica essa que Peirce chamou de *abdução* (Peirce, 2008). O autor desenvolve uma lógica baseada em tese própria sobre o comportamento da mente humana. Contudo, uma abdução depende de três processos em progressão: (1) a abdução; (2) a dedução; e (3) a indução. Entendo, que a abdução é o primeiro processo e o todo ao mesmo tempo, porque não podemos entender essa lógica ao tentar seguir apenas um dos processos. Para ser mais exato, a abdução é o primeiro e o quarto processo, pois trata-se de algo infinito, dado que para Peirce todo conhecimento é falível. Em outras palavras, a abdução é necessariamente o que impede a cristalização do conhecimento, já que o conhecimento humano não é natural, mas a forma de pensar e interagir do ser humano com o mundo é natural, embora indivíduos de nossa espécie acreditem que a natureza não opere da mesma forma que nós. Peirce chamou isso de *inquirição* (Silva, 2014).

A abdução é um processo mental inferencial (Pons, 2016; Peirce, 2008): o nosso *gerador de hipóteses*. Esse seria nosso primeiro contato experiencial com o mundo, mas Peirce não desenvolve esse conceito como se iniciasse de um contato com o mundo natural a partir de um ponto zero e, sim, de uma semiose, do contato com signos. Então, quando nos deparamos com algo ainda mentalizando esse algo não podemos alegar o que é, levando-nos a uma dedução.

Apenas uma experiência (não necessariamente uma experiência física, mas qualquer experiência) mais concreta com esse algo (objeto) pode nos levar a induzir uma tese mais acertada do que é esse objeto, por isso a última parte do processo triádico do raciocínio é a indução.

Contudo, como dito acima, todo conhecimento humano é falível, pois os signos humanos estão sempre em transformação, assim como a natureza e as hipóteses da abdução podem ser inúmeras, impedindo uma cristalização do conhecimento ou mesmo a precisão,

¹¹A tradução de *huellas* é usual como pegada ou rastro, dependendo do contexto. Ambas, creio servem para entendimento da proposta de Verón. Digitais é outra palavra equivalente a *huellas* e neste caso uso esta tradução também, mas ele se distancia da proposta de Verón. Contudo, entendo que os rastros também possuem “digitais” (metaforicamente) do sistema linguístico.

a certeza, de que algo é realmente o que dizemos ser. Desta maneira, ao realizarmos uma indução, temos a obrigação não somente científica de produzir nova abdução.

Não podemos, então, fazer mais do que promover uma tese sobre a matriz discursiva jornalística em ter alguma relação em tensão com a matriz da discursividade religiosa. Além disso, o todo da semiose é impossível de ser analisado para abdução em uma pesquisa, fazendo-se necessário o recorte: a *fragmentação do tecido* (Verón, 1993) e buscar na experiência do pesquisador com as *huellas* a possibilidade de uma abdução, a formação de uma tese. Para isso o primeiro passo é a observação: o que gerará a(s) antítese(s). O contato experiencial, o empírico, então, nos levará a(s) tese(s). Cristalizamos um fragmento e o transformamos em um produto a parte para não cristalizar a abdução¹² e, assim, efetivamente a concretizarmos.

Pesquisa: a dúvida, as constatações e a ciência

Naturalmente, quando nos deparamos com algo que nos causa estranhamento sentimos incômodo, “irritação” (não literalmente) e logo surge a dúvida. Essa dúvida inicia um processo mental que nos coloca em relação experiencial com aquilo que nos causa estranhamento. Na pesquisa acadêmica, a sistematização desse processo nos leva outros movimentos:

Uno de los primeros escritos del joven Peirce había surgido al preguntarse cómo se podía fijar la creencia (Peirce, 1877; W 3.242-257). La creencia es un estado que nos permite confiar en que un determinado hábito nos ayudará a determinar nuestras acciones; a este estado se opone el de la duda que provoca una «irritación» y nos estimula a investigar para destruirla alcanzando una nueva creencia. De este modo duda y creencia tenían efectos positivos en nosotros. Se trataba de ver entonces los diversos métodos que los hombres habían utilizado para fijar la creencia, llegando a la conclusión de que el método científico era el más adecuado para hacer avanzar el conocimiento porque dispone de una naturaleza autocorrectiva al poder apelar a una «permanencia externa» que permite adquirir estas creencias (Pons, 2016, p.100).

¹²Esse jogo de palavras com o termo cristalização foi propositado nesse momento do texto, pois há duas conotações diferentes para cristalização, duas contextualizações diferentes foram construídas no enunciado e o motivo para isso ficará mais claro com a leitura durante o andamento do texto.

A crença, então, só pode ser concretizada quando nos colocamos inicialmente em estado de dúvida. O estado de crença é determinado pela lógica que operamos uma certa ação. Este modo de operar, o hábito, pode ser efetivado por técnicas e orientações de procedimentos que nos levarão a fixação de uma determinada crença.

A forma como conduzimos a pesquisa dirá como olharemos para determinado fenômeno e a natureza autocorretiva das técnicas científicas nos permitem a produção de abduções em sequência no intuito de aperfeiçoar, “lapidar”, ou revogar a crença fixada, avançando no processo de conhecimento sobre algo. Contudo, em sua fase considerada madura, conforme destaca Pons (2016), Peirce vai além do positivismo e sistematização:

Pero lo que entiendo por «ciencia» [...] es la vida dedicada a la búsqueda de la verdad de acuerdo con los mejores métodos conocidos por parte de un grupo de hombres que entienden las ideas y los trabajos de cada uno como ningún extraño puede hacerlo. No es lo que ya han descubierto lo que hace de su ocupación una ciencia, sino el que estén persiguiendo una rama de la verdad de acuerdo con los mejores métodos que en su tiempo se conocen. No llamo ciencia a los estudios solitarios de un hombre aislado. Solo cuando un grupo de hombres, más o menos en intercomunicación, se ayudan y se estimulan unos a otros para comprender un conjunto particular de estudios como ningún extraño puede comprenderlos, llamo a su vida ciencia (Peirce, 1905b, cap. 47, apud Pons, p. 101).

“Una de las comparaciones más ilustrativas que Peirce realiza es que los conocimientos científicos no se asientan sobre rocas firmes sino que siempre caminamos sobre un suelo pantanoso, por lo que cuando el suelo comienza a ceder no podemos detenernos, debemos ponernos de nuevo en marcha” (Pons, 2016, p.103).

Peirce trabalha, em sua fase considerada madura, o que Pons denomina o método científico de Peirce, que “trata de una exposición condensada en que explica que toda investigación comienza a partir de la observación de algún fenómeno sorprendente, algo que frustra la expectativa o rompe algún hábito del investigador” (Pons, 2016, p. 104).

Pons descreve exatamente o que Peirce escreveu em *A Neglected Argument for the Reality of God* (Peirce, 1908; EP 2440-442, apud Pons).

Não diferente do que o lógico (estudante de lógica) veio a chamar abdução, seu método parte do pressuposto que toda investigação/pesquisa surge do rompimento de um hábito, algo de surpreendente acontece e faz com que a mente do pesquisador produza hipóteses sobre o ocorrido:

La primera etapa del proceso de investigación consistirá en la invención y selección de una hipótesis que pueda dar cuenta de este hecho sorprendente y que resuelva la duda que éste había creado. Este método de formar hipótesis es lo que Peirce llama abducción y supone una inferencia desde el consecuente al antecedente por eso lo llama también retroducción (Pons, 2016, p. 104).

O surpreendente deve ser entendido aqui como algo qualquer que rompa um hábito qualquer, ou seja, não se trata de um acontecimento surpreendente em senso comum, mas algo que simplesmente irrompe um hábito. Temos um entendimento sobre o jornalismo e sobre a discursividade do jornalismo. Quando pensamos associativamente a outra atividade, como a religiosa, estamos rompendo uma forma de ver algo.

O *insight* (Peirce, 2008) é que nos leva a analisar os fatos que geraram as hipóteses e buscar concretamente uma verdade sobre aquilo que observamos. Essa verdade é baseada no fenômeno, no que é algo ou nos parece ser. A retrodução é a abdução pós indução, a abdução baseada no que induzimos ser algo, a abdução que “revisa” a concretude da primeira conclusão que chegamos sobre o fenômeno com o qual nos deparamos:

En sus primeras reflexiones sobre los tipos de inferencias, Peirce había asignado la capacidad ampliativa del conocimiento a la abducción y a la inducción. En su pensamiento maduro asigna esta capacidad solo a la abducción, dejando a la inducción la función de control y verificación. Es la abducción quien aporta una conjetura explicativa nueva. Se trata de un razonamiento por medio de hipótesis al considerar la explicación que surge espontánea cuando se sopesa aquello que nos ha sorprendido en la circunstancia concreta. Esto no sería posible sin tener en cuenta las circunstancias en que somos sorprendidos y los conocimientos previos que poseemos; pero incluso considerando todos estos elementos, esto no nos lleva necesariamente a la hipótesis que ha surgido, sino que supone una novedad, de ahí también la debilidad conclusiva y la necesidad de ser testada (Barrena, 2007, p. 80, apud Pons, p.106).

Peirce chega a considerar a abdução o limite do que mentalizamos anteriormente a plena consciência daquilo com que nos deparamos. Por isso, a ideia de retrodução é tão importante para entendermos como o fenômeno é trabalhado em nossa mente, assim como a centralidade da abdução como um processo metodológico na pesquisa. O pesquisador insere esse pensamento sobre abdução na sua formulação do que veio a chamar de proposições cotárias:

La tercera proposición cotidiana es que la inferencia abductiva se funde gradualmente con el juicio perceptual sin ninguna línea nítida de demarcación entre ellos; o en otras palabras, hay que considerar nuestras primeras premisas, los juicios perceptuales, como un caso extremo de inferencias abductivas, de las que difieren al estar absolutamente más allá de la crítica. Por su lado, el juicio perceptivo es el resultado de un proceso, aunque de un proceso no lo suficientemente consciente como para ser controlado o, por decirlo con más exactitud, no controlable, y por tanto no plenamente consciente (Peirce, 1903b; EPe 2.294, apud Pons, p. 107).

A experiência sob o viés de Peirce também nos propõe o pensamento de que qualquer ação que gere uma abdução depende de experiências prévias para se formar e isso leva a um determinado olhar e consequentes conclusões sobre o fenômeno observado:

Nos pueden mostrar una bola de hierro cayendo, es decir, desplazándose de arriba hacia abajo. Podríamos pensar inmediatamente en la ley de la gravedad para explicar el hecho. Pero si tal hecho sucede en la estación espacial internacional, tal ley no se puede aplicar para explicar la «caída» de la bola, deberíamos recurrir al impulso que el astronauta le ha dado o bien a la atracción magnética producida por un imán situado en la parte inferior. Es decir, el mero hecho observado no lleva consigo la ley que se ha de utilizar, este paso suele obviarse muchas veces al presentar el método hipotético-deductivo de explicación con el riesgo de considerar irrelevante tal asociación. Es la abducción, en este segundo grado, la que permite crear la asociación del hecho concreto que estamos debatiendo con una ley conocida, y esto supone una novedad también porque el hecho concreto que estamos considerando es una novedad (Pons, 2016, p. 109).

Pons explica, através do pensamento de Peirce, essa relação da experiência no âmbito da cognição:

[Peirce] había definido la intuición «como una cognición no determinada por una cognición previa del mismo objeto» (Peirce, 1868;W2.193; EPe 1.55), es decir, no hay un conocimiento previo que determine esa cognición sino el mismo objeto fuera de la conciencia. Es el tipo de intuición de corte cartesiano el que Peirce estaba rebatiendo en aquel momento, donde afirmaba que no hay conocimiento inmediato e infalible al que podamos apelar como inicio de ningún proceso cognitivo. Peirce afirmaba que el conocimiento humano aparece siempre de modo inferencial, y eso incluye también a las ideas nuevas, a las ideas creativas (Pons, 2016, p.111, grifos nossos).

Então, temos as “leis” que definirão o percurso lógico de pensamento:

La abducción tiene en cuenta la experiencia acumulada y no surge en el vacío. Por ejemplo, Aristóteles nunca podría haber formulado la ley de la gravitación universal como lo hizo Newton y no se puede decir que Aristóteles fuera menos inteligente o creativo que lo pudiera haber sido Newton, pero Aristóteles no contaba con los pasos previos dados por otros grandes pensadores como Galileo y la introducción de la matemática como «lenguaje» de la naturaleza (Pons, 2016, p. 111).

Peirce, defende que a ciência depende da observação dos fatos adequados por mentes com ideias apropriadas. Devemos levar em consideração que essas ideias adequadas dependem de um lugar de fala, que, como todo lugar de fala é provido de determinadas experiências o que pode ser, creio, equivalente ao que o pesquisador denomina progresso dos instintos naturais:

El progreso en la ciencia depende de la observación de los hechos adecuados por mentes equipadas con las ideas apropiadas. Por último, mi larga investigación del proceso lógico de razonamiento científico me llevó hace ya muchos años a la conclusión de que la ciencia no es más que un desarrollo de nuestros instintos naturales (Peirce, 1893, CP 6.604, apud Pons, p. 119).

Esses instintos naturais resultarão em novas abduções que:

[...] progresa el conocimiento ya que el método permite aumentar el número de leyes y teorías conocidas e integrar cada vez más fenómenos dentro de las conocidas. Pero tratándose de una actividad que se prolonga indefinidamente, siempre está abierta a una ulterior profundización en el conocimiento y a su ampliación. Nunca podemos afirmar, en el esquema peirceano, que hemos alcanzado el conocimiento infalible y total de la naturaleza, pero tenemos un instrumento que nos permite dar pasos firmes.

Para Pons, o método científico que propõe Peirce é generalista, mas muito bem definido, relacionando as diferentes etapas e tipos de inferências, podendo ser utilizado em qualquer tipo de pesquisa/investigação que se baseie em experiências de qualquer ou algum aspecto da realidade (Pons, 2016, p. 117). Contudo, entendo que seja algo que deva ser tomado como referência, pois o próprio Peirce era contra generalizações e cristalizações do conhecimento.

Semiosis social e huellas

Verón, em seus estudos sobre a semiótica chega a conclusão de que são fragmentos extraídos do processo semiótico que nos oferecem a possibilidade de apontar os processos. Esses fragmentos são cristalizados, o que nos ajuda a encontrar o “DNA” (as *huellas*) do discurso a ser analisado:

El acceso a la red semiótica siempre implica un trabajo de análisis que opera sobre fragmentos extraídos del proceso semiótico, es decir, sobre una cristalización (resultado de la intervención del análisis) de las tres posiciones funcionales (operaciones-discurso-representaciones). Se trabaja así sobre *estados*, que solo son pequeños pedazos del tejido de la semiosis, que la fragmentación efectuada transforma en productos. La posibilidad de todo análisis del sentido descansa sobre la hipótesis según la cual el sistema productivo deja huellas en los productos y que el primero puede ser (fragmentariamente) reconstruido a partir de una manipulación de los segundos. Dicho de otro modo: analizando *productos*, apuntamos a *procesos* (Verón, 1993, p. 124).

Para Verón, “*es en la semiosis donde se construye la realidad de lo social* (Verón, 1993, p. 126, grifos do autor)”. Padrões aparecem e podemos, então, encontrar “*sólo en el nivel de la discursividad el sentido manifiesta sus determinaciones sociales y los fenómenos sociales develan su dimensión significativa*. Es por ello que una sociosemiótica sólo puede ser una teoría de producción de los discursos sociales”.

O semiólogo e semioticista diz que “el análisis de los discursos no es otra cosa que la descripción de las huellas de las condiciones productivas en los discursos” (Verón, 1993, p.127). E que “toda producción de sentido, en efecto, tiene una manifestación material. Esta materialidad del sentido define la condición esencial, el punto de partida necesario de todo estudio *empírico* de la producción de sentido” (Verón, 1993, p. 126).

Outra coisa importante é que, segundo o autor, os objetos que interessam a análise dos discursos não estão nos discursos e tão pouco fora deles, porque são sistemas de relações do produto significativo com suas condições de geração e efeitos:

Los “objetos” que interesan al análisis de los discursos no están, en resumen, “en” los discursos, tampoco están “fuera” de ellos, en alguna parte de la “realidad social objetiva”. Son *sistemas de realaciones*: sistemas de relaciones

que todo producto significativo mantiene con sus condiciones de generación por una parte, y con sus efectos por la otra (Verón, 1993, p. 128).

Para o pesquisador “tanto las condiciones productivas cuanto los objetos significantes que nos proponemos analizar contienen sentido. Para dar toda su importancia teórica a esta observación basta recordar el hecho de que, como ya lo subrayamos en la primera parte de este trabajo, entre las condiciones productivas de un discurso hay siempre otros discursos” (Verón, 1993, 129).

Inferências e alógica de raciocínio

Em vez de usar publicações existentes que mostrem a afirmação a ou b e usar como exemplo de dogmatização, é plenamente (plenamente cabe muito bem aqui, porque é pleno) possível verificar a dogmatização através dos mecanismos. Então, em vez de pensarmos primeiramente na notícia dada e no quanto “casa” com o editorial, podemos nos ater a forma de como se estabelece um jornal.

Mouillaund (2002), nos mostra o sentido promovido pela diagramação de um jornal, por ilustração. O pesquisador e professor francês não fala em sua obra sobre o editorial, mas o estilo textual (o editorial) tem a raiz *edit* de editar, contudo, a edição não é textual, tratando-se de um texto opinativo que normalmente apresenta a opinião do jornal em que o texto é inscrito, assim como o normal é que ocupe um local privilegiado ao ser enquadrado na diagramação do jornal. Então, por que a cartola carrega o termo editorial? A notícia é editada textualmente por quê? É apenas pela forma do texto ou por sua estrutura, termos, *vozes sociais*? Por que o editor das notícias tem um espaço para dar opinião no jornal?

É necessário um entendimento sobre o objeto de estudo deste trabalho: (1) não se trata do discurso jornalístico atravessado pelo discurso religioso; (2) da discursividade jornalística sobre religiões; ou (3) de como são relatados os acontecimentos religiosos na mídia.

O que temos em mente aqui é entender dois processos que desenvolvem um terceiro. O primeiro processo é o discurso religioso. Esse, aparentemente nada tem a ver com o discurso jornalístico. O segundo processo é o discurso jornalístico. Esse, aparentemente, também, nada tem a ver com o discurso religioso. O terceiro processo é um tipo de processo comunicacional e midiático: o jornalístico.

O que faremos nestes escritos é trabalhar com a hipótese de que o discurso religioso de alguma forma interfere na matriz do discurso jornalístico. Como consequência, interfere, também, na matriz do processo comunicacional da discursividade jornalística. Elementos do discurso religioso são, supostamente, encontrados na matriz do discurso jornalístico.

A inquietação científica é com a matriz discursiva dos interpretantes na discursividade jornalística. Se tivermos o texto como um signo, o interpretante será aquele que o produziu. O produtor age de maneira a dar significado a alguma coisa.

No próximo capítulo veremos um outro problema que leva a idealização de um tipo de filosofia do jornalismo ao mesmo tempo que treina a forma cognitiva e instrumentalista de se olhar para a profissão, assim como todas as nuances que se apresentam de uma empresa jornalística para outra.

2 MANUAL OU MITOLOGIA?

O manual é uma forma de sistematizar uma idealização na tentativa de orientar como dar materialidade as ideias. Nos manuais dos veículos jornalísticos e dos cursos de jornalismo, apresenta-se alguma filosofia e alguma *ontologia* em forma de manuais ou almanaques, porém como tomam a forma de manuais e almanaques precisam formalizar lógicas baseadas em técnicas para alcançar objetivos e as filosofias e ontologias são empregadas por generalizações em nome de universalizações. Esse é um ponto importante que só consegui entender após explicações sobre a diferença entre generalizações e universalização com meu orientador desta dissertação, o professor Pedro Russi.

As generalizações são singularidades transformadas em verdades idealizadas para um entendimento de algo como absoluto e sem falhas, servindo de maneira geral a quaisquer situações. A universalização, porém é um conceito das coisas com propósitos universais, mas sem negar a falhabilidade e a contextualização, de tornar algo de domínio universal, que seja dada universalidade a processualidade e a ideia, não para que a ideia ou técnica sobreponha-se a quaisquer outras.

Como os manuais propõem generalizações através de técnicas como usos de determinadas palavras ou se amparam na oficialidade das fontes entrevistadas, está muito mais para a elaboração de convicções de um dever ser e um dever fazer em um formato que exprime desejos e demonstra poderes para isso, dando um corpo de mitológico (*mythos*) as narrativas como nas narrativas mitológicas gregas que, diferentemente das lendas, eram formas de tentar expressar convicções sobre verdades que só poderiam ser comprovadas pela fé depositada na materialidade daquilo que não se poderia ver materializando-se facilmente, como a existência dos deuses. Esta lógica me faz pensar se também não é uma das lógicas por trás das sistematizações dos manuais sobre práticas jornalísticas.

Joseph Pulitzer, um renomado jornalista atuante no século XX em meio a sociedade norte-americana no seu ápice industrial, resolveu profissionalizar o jornalista academicamente. Desta ideia nasce todo um pensar sobre o jornalismo. Uma razão científica de sua existência.

Fraser Bond, então professor emérito de jornalismo da importante, para seu país, Universidade Nova York resolveu escrever um livro e o publicou em 1954, ano em que registrou sob seus direitos autorais. Este livro foi intitulado *An Introduction to Journalism*.

Não sei quando foi publicada sua primeira edição em português, mas tive em mãos sua segunda edição. Esta edição que tive em mãos via empréstimo da biblioteca de uma das mais importantes universidades particulares do Brasil, a Unisinos (Universidade do Vale do Rio dos Sinos), foi publicada em português em 1962 sob o nome *Introdução ao Jornalismo*.

Este exemplar ainda é possível de ser encontrado nos dias atuais, fevereiro de 2019. Está tradução de uma editora brasileira foi feita no intervalo de um ano ou menos, porque os direitos autorais da segunda edição original em inglês foram concedidos em 1961.

Nos anos 1960 o Brasil passou por uma reforma universitária apoiada pelos Estados Unidos da América (EUA). Tal reforma consistia em uma parceria. Por volta da mesma época o Brasil estava se “modernizando” e as redações dos jornais brasileiros adotaram o modelo norte-americano, especificamente dos EUA. Tal modelo consiste na produção de um manual de todo tipo de conduta relacionada ao fazer jornalístico e cada dito veículo de comunicação¹³ possui certa liberdade para constituir seu manual.

O livro do professor emérito Fraser Bond, que traz o título *Introdução ao Jornalismo*, ser faz valer, em alguns momentos de valores encontrados em manuais específicos de jornais específicos e credibilizados nos EUA, de maneira a exemplificar como devem ser determinadas condutas em um jornal. Isto por si só já é uma forma de produzir signos mais simbólicos do que indiciais, quanto mais icônicos.

13A palavra *dito* é utilizada aqui em direção ao sentido de contestar os sentidos científico e mercadológico comuns que são consensuais sobre o significado de veículo e meio de comunicação no jornalismo e em outros setores da comunicação social realizada por empresas. Um jornal por natureza é muito mais do que apenas um veículo de informações e do que um meio técnico para esse propósito, a começar pelo fato de ele comunicar coisas. Esta perspectiva que busca validade nesse trabalho será apresentada melhor e explicada mais adiante, sendo praticamente central nesta dissertação.

O livro em questão se fortalece na premissa da imparcialidade. Isso é facilmente identificado em vários momentos do texto. Um deles está logo nas primeiras páginas, quando o autor cita as palavras ditas por Eric Hodgins da revista Time: “Jornalismo é a transmissão de informação, de um ponto a outro, com exatidão, penetração e rapidez, numa forma que sirva à verdade e torne aquilo que é certo evidente aos poucos, quando não imediatamente” (Bond, p.15, grifos meus).

A autoridade, sob a concepção de um profissional da importante revista de seu país, a Time, reforçada pela autoridade do jornalista e professor emérito da importante Universidade de Nova York pode nos levar a pensar que tal crença sobre jornalismo representa um tipo de onisciência sobre como observar um acontecimento e transmiti-lo com exatidão e em serventia à verdade – no singular.

“À verdade” são palavras que nessa oração poderiam ser trocadas por “à grande verdade” ou, se fosse um caso de um tom mais divertido, à “verdade verdadeira”. A ideia de serventia à verdade também é artifício das religiões. A função das religiões, como diz o próprio termo, é religar o ser humano a Deus.

As narrativas mitológicas gregas por concepção tanto científica quanto vulgarizada (popularizada) carregavam em seus cernes a tentativa de explicar algo que não podia ser explicado por práticas cotidianas ou outras consideradas materialistas, visivelmente materialistas. Portanto, exigiam das pessoas um ato de fé ao encará-las para que pudessem ser tidas como verdade.

Nenhum religioso considera sua crença como tal: uma crença. Peirce (sem data), desenvolve a concepção de crença como uma ideia baseada em hábitos para poder existir, se formar e, então, adquirir uma concepção formalizada. Tal texto, ao menos em sua versão traduzida ao português, recebeu o título *Como tornar as suas ideias claras*. Peirce acreditava – ideia da qual compartilho o mesmo entendimento – que a verdade não pode ser cristalizada, por que toda idealização é, em natureza, falha. O pesquisador e lógico é idealizador de uma *doutrina* estudada em diferentes áreas das ditas ciências humanas e da saúde, conhecida como *semiótica peirciana*, e desenvolveu um conceito – ou ressignificou a concepção do termo – para essa natureza falha e o intitulou falibilidade (Peirce, 2008) ou falibilismo, que ficou conhecido como falibilismo/falibilidade em (ou de) Peirce.

O profissional da importante revista Time citado aqui não o é feito à toa. Faz parte das associações de ideias geradas para desenvolver a ideia central desta enunciação em desenvolvimento que responde a um formato gramatical científico-acadêmico: a dissertação de mestrado. A voz de Hodgins ecoada não é apenas uma voz de natureza individual, de um indivíduo, mas também e, principalmente – ao ser configurada em uma enunciação, cujo formato gramatical obedeceu a uma forma institucionalizada de disseminação da sua enunciação de maneira massiva socialmente, um livro, que por sua vez é direcionado a um público pretendido de característica profissional da mesma área de conhecimento e mercado do autor do livro, cuja intenção é introduzir este público ao jornalismo –, uma voz social, não sendo qualquer voz, pois possui a especificidade da autoridade.

O emérito Fraser Bond também possui essa característica (especificidade). É o tipo de dialogismo fechado (centrípeto) que Fiorin (2008) cita como o da Igreja, ao explicar o conceito (de dialogismo) de Bakhtin. Conceito encontrado de maneira bem fundamentada em *Estética da Criação Verbal* (Bakhtin, 2003).

A enunciação de Fraser Bond em *Introdução ao Jornalismo* tem como parte de sua constituição a enunciação de Hodgins. Na mesma página, o professor diz que:

“A palavra jornalismo significa, hoje [ano de 1961], tôdas as formas nas quais e pelas quais as notícias e seus comentários chegam ao público. Todos os acontecimentos mundiais, desde que interessem ao público, e todo o pensamento, ação e idéias que êsses acontecimentos estimulam, constituem o material básico para o jornalista.” (Bond, p. 15, grifos meus)

O autor gera um signo de característica predominantemente simbólica – de representação e significado social – de maneira totalmente associada ao significante mais da forma do que do simbólico, mais da dedução do que da abdução. Trata o real, como idealiza Bakhtin, um real social (enunciativo, de conteúdo, de crença, a concepção), uma representação, como se fosse transcrição do real natural.

A palavra acontecimento se refere, por concepção generalista, ao que existe – mesma natureza da concepção no jornalismo. Isto é, para o autor (que dialoga com as

hegemonias de pensamento nas áreas de conhecimento acadêmica e mercadológica), se não saiu no jornal não aconteceu. O mundo vê o mundo através do jornal.

É importante lembrar de sua responsabilidade enquanto escritor de um livro sobre introdução ao jornalismo, tendo o *status* de emérito da Universidade de Nova York e em tal época.

Notícia é uma palavra “aportuguesada” de *news*, palavra da gramática inglesa, cuja equivalência é novo, novidade ou novidades. No jornalismo é entendido como novidade. Então, Bond também acredita que a novidade só chega ao público (provavelmente o autor se referia a povo e não especificamente aos leitores, ouvintes e telespectadores de jornal) através de um meio de comunicação de massa e especificamente nos formatos jornalísticos de apresentação do novo.

É claro que há uma necessidade por parte de quem investiga cientificamente de se ater aqui aos contextos histórico, tecnológico e social da época retratada na citação acima. Atualmente contamos, por exemplo, com a internet e sua diversificada gama de ambientes. Contudo, à época em que o autor e jornalista escreveu tal livro existiam meios de se acessar o novo, o desconhecido, que não o jornalismo. Algumas dessas maneiras tão antigas quanto a própria comunicação humana.

O professor ainda dá ao entender que toda a forma de comentário sobre o novo chega ao público apenas através do jornalismo.

Mantenho-me ainda por algumas linhas na análise do que é dito no fragmento do livro trazido logo a cima. O que é informar para Bond (que fala pelo jornalismo e de uma posição de autoridade para tal)? O autor alega que todo o pensamento, ação e ideias que os acontecimentos – os concebidos como tais pelo jornalismo – estimulam e constituem o material básico para o jornalista. Desta maneira, a transmissão é de que tipo de informação? Se informação aqui é o que descreve fidedignamente¹⁴ o acontecimento, ou seja, com exatidão, conforme diz Hodgins, da revista Time, como pode pensamento e ideias serem material básico para o jornalismo sem afetar a transmissão da informação com exatidão? O que seria ação nesse contexto? O que é o acontecimento, senão uma ação? São muitas variáveis que entram em tensão com a afirmação de “transmissão de informação [...] com exatidão [...] que sirva à verdade”.

¹⁴O significado aqui é sobre o verídico, o verdadeiro. Não se trata de outras interpretações, como crédito ou fé.

Ainda na mesma página, Bond dá voz a outro profissional. Esse jornalista, esta nova voz, que não se enquadra apenas como uma voz individual, mas também como uma voz social, que fala por um coletivo, entra na enunciação do autor anunciado como um cínico, diferentemente de Hodgins, anunciado como um idealista:

“As definições diferem de acôrdo com os pontos-de-vista segundo os quais são formuladas. Para o cínico, **jornalismo é meramente um comércio**; para o idealista, revela-se como uma responsabilidade e um privilégio.” (Bond, p. 15, grifos meus)

As concepções de ideário são variadas. Definições não faltam. Contudo, Bond, deixou passar que um trabalho realizado no âmbito de uma empresa em uma sociedade industrializada, incluindo o jornalismo, com atuações maquinadas (ações realizadas por máquinas), metas comerciais e modelo de produção em serviços como o do jornalismo associados aos modelos de produção das fábricas de produtos manufaturados industrialmente é em si uma configuração idealizada.

Um jornalista que trabalha para uma empresa privada, ou qualquer outro tipo que configure o jornalista como profissional de mercado e assalariado, possui vínculos em algum nível com o ideário de mercado e indústria. Sua função social enquanto jornalista responde também e invariavelmente as condições deste modelo.

Hipoteticamente, o jornalista tensiona seu desejo de cumprir uma função social de maneira livre e independente, se assim for idealizado por ele, com suas obrigações enquanto profissional assalariado, que o torna dependente do sistema ao qual foi inserido e se tornou parte.

O professor emérito, Bond, romantiza a profissão e constrói um ideário sobre o jornalismo baseado nessa visão romantizada. Leslie Stephens, o cínico do emérito da Universidade de Nova York aparece no início de seu livro como a pessoa que disse a seguinte frase: “Jornalismo consiste em escrever, mediante remuneração, sobre assuntos em que não se é versado” (Bond, p.15). Essa pequena frase é retirada de um contexto, um enunciado, e ressignificada para se tornar parte de outro enunciado/enunciação: a introdução ao jornalismo instrumentalizada em forma de livro observada para essa dissertação.

Nessa nova enunciação que dialoga com a enunciação da frase acima, cujo contexto torna-se desconhecido, porque não é resgatado ou referenciado, nos é ofertada, por parte do autor do livro, como o cínico – a representação do cínico no contexto do jornalismo –, quando tratando-se do profissional da área. Isto está em uma conexão com o parágrafo desta página do livro:

“Os dois conceitos de jornalismo florescem quando há garantias de liberdade, sejam elas merecidas ou não. A primeira filosofia sustenta: ‘Dê ao povo o que êle quer’ [o cínico de Bond], a outra, ‘Dê ao povo a verdade que êle precisa ter’ [o idealista de Bond].” (Bond, p.15)

Interessante que o emérito professor entende que a verdade tem uma especificidade ligada a necessidade, que por sua vez responde a uma função social. Essa verdade, para ele, se constitui como tal quando trazida a realidade social por um idealista.

Quando trazida por um cínico vem a ser algo da ordem do desejo e cumpre outro papel social, um papel social diferente.

Preciso, enquanto pesquisador, deter minha atenção a uma questão aqui. Bond, defende que, por garantia da liberdade, o jornalismo é conduzido por diferentes filosofias. Ele também entende que a liberdade não responde a um merecimento. Ao mesmo tempo credita ao jornalista o papel de determinar a construção do jornalismo baseado tanto no que o povo quer, quanto na verdade que o povo precisa ter, já que a liberdade, merecida ou não, deve ser exercida e, conforme ele propõe através de vozes sociais que traz em sua enunciação, há, pelo menos, essas duas filosofias na produção jornalística.

Além de colocar essas duas coisas em tensão e em convívio na produção jornalística, defende que em um jornalismo ideal não é trazida à realidade social outra verdade, senão aquela que o jornalista define como a que o povo precisa ter.

O autor segue seu texto introdutório, alegando que o jornalismo em todas as suas formas à época (anos 50’ e anos 60’) gozava (termo escolhido pelo autor) de liberdade conquistada penosamente (Bond, 1962, p. 16), porque no passado, “a Autoridade [o uso de caixa alta foi escolha do autor], tanto civil como eclesiástica possuía meios de obstar tôdas

as manifestações, de fato ou de opinião, que não coincidiam com seus desejos, pois temia o preceito bíblico: ‘A verdade vos fará livre’¹⁵ (Bond, 1962, p. 16, grifos meus).

Temos no mínimo duas figuras de autoridade e todo o poder que carregam com isso: civil e eclesiástica. A enunciação de Bond parece se formar em um tipo de abertura dialógica para a contradição dentro do próprio enunciado e no mesmo momento da proposição do seu diálogo, antes mesmo de uma responsiva enunciação de um outro autor, de uma outra fala. Explico. O professor havia dito, no momento anterior de seu texto, através de uma voz social, que “Jornalismo é a transmissão de informação, de um ponto a outro, com exatidão, penetração e rapidez, numa forma que sirva à verdade e torne aquilo que é certo evidente aos poucos, quando não imediatamente” e configurou essa voz como o idealista, seguindo em proposição o idealista como o sustentador de que se “dê ao povo a verdade que ele precisa ter”. Como colocar isso, senão como uma substituição de dogmática?

Diz o professor emérito:

Onde os homens [referência a espécie humana¹⁶] não podem transmitir seus pensamentos sem medo, nenhuma outra liberdade é assegurada. Aí está por que a Primeira Emenda à Constituição dos Estados Unidos reza que ‘O Congresso não fará lei alguma... cerceando a liberdade... da imprensa’, e por que a Constituição de todos os Estados Americanos contém disposição semelhante ou mais minuciosa. É por isto que as Nações Unidas criaram uma Subcomissão de Liberdade de Informação em sua Comissão de Direitos Humanos. (Bond, 1962, p.16)

15Mantenho a grafia utilizada nos livros que possuo como referência, mesmo quando está em português, pois embora o texto em si não possua significado de predominância simbólica como sua enunciação, o texto também produz significado e funciona como significante para, por exemplo, gerar significado em uma análise de contextualização histórica ou de outra natureza, ou seja, Bakhtin não vê significado no texto porque se atém ao significado simbólico, mas Mouillaund, direciona seu olhar analítico aos significados gerados pela diagramação, embora possam ser de outra natureza que não a simbólica (com alguma representação significativa socialmente, da ordem da crença).

16Esta é uma pequena nota para evitar, mesmo a possibilidade sendo pequena, da interpretação de contexto referente ao homem em termos de concepção biológica, o macho da espécie. É comum e hegemônico o uso da palavra homem para representar a espécie como um todo, embora seja uma terminologia de concepção machista criada pela categoria da espécie humana que possui os genitais masculinos e que se empodera (como em qualquer natureza de empoderamento) pela categoria mesma como forma de crença na superioridade mental e física, sendo uma terminologia antiga e ainda adotada na atualidade como a única oficial para uso científico e de outras áreas de conhecimento.

A liberdade discriminada aqui é a “liberdade... da imprensa” e com escolha do uso gramatical das reticências. Além disso é uma citação direta, uma abertura para um diálogo com outro enunciado e que passa a ser uma voz social no enunciado/enunciação de Fraser Bond, com um uso enunciativo, intencional ou não, ao “corpo” gramatical de uma oração construída com a utilização do artifício¹⁷ das reticências.

A referência a liberdade assegurada onde não há medo do ser humano em transmitir pensamentos serve a sustentação que vem em seguida a este anúncio, da liberdade assegurada a imprensa para intervir (dentro dos limites legais) previamente a constituição de uma lei quando achar que deve.

Ao menos neste fragmento, acima, da enunciação de Bond, o signo de liberdade é predominantemente simbólico – em lógica semiótica peirciana – enquanto a liberdade de imprensa, a quem o autor já atribuiu o poder de promover enunciações dialógicas de autoridade e, portanto, fechadas (centrípetas, centralizadoras).

Enquanto significativo para outras interpretações, o termo liberdade é mantido dedutivamente, de característica mais indicativa e de possibilidades abertas (centrífugas, descentralizadoras) apenas pela categoria ser humano. Contudo, essa voz social relacionada a liberdade (usada de maneira generalista, enquadrada apenas como liberdade humana) perde força para a voz social da liberdade de imprensa, não apenas nesse momento da enunciação de Bond, como também sob a voz do idealista que fala pelo ser humano experienciado – pela vivência em sociedade.

Este ser humano, a convite de Bond, é colocado em uma posição ofertada de aderência ao ato de fé de confiar a sua representação de atuação cidadã, perante o Congresso que serve a sua sociedade, a uma instituição que se coloca como gerente de sua liberdade e a serviço da verdade.

O professor emérito também entende que “é impossível determinar qual julgamento pode decidir o que é bom e digno de ser lido pelo público”. Declaração que torna a definição do papel da imprensa confuso e exige mais ainda da fé daqueles que pretendem se ligar aos que se colocam como serventes da verdade.

Bond também declara que “só o apoio desse público pode ser aceito como um critério seguro” e “as publicações desprestigiadas encontrarão poucos leitores que delas

¹⁷Aqui não há uso intencional na concepção do que o termo vem a denotar.

tirem proveito, e cedo cessarão de existir”. Aí temos uma novidade. Um novo ato de fé é ofertado: aqueles que buscam a verdade teriam o papel de questionar o que se coloca como verdade e o critério para que os serventes da verdade entendam que cometeram erros são as enunciações responsivas dos leitores, dos ouvintes e dos telespectadores. Estes, que, por sua vez, estão configurados em um dialogismo com um tipo de enunciação caracterizada pela força da autoridade que não possibilita quase nenhuma abertura na proposição do dialogismo estabelecido.

Como podemos ver através de ilustração, um manual no jornalismo pode servir tanto a uma filosofia, quanto a uma instrumentalização desta filosofia. No próximo capítulo articularei entendimentos sobre o discurso e o diálogo para que possamos seguir com uma análise de casos ilustrativos, onde aparecem aspectos de um sistema de dogma no sistema da linguagem jornalística.

3 OS ENTENDIMENTOS DE DISCURSO E DIÁLOGO PARA A REALIZAÇÃO DA ANÁLISE

A questão da dogmatização na matriz discursiva jornalística está nos diferentes objetos significantes em níveis gráficos/diagramáticos, textuais/gramaticais e enunciativos. A proposta de observação aqui é não linear, não simplista e não positivista. Para que seja possível enxergar a complexidade.

A dedução de uma complexidade no fenômeno e não uma simplicidade se deve ao fato da rede de signos distintos em um jornal formarem uma rede interligada de signos diversificada: uma semiose entre significantes de ordem tipográfica, textual e enunciativa. O olhar para cada ordem de signos obedece a um código: são legi-signos. Mesmo quando está em um formato específico, como uma coluna de texto, por ilustração, obedece a um olhar orientado, enquadrado. O todo da diagramação do jornal (impresso ou televisivo) é uma construção formada por outras diagramações internas a este todo: imagens, textos escritos em diferentes estilos, lugar do nome do jornal, lugar das cartolas, espaçamento entre colunas, títulos, editorias, etc. Assim como cada enunciado/enunciação obedece a um código de construção, cada texto também.

O código de olhar dos gráficos diagramados está em um primeiro nível, com um conjunto de signos e significantes específicos e direciona ao texto, que por sua vez só obtém a sua totalidade, sua fundamentação dialógica, por carregar enunciação: no contexto do nome do jornal, do nome da editoria, da cartola, da *nota pelada*, da *nota coberta*¹⁸, da imagem, das palavras utilizadas (e da forma como são utilizadas), das vozes sociais presentes, etc.

O gênero jornalístico não carrega em seus estilos gramaticais apenas estilos gramaticais, mas diferentes gêneros discursivos também. Isto forma a semiose interna a discursividade jornalística em seu formato, gerando seus enquadramentos. Contudo,

¹⁸Nota pelada e nota coberta são notícias lidas por apresentadores televisivos com uso de imagem e sem uso de imagem, respectivamente.

embora estes estilos estejam interligados por uma lógica gramatical canônica, em algum nível há uma gramática específica a cada estilo (é a relação da editoria com a notícia) e uma produção enunciativa específica também. Bakhtin (2003), chama estas “gramáticas” diferentes de estilos, que também possuem gêneros¹⁹.

Desta relação podemos encontrar diferentes formatos linguísticos, mas não translinguísticos. A tentativa de manter a neutralidade da gramática (caso do estilo notícia) é inútil, pois a enunciação nunca deixa de estar presente. Algo noticiado, enquadrado no estilo notícia, sempre terá uma enunciação singular e única, algo será comunicado de maneira singular, independente da vontade de enquadrá-la na isenção da gramática.

Oração e enunciado são significantes diferentes, suas naturezas são distintas. Contudo, dentro do estilo notícia, por ilustração, há editorias que operam sobre determinadas lógicas diferentes da lógica geral de notícia. A forma de noticiar na editoria policial não é a mesma de se noticiar na editoria de política e o mesmo vale para a editoria de saúde, etc.

Mesmo assim, as lógicas de operação discursiva textuais e suas enunciações respondem em algum nível às lógicas textuais do estilo notícia, que por sua vez é moldado pela enunciação e normas textuais do manual do jornal, do curso foca, das referências obtidas através dos almanaques sobre introdução ao jornalismo ou sobre o que é jornalismo. Respondem as lógicas discursivas que competem a constituição do código linguístico e dos diálogos dialógicos²⁰ corporativistas, tendo em vista o modelo de mercado jornalístico baseado em empresas.

Texto e enunciação na linguagem jornalística

O padrão de valores e a estrutura gramatical da linguagem jornalística, sendo específica a cada jornal, mantém uma ordem de valores a serem seguidos potencialmente dogmáticos e os *gatekeepers* resguardam não só o que é notícia para o jornal, mas como

¹⁹Isso será explicado mais a frente.

²⁰Não há redundância aqui, já que para Bakhtin o diálogo pode ser dialógico ou monológico.

algo deve ser noticiado: inculcando os valores corporativos as mensagens, mesmo quando não feito pelos jornalistas empregados.

Sobre esse último ponto podemos encontrar facilmente a descrição da função do jornalista, que é diferente do consenso popular de que o jornalista é quem “faz” o jornal.

A enciclopédia Delta Larousse nos fornece uma sintética, porém rica descrição. Coloca que o jornalista é a pessoa que vai à rua para encontrar a notícia e levar para o redator a matéria²¹ de que é feito um jornal, sendo que muitas vezes há o acúmulo destas funções em uma só pessoa (Delta Larousse, 1964, p. 2454).

Na enciclopédia em questão consta que estes profissionais respondem ao redator-chefe que é responsável por interpretar o pensamento e a orientação do jornal. Diz ainda que em uma suposta época heróica (não descrita na enciclopédia) o redator-chefe ou diretor do jornal compunha o que era chamado de “artigo de fundo”: o editorial. Obviamente que há limitações neste exemplo em relação a realidade brasileira, dado que se trata de uma publicação francesa traduzida para o português e publicada em 1964²².

A segunda instância é a regulação por parte dos *gatekeepers* do enunciado²³ desenvolvido pelo jornalista empregado. A terceira, então, é a reconstituição gramatical do texto e suas informações para que a linguagem jornalística não sofra modificações outras que não são de desejo da empresa jornalística, ou seja, mudanças no enunciado para enquadrar a orientação do jornal e mudanças apenas sutis no texto. Quanto a texto e enunciado²⁴ Bakhtin diz o seguinte:

O enunciado é uma posição assumida por um enunciador, é um sentido. O texto é a manifestação do enunciado, é uma realidade imediata, dotada da materialidade, que advém do fato de ser um conjunto de signos. O enunciado é da ordem do sentido; o texto, do domínio da manifestação (Fiorin, 2008, p.52).

Os signos textuais não são os únicos significantes na produção de sentido do enunciado. Para descrever esse entendimento de Bakhtin, o pesquisador brasileiro Fiorin explica algo sobre o campo científico que está na mesma matriz do campo jornalístico:

21Referência a matéria-prima.

22Não faço nenhum jogo de duplo sentido aqui, não há referência alguma ao regime militar e ao golpe democrático à época no Brasil.

23Também é pela perspectiva de Bakhtin sobre enunciado.

24Enunciado e enunciação são a mesma coisa para Bakhtin. O enunciado, então, não se resume a oração ou ao ponto final, mas a todo o discurso.

Aspira-se à “objetividade” do discurso científico [na discursividade literária naturalista]. Por isso, narra-se sempre em terceira pessoa, para criar um efeito de sentido de objetividade, como se os fatos se relatassem a si mesmos (Fiorin, 2008, p.30, grifos meus).

Os *receptores* recebem, dessa forma, mensagens reguladas e ressignificadas por seus *produtores* em mais de um nível de produção e construção da notícia. Esse padrão pode ser analisado através das notícias veiculadas por um meio técnico de comunicação que promoverá a comunicação entre a visão registrada da realidade por parte dos profissionais de cada empresa específica de jornalismo, cujos textos produzem sentido que tensionam com enunciados e esse tensionamento não é, muitas vezes, percebido pelos leitores, por causa da constituição de um dialogismo centrípeto.

Todo jornal estabelece com seu leitorado um *contrato de leitura*, então, a dogmatização – ou o desejo de dogmatização – ocorreria nesse contrato?

O reconhecimento da *recepção* através desse contrato também estabelece tensões. O espaço para tensão é dialógico, porém centrípeto, porque é regulado pela empresa jornalística que promove o tom de autoridade. Os profissionais à frente da empresa decidem o que pode ser publicado dessa tensão, como, por exemplo, nos espaços destinados aos leitores ou, no caso de sites, em lugares específicos para comentários de leitores sobre os textos produzidos pelos profissionais da empresa jornalística.

É possível que toda linguagem seja potencialmente dogmatizadora do pensamento, podendo se enquadrar em um tipo de dialogismo mais bitolador²⁵:

A subjetividade é constituída pelo conjunto de relações sociais de que participa o sujeito. Por isso, em Bakhtin, o sujeito não é assujeitado, ou seja, submisso às estruturas sociais, nem é uma subjetividade autônoma em relação à sociedade. [...] Nesse processo de construção da consciência, as vozes [responsáveis pelo dialogismo] são assimiladas de diferentes maneiras. Há vozes que são incorporadas como a voz de autoridade. É aquela que se adere de modo incondicional, que é assimilada como uma massa compacta e, por isso, é centrípeta, impermeável, resistente a impregnar-se de outras vozes, a relativizar-se. Pode ser a voz da Igreja, do Partido, do grupo de que se participa, etc (Fiorin, 2008, p. 56, grifos meus).

Toda a linguagem possui uma dinâmica e uma lógica próprias. A linguagem jornalística e demais linguagens do campo da comunicação social dependem de elementos

²⁵Emprego aqui o sentido figurado da palavra.

como o cotidiano e de leitores que, influenciados, posteriormente influenciarão a constituição da realidade social, tendo uma procura de seus produtores de efeitos específicos ao promoverem uma determinada narrativa. É possível que o jornalismo seja questionado enquanto dialogicamente centrípeto (ou seja, que se coloque em dúvida essa centralidade e autoridade na enunciação jornalística) por causa do atravessamento de vozes sociais em sua enunciação. Contudo, a que servem essas vozes atravessadas? Quem controla o diálogo e produz enunciação/sentido (social, simbólico)? Como é a produção de sentido e o quanto as vozes são restringidas ou recebem espaço e estão em diálogo aberto (de força centrífuga)? Que dialogismo será mesmo o do jornalismo?

Enunciado

O enunciado não produz sentido, para Bakhtin: ele é o sentido. E o texto, defendia Bakhtin, materializa esse sentido. Portanto, intertextualidade tem a ver com texto, mas enunciado tem a ver com dialogismo (Fiorin,2008).

Cada jornal produz sentido e nunca é o mesmo produzido pelos outros jornais. Não há sentido universal, ou seja, não há verdade absoluta na discursividade. O enunciado produz sentido sobre uma determinada realidade, a retrata, mas não é a realidade e não é verossímilhante a realidade, porque é uma representação apenas. Constrói uma representação a partir do tensionamento entre um acontecimento social ou mesmo natural (como um furacão, por exemplo), as vozes que acompanham aquele que criará a representação, a reportará (na linguagem do jornalismo), e as vozes que passarão a acompanhar o repórter no momento em que ele escolher fontes que retratem ou deem legitimidade ao acontecimento jornalístico a partir da leitura que fazem dos fatos que envolvem aquele determinado acontecimento.

A própria escolha de como formular uma pergunta apresenta dois tipos de produção de sentido: textual e enunciativo. Escolhemos se faremos uma pergunta formulada de tal maneira a procurar a resposta 'sim' ou a resposta 'não', assim como podemos formular uma pergunta que evite respostas como 'sim' ou 'não'. Pode haver um intento diferente

para cada forma de formular a pergunta ou não, mas sempre haverá um intento ao se formular uma pergunta.

Neste capítulo tratarei da discursividade. Aqui trarei o que recupero da fala de Foucault (2009) sobre o que deu título ao seu livro *A Ordem do Discurso*. Livro este em que o pesquisador propunha em sua aula inaugural no Collège de France ao entrar, em 02 de dezembro de 1970, um olhar, uma perspectiva, hipóteses e teses sobre a constituição do discurso enquanto lógicas e saber: sua “natureza”²⁶ e sua normatividade nos últimos séculos.

Além da constituição também oferece uma tese do que o autor vê como, de alguma forma, um método (no sentido de técnica) para que se possa analisar o discurso de modo em que o analista possa evitar a vontade de verdade para que busque efetivamente a verdade. Porém, Foucault, apesar de representar bem o entendimento universal de análise de discurso, não é suficiente para minha proposta de análise. Inicialmente, pensei tensionar a análise de discurso clássica com a semiótica pierciana e, também, com o que comumente chamamos sociossemiótica, mas minha caminhada me levou a tensionar Foucault com Bakhtin, quanto aquilo que aqui diz e dirá respeito a atividade discursiva.

Bakhtin, entende o enunciado como algo que transcende a gramática e que equivale ao ato de comunicação em determinado discurso sob o formato de uma determinada linguagem. Esse processo da geração do ato de comunicação é o que o pesquisador russo considera a enunciação. Para o autor, a linguagem é o suporte para o ato da comunicação. Na linguística é importante pensar na construção gramatical de uma frase ou oração: na escolha das palavras, na adjetivação ou não, no uso de terceira ou primeira pessoa, no estilo gramatical.

Para a translinguística isso é de menor importância, embora ela não se perca (a importância da gramática). Contudo, o contexto é o importante e aí está o fundamento do cruzamento de saberes com o campo da comunicação. Nesse campo há pouca análise de sentido do contexto e poucos entendem a diferença entre opinião e análise crítica, mantendo um “buraco” nas análises, focando mais ou apenas na descrição, usando de métodos como técnicas para restringir a essência do conhecimento empírico, tratando muitas vezes de categorizar e eleger formas de contato com o objeto de estudo. Desta

²⁶O termo natureza aqui se refere a uma metáfora a aquilo que é natural efetivamente.

forma, restringe o comportamento experimental e o torna mais aplicativo do que experiencial, reduzindo, por sua vez, os questionamentos sobre a vontade de verdade e reduzindo a tensão sobre verdadeiro e falso ou sobre falhabilidade.

O discurso é a ferramenta para o ato de comunicação embasado na vontade de verdade e na coerção para tal. Daí a importância da concepção de diálogo em Bakhtin e seu conceito *dialogismo*²⁷. Contudo, sem vontade de verdade não se raciocina e sem coerção não se dialoga. Porém, há diferentes formas de se estabelecer um diálogo dialógico²⁸.

Foucault, nesse livro, propunha uma perspectiva de olhar sobre os discursos, sobre as discursividades. Esse olhar analítico codependia de uma análise crítica e de uma análise descritiva em conjunto. Contudo, seu olhar era absolutamente linguístico, portanto, se eu dependesse de seus entendimentos sobre discurso para estabelecer uma análise sobre meu objeto de estudo nessa dissertação, certamente faltariam elementos para entender semelhanças entre a atividade discursiva religiosa e a jornalística e, em consequência, perderia em essência elementos para analisar de maneira consciente o ato de comunicação das enunciações nos jornais. Por este motivo busquei em Bakhtin suas propostas de entendimentos sobre o discurso, sobre a atividade discursiva, sobre a discursividade, em sua *translinguística* ou *metalinguística*.

É necessário lembrar que, para Foucault, quem se baseia absolutamente em linguistas modernos (semiologia), o enunciado é o sentido da oração, podendo até haver mais de um enunciado em uma oração, mas sempre serão os sentidos da oração e sentidos gramaticais. Para Bakhtin, a oração dá sentido gramatical também, mas não é um enunciado. Tão pouco uma oração pode ser analisada separadamente na perspectiva do autor. Por este motivo, o pesquisador considerava enunciado e enunciação a mesma coisa, sendo o enunciado equivalente a enunciação, porque somente com o texto fechado nos é oferecido seu contexto, ou seja, aparecerá a relação texto e contexto. O contexto, então, equivale a enunciação/enunciado, a produção de sentido enunciativo: é objeto da

²⁷Este conceito será trabalho neste capítulo e ficará claro seu papel na discussão aqui sobre texto, contexto e dogmatismo.

²⁸Aqui há apenas uma aparente redundância, aparente porque Bakhtin trabalha o diálogo como dialógico ou monológico, tendo muitas variações na construção do dialogismo.

translinguística²⁹. O texto, então, equivale a produção de sentido gramatical: é o objeto da linguística.

Produção do discurso

Foucault, pesa a questão do discurso sobre uma suposição, em parte, que surge de uma dedução amadurecida a uma abdução sobre a análise de elementos que ele conclui como da natureza de quem produz o discurso:

suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar, seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (Foucault, 2009, p.8)

A ideia de Foucault sobre o discurso é de algo *roteirizado* para evitar que haja um descontrole sobre a materialidade. Isto porque, com o perdão da jocosidade gramatical que entendo necessária aqui para o que venho a comunicar, a natureza do mundo natural é caótica e toda representação de algum extrato daquilo que acontece nela ou no mundo social, cuja natureza tensiona o mundo natural com as criações humanas, é ordenado. A natureza possui suas ordenações, é claro, como as ciências biológicas, a astrofísica e outros saberes já mostraram, porém, os acontecimentos cruzam diferentes ordens naturais, implicando no caos, talvez não para a natureza, mas certamente para o ser humano, que é apenas um fragmento da natureza. Desta maneira, abstraímos e excluímos para construirmos uma ordem. Fazemos isso instigados por uma vontade de verdade, por uma necessidade de entender o que está diante de nós e poder expressar, comunicar, aprendendo com o que vemos, registrando o que vemos.

O discurso é de natureza humana e gera signos de sobressalência simbólica, representações sobre o mundo natural e o mundo social: são as leis humanas; o normal, a

²⁹Trataremos disso mais adiante e será identificado e explicado a concepção do pensamento de Bakhtin a respeito.

normalidade, o que atende as normas; na lógica periciana, legi-signos; para os linguístas modernos é aquilo que significa, o que é gerado pelo ser humano enquanto significante.

Exclusão, direito de dizer, poder e desejo no discurso:

A discursividade existe para a comunicação humana e obedece a natureza humana, moldando-se às transformações sociais do mundo humano, porque esse mundo é moldado pelo ser humano:

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de *exclusão*. O mais evidente, o mais familiar também, é a *interdição*. Sabe-se bem que não tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. (Foucault, 2009, p. 9, grifos do autor)

O discurso se molda como um lugar de expressão e direcionado a um lugar de disputa. Foucault resume isso levando a duas “naturezas” no ser humano quando a questão é disputa e nos mais diferentes níveis: na sexualidade (o que responde a programação biológica e as transformações ou “evoluções” biológicas) e na política (o que responde a programação social e as transformações ou “evoluções” sociais). Não há no discurso quaisquer neutralidades e sua natureza não é pacifista, é, sim, um lugar de tensões e de expressão de fatos e potencialidades ligadas aos poderes humanos, àquilo que as pessoas podem realizar ou sob o que ou quem exercem poder:

Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. (Foucault, 2009, p. 9)

O autor lembra que a psicanálise levanta as questões do desejo e do poder no ser humano e uma das formas da expressão desses desejo e poder é através do que é dito, nas diferentes formas de se dizer algo:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto do desejo, e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (Foucault, 2009, p.9, grifos do autor ou do tradutor)

O discurso não é simplesmente uma ferramenta de tradução das formas pelas quais pretende-se ou atinge-se o apoderamento sobre algo, mas um mecanismo para tal – pretender ou atingir o apoderamento sobre algo.

O verdadeiro e o falso:

Foucault, ao falar de verdadeiro e falso, realiza uma disputa sobre o sistema da discursividade com o positivismo, entre outras correntes que funcionam também como sistemas de exclusão, além de sistemas para a atividade discursiva. O autor vai de encontro, possivelmente sem ter ciência ou consciência, com Bakhtin. Foucault pensa no contexto e na historicidade dos discursos para chegar a tese de que decidir entre verdadeiro ou falso pode ser apenas um sistema de exclusão:

Certamente, se nos situamos no nível de uma proposição, no interior de um discurso, a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional nem violenta. Mas se nos situamos em outra escala, se levantamos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constringedor) que vemos desenhar-se. (Foucault, 2009, p.14)

Creio que Foucault deixa claro sua ideia de verdade na atividade discursiva não como conceitualmente seria a verdade e também a mentira, senão como uma construção do verdadeiro mais baseado na exclusão de “ruídos” e em uma vontade de que algo seja verdadeiro do que propriamente na verdade. Pouco acima, nesta dissertação, eu trouxe alguns fragmentos do livro de Foucault sobre o funcionamento da ordem do discurso, mais especificamente sobre a necessidade de se estabelecer uma ordem ao discurso, juntamente a algumas observações sobre a natureza ser caótica para nós humanos e como a vontade de verdade nos é necessária para aprendermos. Contudo, aprender não é tudo. Dominar e controlar são poderes estimados com o discurso. O que leva a natural coercitividade do discurso a se tornar uma faca de dois gumes.

Vontade de verdade

O entendimento de discurso verdadeiro muda do período de Hesíodo (em torno de 750 a 650 a.C.) para o período de Platão (428/427 a 348/347 a.C.). Quando Foucault diz isso, ele não está apenas traçando uma linha histórica com datas sobre duas diferentes formas de se produzir a verdade em um discurso. O que o autor nos traz é a separação histórica entre enxergar o que era dito como feito e o que era dito como discurso. O autor usa para tal a palavra *residia*. Ainda no século VI, como escreve, se pensava sobre algo feito a partir do que se pronunciava sobre o feito. O que se dizia, então, era fidedigno ao feito, não havendo como ser diferente. Isto é, o que era dado pela palavra era tomado por quem recebia como a verdade, porque quem detinha o poder da palavra também detinha o poder da verdade. Nos tempos de Platão passa-se a refletir sobre o que era dito a partir do que era dito, em seu contexto e na possibilidade do falso, juntamente com o verdadeiro naquilo que era proferido, o que passa a uma certa dissolução do discurso falso com aparência de verdadeiro e da incapacidade de confrontar diferentes discursos, por exemplo:

Separação historicamente constituída, com certeza. Porque, ainda nos poetas gregos do século VI, o discurso verdadeiro – no sentido forte e valorizado do termo –, o discurso verdadeiro pelo qual o se tinha respeito e terror, aquele ao qual era preciso submeter-se, porque ele reinava, era o discurso pronunciado por

quem de direito e conforme ritual requerido; era o discurso que pronunciava a justiça e atribuía a cada qual sua parte; era o discurso que, profetizando o futuro, não somente anunciava o que ia se passar, mas contribuía para a sua realização, suscitava a adesão dos homens e se tramava assim com o destino. Ora, eis que um século mais tarde, a verdade não mais elevada já não residia mais no que era o discurso, ou no que ele *fazia*, mas residia no que ele *dizia*: chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação a sua referência. Entre Hesíodo e Platão uma certa divisão se estabeleceu, separando o discurso verdadeiro e o discurso falso; separação nova visto que, doravante o discurso verdadeiro não é mais o discurso precioso e desejável, visto que não é mais o discurso ligado ao exercício do poder. O sofista enxotado. (Foucault, 2009, p.14-15, grifos do autor ou do tradutor)

É provável que no período em que viveu Platão, de acordo com o que nos traz Foucault, o poder do discurso não era mais restringido a alguém que por contexto obtinha o direito absoluto sobre a palavra (as palavras) e que carregava a verdade ou julgava se algo era verdadeiro ou ao menos o registro e as forças que orbitavam em torno daquilo que era considerado verdade não serviam a apenas um punhado de pessoas que eram consideradas legítimas vozes da verdade. Contudo, a vontade de verdade nunca cessou, buscando-se a verdade, eliminando-se a possibilidade do falso, mantendo-se a possibilidade do falso ou inventando a verdade:

[...] as grandes mutações científicas podem talvez ser lidas, às vezes, como consequências de uma descoberta, mas podem também ser lidas como a aparição de novas formas na vontade de verdade. Há, sem dúvida, uma vontade de verdade no século XIX que não coincide nem pelas formas que põe em jogo, nem pelos domínios de objeto aos quais se dirige, nem pelas técnicas sobre as quais se apóia, com a vontade de saber que caracteriza a cultura clássica. Voltemos um pouco atrás: por volta do século XVI e do século XVII (na Inglaterra sobretudo), apareceu uma vontade de saber que, antecipando-se a seus conteúdos atuais, desenhava planos de objetos possíveis, observáveis, mensuráveis, classificáveis; uma vontade de saber que impunha ao sujeito cognoscente (e de certa forma antes de qualquer experiência) certa posição, certo olhar e certa função (ver, em vez de ler, verificar, em vez de comentar); uma vontade de saber que prescrevia (e de um modo mais geral do que qualquer instrumento determinado) o nível técnico do qual deveriam investir-se os conhecimentos para serem verificáveis e úteis. Tudo se passa como se, a partir da grande divisão platônica, a vontade de verdade tivesse sua própria história, que não é a das verdades que constroem: história dos planos de objetos a conhecer, história das funções e posições do sujeito cognoscente, história dos investimentos materiais, técnicos, instrumentais do conhecimento. (Foucault, 2009, p. 16)

Graças, talvez, a Darwin, o conhecimento foi direcionado por uma linha tênue entre mutação e evolução. Creio que Foucault explica isso logo acima, o que facilita explicar porque cito Darwin aqui. A suposição de Darwin sobre a mutação como evolução categoricamente dito por ele pode ser apenas uma vontade de verdade.

As mutações/mudanças na história do que foi dito enquanto ciência nos levou tanto a descobertas, quanto a vontade de verdade sobre o que se deparava diante da “ciência” e dos cientistas, como explica Foucault. A vontade de saber nos séculos XVI e XVII pode ter sido a “força motriz”³⁰ das novas vontades de verdade do século XIX. Creio que o autor nos traz acima que a “sede” por entender as coisas foi confundida com uma “sede” de inventar coisas. O ato criativo na busca pela verdade foi “enganado” pela mudança da busca, uma busca pela aplicação técnica, levando, por vezes, ao invencionismo.

O método deixou de ser *methodus* e tornou-se técnica. A verdade deixou de carregar verdade e mentira, falso e verdadeiro, certo e errado, passando para a vontade de verdade que vira *a verdade* pelo instrumento. O conhecimento não mais significaria possibilidades, mas os absolutos inequívocos. A vontade de verdade ganha sua própria história, mas sob o nome de verdade e, como diz Foucault, não é a história das verdades que constroem. Nestes tempos de vontade de verdade como verdade, a vontade de verdade se ampara no confortável e na confirmação da vontade de verdade como verdade.

Não foi apenas a “sede” de saber que criou o reino da vontade de verdade. Foucault fala da “história dos planos de objetos a conhecer, história das funções e posições do sujeito cognoscente, história dos investimentos materiais, técnicos, instrumentais do conhecimento”, como sendo a história das verdades que não constroem: das vontades de verdade. É a institucionalização do que é saber, do que se deve saber e como saber:

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema de livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. Recordemos aqui, apenas a título simbólico, o velho princípio grego: que a aritmética pode bem ser o assunto das cidades democráticas, pois ela ensina as relações de igualdade, mas somente a geometria deve ser ensinada nas

30O uso de força motriz aqui é metafórico.

oligarquias, pois demonstra as proporções na desigualdade. (Foucault, 2009, p.17, grifos meus)

É o controle que direciona a vontade de verdade para ser aplicada, a quem ela servirá, por quem será conduzida.

Vontade de verdade e poder de coerção

Foucault entende também que a vontade de verdade, esta de que falamos até aqui, como pressionadora e com um poder de coerção. Além disso, diz pensar em como essa pressão e coerção atuam, sempre apoiando-se em determinado saber para construir um outro saber e que com o passar do tempo outros saberes tomam pra si o discurso que antes obedecia as suas próprias regras para se constituir:

Enfim, creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. Penso na maneira como a literatura ocidental teve de buscar apoio, durante séculos, no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência também – em suma, no discurso verdadeiro. Penso, igualmente, na maneira como as práticas econômicas, codificadas como preceitos ou receitas, eventualmente como moral, procuraram, desde o século XVI, fundamentar-se, racionalizar-se e justificar-se a partir de uma teoria das riquezas e da produção; penso ainda na maneira como um conjunto tão prescritivo quanto o sistema penal procurou seus suportes ou sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade. (Foucault, 2009, p.18)

Ao longo do tempo, ao menos no Ocidente, como aponta Foucault, a coerção no discurso ocorre apoiada em saberes para se constituir a verdade do saber ao qual há uma atividade coercitiva ao se estabelecer um discurso. Então, há uma coerção no discurso tanto para se estabelecer como saber, quanto há uma coerção nos saberes que se atravessam com esse determinado saber e é nesse apoio que se estabelece o poder do discurso da verdade sobre esse determinado saber.

Conclusões de Foucault sobre a vontade de verdade no discurso

Foucault, quando escreve sobre a ordem do discurso, entende que existam três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso, sendo a vontade de verdade um deles. Eu trouxe apenas este (a vontade de verdade) para a discussão nesta dissertação, porque a palavra proibida e a segregação da loucura são, creio, englobadas pela vontade de verdade. O autor acredita que os outros dois sistemas não são englobados, mas se orientam na direção da vontade de verdade:

Dos três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso, a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade, foi o terceiro que falei mais longamente. É que, há séculos, os primeiros não cessaram de orientar-se em sua direção; é que cada vez mais, o terceiro procura retomá-los, por sua própria conta, para, ao mesmo tempo, modificá-los e fundamentá-los; é que, se os dois primeiros não cessam de se tornar mais frágeis, mais incertos na medida em que são agora atravessados pela vontade de verdade, esta, em contrapartida, não cessa de se esforçar, de se tornar mais profunda e mais incontornável. (Foucault, 2009, p.19)

De qualquer maneira, é perceptível que, para Foucault, a vontade de verdade molda muitas coisas em detrimento da verdade, a vontade da verdade pode não só fugir à verdade como usurpar o lugar da verdade, tomar seu lugar. Nesse processo podemos destacar muitas coisas, chegar a muitos efeitos e Foucault, dentro da lógica que criou para ler a vontade de verdade, entende como grandes efeitos outros sistemas de exclusão que estão em relação com vontade de verdade – a *palavra proibida* e a *segregação da loucura*. Não entrarei no mérito destes outros dois sistemas de exclusão pensados pelo autor, porque, para essa dissertação, a necessidade de elementos na matriz do discurso e efeitos causados por essa matriz creio que o interesse maior é na vontade de verdade. Inclusive, nessa linha de pensamento, destaco o que Foucault diz na continuação de sua fala acima citada:

E, contudo, é dela sem dúvida que menos se fala. Como se para nós a vontade de verdade e suas peripécias fossem mascaradas pela própria verdade em seu desenrolar necessário. E a razão disso é, talvez, esta: é que se o discurso verdadeiro não é mais, com efeito, desde os gregos, aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, senão o desejo de poder? O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma libera do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la. (Foucault, 2009, p.19-20)

Acima, Foucault traz algo muito interessante: uma dedução³¹. A vontade de poder de que fala o autor no fragmento citado aqui é, creio, uma dedução ou uma abdução frágil porque, olhando para a historicidade do discurso ocidental enquanto sistema passa do poder concedido a quem possui a *palavra* da verdade (período de Hesíodo) para o desejo de descobrir a verdade, assim como para uma vontade de verdade no que se diz.

Interessante e importante, porque é impossível saber isoladamente o que se pretende ao se dizer algo. Mesmo quando relacionamos o que o sujeito está sujeito em sociedade, o ambiente, os ecos ou vozes sociais³² carregadas pelo discurso proferido/disseminado, e quaisquer coisas que estejam no âmago do discurso ou influenciem sua constituição, não é possível entender o subjetivo em totalidade, porque o subjetivo é tanto o que está no âmago do sujeito (subjetivo), quanto aquilo ao que o sujeito está sujeito e aquilo ao que o sujeito está sujeito também influencia no molde do subjetivo do sujeito, assim como o sujeito fará o mesmo a outros, enquanto indivíduo social. Todo indivíduo é social e toda ação individual é social, parte do social para o social. O sujeito está sempre em relação com outros sujeitos e coletivos de sujeitos.

Essa é, creio, a natureza do ser humano ou, nos termos de Saussure (Amado Alonso, 1945) e Foucault (2009), o *sistema* do sujeito na sua relação com ele mesmo enquanto indivíduo e enquanto indivíduo social. Por isso, quando o indivíduo comunica algo, muitos comunicam com ele ao mesmo tempo que aquilo que comunica não é mais o que os ecos em seu discurso comunicam. Todos esses indivíduos/ecos/vozes são sociais, assim como o indivíduo que profere um discurso, e desta maneira, estão em diálogo.

31É bom lembrar que o entendimento de dedução neste trabalho é o de Peirce, o momento de raciocínio que antecede a abdução.

32O conceito de vozes sociais ficará claro ainda neste capítulo.

Neste capítulo coloco em discussão entendimentos de Foucault e de Bakhtin, justamente por causa da ideia de Foucault sobre a vontade de verdade e da ideia de Bakhtin sobre diálogo³³. O desejo de poder pode nunca vir a ser uma abdução forte, mas com certeza o discurso deixa indícios de tal – do desejo de poder. O domínio demonstrado por Foucault sobre a *memória do discurso* enquanto sistema e o entendimento de Bakhtin, que veremos mais adiante, sobre dialogismo podem nos levar a fortalecer a tese do desejo de poder no discurso. Como diz o autor o “discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma libera do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la”. Por isso Foucault acredita que:

Assim, só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade, lá justamente onde a verdade assume a tarefa de justificar a interdição e definir a loucura; todos aqueles, de Nietzsche a Artaud e a Bataille, devem agora nos servir de sinais, altivos sem dúvida, para o trabalho de todo dia. (Foucault, 2009, p. 20-21)

O pesquisador revela, então, o que crê como o papel da verdade em relação a vontade de verdade. Vamos aos procedimentos internos do discurso, de acordo com Foucault.

Procedimentos internos do discurso

Para Foucault há evidências da existência de muitos procedimentos de controle e delimitação do discurso, sendo os articulados nesta dissertação até agora (a palavra proibida; a segregação da loucura; e, o que efetivamente foi trabalhado aqui, a vontade de verdade) surgem do exterior do discurso para a constituição do discurso. Contudo, o pesquisador fala³⁴ também dos procedimentos internos ao discurso:

³³Veremos esse entendimento de diálogo de maneira clara ainda neste capítulo.

³⁴O livro *A Ordem do Discurso* trabalhado aqui é resultado de uma aula magna de Foucault, como expliquei anteriormente.

Existem, evidentemente, muitos outros procedimentos de controle e de delimitação do discurso. Aqueles de que falei até agora se exercem de certo modo do exterior; funcionam como sistemas de exclusão, sem dúvida, à parte do discurso que põe em jogo o poder e o desejo [...] Pode-se, creio eu, isolar outro grupo de procedimentos. Procedimentos internos, visto que são os discursos eles mesmos que exercem seu próprio controle; procedimentos que funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso [...] Em primeiro lugar, o comentário. Suponho, mas sem ter muita certeza, que não há sociedade onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar; fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza. Em suma, pode-se supor que há, muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre os discursos: os discursos que ‘se dizem’ no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, *são ditos*, permanecem ditos e estão por dizer. Nós os conhecemos em nosso sistema de cultura: são os textos religiosos ou jurídicos, são também esses textos curiosos, quando se considera o seu estatuto, e que chamamos de ‘literários’; em certa medida textos científicos. (Foucault, 2009, p.21-22)

Quando fala de procedimentos de classificação, ordenação, distribuição, levando o discurso para as dimensões do acontecimento e do acaso, é do discurso que diz sobre outro discurso ou outros discursos a que Foucault se refere e, portanto, são características do discurso elaboradas internamente ao discurso. A materialidade do que é dito não vem da mente de alguém, senão da articulação da mente de alguém com outros discursos conhecidos por esse sujeito e isto é realizado através da constituição de um novo discurso. Por este motivo, antes de qualquer outro tipo de discurso aonde isso ocorre, Foucault destaca o *comentário*, e também comenta sobre outros tipos de gêneros³⁵ discursivos. O pesquisador também entende que não é possível criar a categoria dos discursos fundantes e daqueles que são comentários dos discursos fundantes:

É certo que esse deslocamento não é estável, nem constante, nem absoluto. Não há, de um lado, a categoria dada uma vez por todas, dos discursos fundamentais ou criadores; e, de outro, a massa daqueles que repetem, glosam e comentam. Muitos textos maiores se confundem e desaparecem, e, por vezes, comentários vêm tomar o primeiro lugar. Mas embora seus pontos de aplicação possam mudar, a função permanece; e o princípio de um deslocamento encontra-se sem

35A ideia de gênero trazida em quaisquer lugares desta dissertação seguem a lógica *Bakhtiniana*. Ainda neste capítulo ficará claro algumas distorções de senso comum sobre gênero discursivo a partir do que propôs Bakhtin com o conceito.

cessar reposto em jogo. O desaparecimento radical desse desnivelamento não pode nunca ser senão um jogo, utopia ou angústia. Jogo, à moda de Borges, de um comentário que não será outra coisa senão a reparação, palavra por palavra (mas dessa vez solene e esperada), daquilo que ele comenta; jogo, ainda, de uma crítica que falaria até o infinito de uma obra que não existe. Sonho lírico de um discurso que renasce em cada um de seus pontos, absolutamente novo e inocente, e que reaparece sem cessar, em todo frescor, a partir das coisas, dos sentimentos ou dos pensamentos. Angústia daquele doente de Janet para quem o menor enunciado era como ‘palavra de Evangelho’, encerrando inesgotáveis tesouros de sentido e merecendo ser indefinidamente relançado, recomçado, comentado. “Quando eu penso, dizia ele logo que lia ou escutava, quando penso nesta frase que vai partir para a eternidade e que eu talvez ainda não tenha compreendido plenamente”. Mas quem não vê que se trata aí, cada vez, de anular um dos termos da relação, e não de suprimir a relação ela mesma? Relação que não cessa de se modificar através do tempo; relação que toma em uma época dada formas múltiplas e divergentes; a exegese jurídica é muito diferente (e isto há bastante tempo) do comentário religioso; uma mesma e única obra literária pode dar lugar, simultaneamente, a tipos de discurso bem distintos: a *Odisseia* como texto primeiro é repetida, na mesma época, na tradução de Bérard, em infundáveis explicações de texto, no *Ulysses* de Joyce.” (Foucault, 2009, p. 21-24)

Na citação acima, no fragmento da obra de Foucault, podemos pensar na diferença entre uma obra de Foucault e uma foucaultiana, ou seja, entre o autoral como original (em verdade, uma das interpretações possíveis para o termo e conceito *original*), contudo não serve para explicar a matriz do discurso. O dito é, por natureza, dialógico. Bakhtin (2003), explica o que Foucault deixou “passar” logo acima: todo discurso carrega ecos, não existindo efetivamente um discurso original. O pesquisador russo (Bakhtin) até consegue trazer algo ilustrativo – que torne exemplar (modelo) –, a existência de um discurso original. O primeiro discurso do Adão mítico da Bíblia. Este, quando proferido foi feito diante de um mundo virgem: o ser humano ainda não havia aplicado sentido, pela ótica humana, às coisas do mundo natural. Por outro lado, Foucault entende a semiose que se estabelece com os discursos:

Por um lado permite construir (e indefinidamente) novos discursos: o fato de o texto primeiro pairar acima, sua permanência, seu estatuto de discurso sempre reatualizável, o sentido múltiplo ou oculto de que passa por ser detentor, a reticência e a riqueza essenciais que lhe atribuímos, tudo isso funda uma possibilidade aberta de falar. Mas, por outro lado, o comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro*. Deve, conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito. [...] O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto

mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado. [...] O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta. (Foucault, 2009, p. 25-26, grifos do autor)

O discurso é sempre algo novo, que se estabelece através de algo já dito, mas não sendo o mesmo que esse algo já dito. Isto pode parecer um pouco confuso, mas quando pensamos no já dito, sendo dito por outros sujeitos e no sujeito que profere o novo discurso como o criador de um diálogo com os outros sujeitos, estes ecos dentro do discurso, o discurso novo, creio que fique mais fácil a compreensão da matriz da discursividade. Dito isso, seguimos para a questão do autor.

O Autor

Foucault quando trabalha com o conceito de autor não é sob o viés da autoralidade, mas dos significantes, sendo para o pesquisador o “autor, não entendido [...] como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade de origem de suas significações, como foco de sua coerência” (Foucault, p.26). Na semiologia ou linguística moderna, de onde Foucault “bebe”, o signo é o fruto da relação entre o significante e o significado. A “leitura”/análise da gramática, portanto, obedecendo a um sistema (a gramática é tida como um sistema da linguagem) nos oferece, em tese, de acordo com a semiologia, o significado do que se enuncia. O autor para Foucault é a base do processo sógnico entre significante e significado:

Esse princípio não voga em toda parte nem de modo constante: existem, ao nosso redor, muitos discursos que circulam, sem receber seu sentimento ou sua eficácia de um autor ao qual seriam atribuídos: conversas cotidianas, logo apagadas; decretos ou contratos que precisam de signatários mas não de autor, receitas técnicas transmitidas no anonimato. Mas nos domínios em que a atribuição a um autor é regra – literatura, filosofia, ciência – vê-se bem que ela não desempenha sempre o mesmo papel; na ordem do discurso científico, a atribuição a um autor era, na Idade Média, indispensável, pois era um indicador de verdade. Uma proposição era considerada como recebendo de seu autor seu valor científico. Desde o século XVII, esta função não cessou de se enfraquecer, no discurso científico: o autor só funciona para dar um nome a um teorema, um

efeito, um exemplo, uma síndrome. Em contrapartida, na ordem do discurso literário, e a partir da mesma época, a função do autor não cessou de se reforçar: todas as narrativas, todos os poemas, todos os dramas ou comédias que se deixava circular na Idade Média no anonimato ao menos relativo, eis que, agora, se lhes pergunta (e exigem que respondam) de onde vêm, quem os escreveu; pede-se que o autor preste contas da unidade de texto posta sob seu nome; pede-se-lhe que revele, ou ao menos sustente, o sentido oculto que os atravessa; pede-se-lhe que os articule com sua vida pessoal e suas experiências vividas, com a história real que os viu nascer. O autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real. (Foucault, 2009, p.26-28)

O autor, para Foucault, assim como o comentário, ordenam formas de discurso e marcam a identidade, o DNA do discurso, ou seja, o “comentário limitava o acaso do discurso pelo jogo de uma identidade que teria a forma da repetição e do mesmo. O princípio do autor limita esse mesmo acaso pelo jogo de uma identidade que tem a forma da individualidade e do eu” (p. 28). Em outras palavras, a forma como se trabalha a relação da presença do autor ou o que é o autor em um discurso, assim como a relação do comentário – que é responsivo, novo e, ao mesmo tempo, repetição – com o discurso já proferido por outro.

A questão tanto do comentário, quanto do autor, que, talvez, Foucault, não tenha levado em consideração, pois, parece, ao menos no caso do comentário, dá mais ênfase a repetição, diferentemente de Bakhtin que vê no novo discurso ou no novo diálogo a ação responsiva³⁶, é a questão da *tensão*. O que faz a semiose acontecer não é a repetição, mas o uso da repetição para algo novo. A repetição é apenas parte do sistema discursivo. Contudo, creio ser necessário levantar que, quando Foucault fala em identidade, assim como em sistema, está falando de lógica. Isto é, dependendo da forma como se trabalha o autor, a identidade, haverá uma lógica discursiva diferente.

Comunicação, sistemas de restrição e rituais

São os ritos ou hábitos sistematizados que permitem com que formemos ou organizemos qualquer crença e por causa disto Foucault analisa a relação da troca e da

³⁶Veremos a questão da responsividade no diálogo ainda neste capítulo.

comunicação com os sistemas sem deixar a variável resultante: o rito. O pesquisador percebe também, assim como qualifica a questão da restrição na relação destes elementos na constituição dos ritos e força que existem na troca e na comunicação por causa dos ritos:

“A troca e a comunicação são figuras positivas que atuam no interior de sistemas complexos de restrição; e sem dúvida não poderiam funcionar sem estes. A forma mais superficial e mais visível desses sistemas de restrição é constituída pelo que se pode agrupar sob o nome de ritual; o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção. Os discursos *religiosos*, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos.” (Foucault, 2009, p.38-39, grifos meus)

Os discursos de cunho religioso, jurídico, como bem mostra Foucault, assim como o pedagógico, o jornalístico – e qualquer outro de matriz publicizadora –, entre outros encontram na formulação dos ritos grandes possibilidades de atingir objetivos do que se é comunicado, pelos efeitos possíveis. Bakhtin (2003), vai de encontro a isso quando fala sobre dialogismo, implicando naquilo que cerca a linguística e a transcende, como veremos mais a frente.

Foucault fala também sobre o lugar do discurso entre o pensamento e a palavra. Confesso que tenho dificuldade de ter certeza sobre o que o pesquisador queria expressar sobre isso, mas, se eu não estiver enganado, Foucault fala do discurso já constituído e a ser comentário ou *ecoado*. Se for este o caso, sua aparente crítica ao período dos sofistas como negativo a busca pela verdade que temos atualmente, embora também tenha nascido outras formas de vontade de verdade, o pesquisador parece ter apostado em um lugar para o discurso que lhe credita menos uma vontade de verdade e mais uma aplicação dedutiva de raciocínio que chega a abdução:

Desde que foram excluídos os jogos e o comércio dos sofistas, desde que seus paradoxos foram amordaçados, com maior ou menor segurança, parece que o pensamento ocidental tomou cuidado para que o discurso ocupasse o menor

lugar possível entre o pensamento e a palavra; parece que tomou cuidado para que o discurso aparecesse apenas como um certo aporte entre pensar e falar; seria um pensamento revestido de seus signos e tornado visível pelas palavras, ou, inversamente, seriam as estruturas mesmas da língua postas em jogo e produzindo um efeito de sentido. (Foucault, 2009, p. 46)

O interessante é que, se for o caso do que coloco acima, esse revestimento do pensamento serve para gerar uma autoridade ao que será expresso em palavras ao mesmo tempo que o pensamento ganha “corpo”, signos, tornando-se visível, como diz Foucault, assim como inversamente, seguindo os ritos da língua, colocaria suas estruturas em jogo para produzir sentido.

O sujeito fundante

A ideia de sujeito fundante levantada pelo autor converge com a questão do discurso entre o pensamento e a palavra com a ideia de experiência originária, que será tratado aqui. Esse sujeito é o que Foucault trata como o que funda horizontes de significações e não se relaciona com os discursos. Entendo que, diferentemente do que Bakhtin chamaria de um monologismo ou falso monologismo, Foucault, fala daquilo que é efetivamente novo e distante, podemos dizer, da relação do que seria um comentário. O papel do comentário seria dado para o que se relaciona discursivamente com o sujeito fundante e essa expressão do sujeito fundante ao dizer ou mostrar algo não chegaria a um entendimento linguístico de discurso, pois estaria no universo da dedução:

O sujeito fundante, com efeito, está encarregado de animar diretamente, com suas intenções, as formas vazias da língua; é ele que, atravessando a espessura ou a inércia das coisas vazias, reapreende, na intuição, o sentido que aí se encontra depositado; é ele igualmente que, para além do tempo, funda horizontes de significações que a história não terá senão de explicitar em seguida, e onde as proposições, as ciências, os conjuntos dedutivos encontrarão, afinal, seu fundamento. Na sua relação com o sentido, o sujeito fundador dispõe de signos, marcas, traços, letras. Mas, para manifestá-los, não precisa passar pela instância singular do discurso. (Foucault, 2009, p.47)

A dedução para Foucault, enquanto aparente filósofo, embora muito beba da linguística não é o mesmo que para Peirce. Contudo, é interessante que este sujeito seja, para Foucault, o que “funda horizontes de significações que a história não terá senão de explicitar em seguida, e onde as proposições, as ciências, os conjuntos dedutivos encontrarão, afinal, seu fundamento”. Se trocarmos *dedutivos* por *abdutivos*, estaremos a dizer sobre uma semiose que se relaciona com o novo ou o ato criativo, embora, ao que parece, para Foucault, essa comunicação não seja um discurso.

Experiência originária: apenas uma leitura do mundo

Diferentemente do monologismo de Bakhtin, para Foucault, mesmo a experiência originária antecedendo até mesmo um pensar/refletir, há uma “cumplicidade primeira” com o mundo que fundaria para nós a possibilidade de dizer sobre ele:

[...] experiência originária, desempenha um papel análogo. Supõe que no nível da experiência, antes mesmo que tenha podido retomar-se na forma de um *cogito*, significações anteriores, de certa forma já ditas, percorriam o mundo, dispondo-o ao redor de nós e abrindo-o. Logo de início, a uma espécie de reconhecimento primitivo. Assim uma cumplicidade primeira com o mundo fundaria para nós a possibilidade de falar dele, nele; designá-lo e nomeá-lo, de julgá-lo e de conhecê-lo, finalmente, sob a forma da verdade. Se o discurso existe o que pode ser, então, sua legitimidade, senão uma discreta leitura? As coisas murmuram, de antemão, um sentido que nossa linguagem precisa apenas fazer manifestar-se; e esta linguagem, desde seu projeto mais rudimentar, nos falaria já de um ser do qual seria como a nervura. (Foucault, 2009, p.47-48, grifos do autor)

O questionamento de Foucault neste fragmento citado aqui sobre o discurso é de grande importância para esta dissertação, porque se “o discurso existe o que pode ser, então, sua legitimidade, senão uma discreta leitura?”. O ponto de divergência com o que entende Bakhtin e será trabalhado a seguir é o murmúrio das coisas se manifestando como sentido em nossa linguagem, porque, para Bakhtin, o ato de comunicação está no contexto e não no texto.

Mediação universal: especulação, logofobia e temor

O pesquisador parece não gostar do que se entende por mediação universal, considera a ideia uma forma de eliminar a realidade do discurso ou, conforme suas palavras, elidir. Foucault entende que o discurso ao tentar trazer a consciência das coisas e gerar concepções imediatistas delas torna-se especulação ou um meio central para a especulação. Tanto quando o discurso não é nada mais do que algo já pronunciado, quanto quando as coisas do mundo natural e os acontecimentos que as envolvem são transformadas em discurso, como diz o Foucault, de maneira insensível, ou seja, sem um “tato” das limitações daquele discurso em relação aquilo que ele representa do mundo natural e seus acontecimentos o discurso é uma verdade que nasce diante dos olhos do discurso e, tendo adquirido sentido (de um raciocínio humano) voltam, para o autor, a condição “silenciosa da consciência de si”:

O tema da mediação universal é ainda, creio eu, uma maneira de elidir a realidade do discurso. Isto, apesar da aparência. Pois parece, à primeira vista, que ao encontrar em toda parte o movimento de um logos que eleva as singularidades até o conceito e que permite à consciência imediata desenvolver finalmente toda a racionalidade do mundo, é o discurso ele próprio que se situa no centro da especulação. Mas este logos, na verdade, não é senão um discurso já pronunciado, ou antes, são as coisas mesmas e os acontecimentos que se tornam insensivelmente discurso, manifestando o segredo de sua própria essência. O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si. (Foucault, 2009, p.48-49)

Creio que seja mais fácil de entender o papel do discurso, quando Foucault diz que:

[...] o discurso nada mais é do que um jogo, de escritura, no primeiro caso, de leitura, no segundo, de troca, no terceiro, e essa troca, essa leitura e essa escritura jamais põem em jogo senão os signos. O discurso se anula, assim, em sua realidade, inscrevendo-se na ordem do significante. [...] Tudo se passa como se interdições, supressões, fronteiras e limites tivessem sido dispostos de modo a dominar, ao menos em parte, a grande proliferação do discurso. De modo a que sua riqueza fosse aliviada de sua parte mais perigosa e que sua desordem fosse organizada segundo figuras que esquivassem o mais incontrolável; tudo se passa como tivessem querido apagar as marcas de sua irrupção nos jogos do pensamento e da língua. Há, sem dúvida, em nossa sociedade e, imagine, em

todas as outras mas segundo um perfil e facetas diferentes, uma profunda logofobia, uma espécie de temor surdo desses acontecimentos, dessa massa de coisas ditas, do surgir de todos os enunciados, de tudo o que possa haver aí de violento, de descontínuo, de combativo, de desordem, também, e de perigoso, desse grande zumbido incessante e desordenado do discurso. (Foucault, 2009, p.49-50)

O discurso é colocado, para Foucault (creio que esteja correto), entre o pensamento e a língua e em um jogo. Assim como o pensamento, o discurso é desordenado, mas nem sempre. Foucault mostra isso e nesse momento do texto parece se contradizer. O título de seu livro leva ao entendimento de que o discurso possui uma ordem. Contudo, o pesquisador fala dos sistemas que têm como serventia as restrições para controlar o discurso e de diversas formas.

Mesmo assim, características de alguns discursos como aqueles mais cotidianos ou que são menos restringidos mostram suas facetas de desordem, do violento, do contraditório e de qualquer outra coisa que é transformada em ruído na sistematização de um discurso. Não podemos deixar de observar também que, a colocação do discurso como entre o pensamento e a língua, por Foucault, é um produto da linguagem e tem por característica estar em transformação, sendo possível também analisarmos o que se esconde atrás das restrições, como o violento, o contraditório, etc.

Por isso diz, Foucault, “[...] se quisermos [...] analisá-lo [o discurso] em suas condições, seu jogo e seus efeitos, é preciso, creio, [...] questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante” (Foucault, 2009, p. 51). O significante é parte importante do processo de significação das coisas tanto naturais, quanto humanas, porque são os signos as coisas inteligíveis para nós, mas combater a soberania dos significantes é combater também a cristalização da verdade e por consequência a força da vontade de verdade sobre a verdade.

Princípios do discurso: inversão, descontinuidade, especificidade, exterioridade

Foucault acredita que são quatro os princípios do discurso, sendo o primeiro o da inversão:

[...] um princípio de *inversão*: lá onde, segundo a tradição, cremos reconhecer a fonte dos discursos, o princípio de sua expansão e de sua continuidade, nessas figuras que parecem desempenhar um papel positivo como o do autor, da disciplina, da vontade de verdade, é preciso reconhecer, ao contrário, o jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do discurso. (Foucault, 2009, p.51-52, grifos do autor)

A inversão, então, a questão do negativo, a rarefação do discurso e daquilo que implica no recorte que é o discurso. O outro lado da expansão, pelo que parece crer. Depois vem o contrário da continuidade também como natureza do discurso, assim como a continuidade:

[...] princípio de *descontinuidade*: o fato de haver sistemas de rarefação não quer dizer que por baixo deles e para além deles reine um grande discurso ilimitado, contínuo e silencioso que fosse por eles reprimido [...] Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem. (Foucault, 2009, p.52, grifos do autor)

O princípio da descontinuidade é o que nos atentamos a uma, em tese, falsa sensação de haver necessariamente uma continuidade entre um discurso e outro ou outros. O terceiro princípio é de uma reflexão sobre a natureza do discurso que é a especificidade, uma especificidade que não serve como deciframento, porque a língua não possui esse poder sobre as coisas:

[...] princípio de *especificidade*: não transformar o discurso em um jogo de significações prévias; não imaginar que o mundo nos apresenta uma face legível que teríamos de decifrar apenas; ele não é cúmplice de nosso conhecimento [...] Deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso; e nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade. (Foucault, 2009, p.53, grifos do autor)

O discurso acaba por ser uma “violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos”. Os acontecimentos do discurso seguem uma regularidade e essa não é

natureza das coisas e de seus acontecimentos. Por último, temos o princípio da exterioridade:

[...] *exterioridade*: não passar do discurso para o seu núcleo interior e escondido, para o âmago de um pensamento ou de uma significação que manifestariam nele, mas, a partir do próprio discurso, de sua aparição e de sua regularidade, passar às suas condições externas de possibilidade, aquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras. (Foucault, 2009, p. 53, grifos do autor)

Não cabe ao discurso decifrar as coisas, pois ele não possui esse poder, assim como não nos cabe fingir analisar o âmago de um pensamento, porque isso seria *invencionismo*. O papel da investigação está em enxergar ou tentar enxergar as coisas que se apresentam através do discurso. Essa última questão é linguística, portanto, difere das possibilidades encontradas com o contexto e as possibilidades demonstradas pela translinguística de Bakhtin, embora contexto e âmago do discurso sejam coisas diferentes. As condições internas do discurso são mostradas em algum nível com o contexto. Trabalharemos mais isso ao longo da dissertação.

Instante e sujeito

Se “os acontecimentos discursivos devem ser tratados como séries homogêneas, mas descontínuas uma em relação as outras, que estatuto convém dar a esse descontínuo?” (Foucault, p.58). Trata-se “de cesuras que rompem o instante e dispersam o sujeito em uma pluralidade de posições e de funções possíveis” (Foucault, p.58). A continuidade entre os discursos não é uma continuidade entre os discursos, senão um diálogo, como bem percebeu Bakhtin. O discurso é uma leitura e ao mesmo tempo um recorte que causa a sensação de romper o contínuo do que acontece no presente natural ou social, mas também no passado. O acontecimento discursivo dispersa o sujeito do que mais acontece em seu redor e o foca naquilo que diz a ação de rompimento do instante presente, natural e social.

Sistematicidades descontínuas, o acaso e o pensamento

A casualidade é o dispositivo do discurso e entra em relação com o pensamento:

[...] é preciso elaborar uma teoria das sistematicidades descontínuas. [...] se é verdade que essas séries discursivas e descontínuas têm, cada uma, entre certos limites, sua regularidade, sem dúvida não é menos possível estabelecer entre os elementos que as constituem nexos de causalidade mecânica ou de necessidade ideal. É preciso aceitar introduzir a casualidade como categoria na produção dos acontecimentos. Aí também se faz sentir a ausência de uma teoria que permita pensar as relações do acaso e do pensamento. (Foucault, 2009, p.58-59)

O controle e a coerção, o desejo de saber e o poder sobre o saber mascaram a presença da casualidade.

Regularidade e coerção

Todo discurso possui regularidade e coerção, mas a regularidade e a coerção são construídas de maneiras diferentes nas enunciações daqueles que significam, que geram signos:

Poderíamos considerar, também, as séries de discursos que, nos séculos XVII e XVIII, referem-se à riqueza e à pobreza, à moeda, à produção, ao comércio. Trata-se, então, de conjuntos de enunciados muito heterogêneos, formulados pelos ricos e pelos pobres, pelos sábios e pelos ignorantes, protestantes ou católicos, oficiais do rei, comerciantes ou moralistas. Cada qual tem sua forma de regularidade, e igualmente seus sistemas de coerção. Nenhum deles prefigura exatamente essa outra forma de regularidade discursiva que tomará forma de uma disciplina e chamar-se-á ‘análise das riquezas’, depois, ‘economia política’. É, contudo, a partir deles que uma nova regularidade se formou, retomando ou excluindo, justificando ou descartando alguns dos seus enunciados. (Foucault, 2009, p.68)

Para que haja essa regularidade, é na forma de disciplina que as relações interdiscursivas acontecem ou a partir das disciplinas.

Crítica e genealogia do discurso

É na dupla função analítica da crítica e da descrição genealógica do discurso ou dos discursos, entende Foucault, que podemos estudar com propriedade um discurso:

[...] as descrições críticas e as descrições genealógicas devem alternar-se, apoiar-se umas nas outras e se completarem. A parte crítica da análise liga-se aos sistemas de recobrimento do discurso; procura detectar, destacar esses princípios de ordenamento, de exclusão, de rarefação do discurso. Digamos, jogando com as palavras, que ela pratica uma desenvoltura aplicada. A parte genealógica da análise se detém, em contrapartida, nas séries da formação efetiva do discurso: procura apreendê-lo em seu poder de afirmação, e por aí entendo não um poder que se oporia ao poder de negar, mas o poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras e falsas. [...] se o estilo crítico é o da desenvoltura estudiosa, o humor genealógico será o de um positivismo feliz. [...] a análise do discurso, assim entendida, não desvenda a universalidade de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação. Rarefação e afirmação, rarefação, enfim, da afirmação e não generosidade contínua do sentido, e não monarquia do significante. (Foucault, 2009, p.69-70, grifos meus)

A análise do discurso “não desvenda a universalidade de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação”. É importante lembrar que análise do discurso é produção de discurso e, portanto, produção de sentido, no entendimento linguístico. Isto é, trata-se de uma leitura, nunca de desvendar os segredos do universo ou de universalizar um sentido (usei esse jogo de palavras, no intuito de dar ênfase a centralidade da leitura e de que nunca dominamos nada de maneira universal, assim como o universo não é desvendável, mas, dentro do possível, posse ser inteligível para nós). Da mesma maneira, nenhum significante detém o domínio do sentido sobre quaisquer coisas.

Dialogismo

O primeiro ato importante que destaco da pesquisa de Fiorin sobre Bakhtin é a responsividade. A ação de resposta é uma parte muito importante no dialogismo:

O ouvinte ou o leitor, ao receber e compreender a significação lingüística de um texto, adota, ao mesmo tempo, em relação a ele, uma atitude responsiva ativa: concorda ou discorda, total ou parcialmente; completa; adapta; etc. Toda compreensão passiva da significação é apenas parte do processo global de compreensão. O topo é a compreensão responsiva ativa, que se expressa num ato real de resposta. (Fiorin, 2008, p.6, grifos meus)

Quanto a compreensão passiva, já neste nível de compreensão há, como sabemos uma dependência da cognição para a forma como será interpretada, ou seja, mesmo em questão de lingüística nenhum interprete fará uma mesma interpretação. Se ficarmos apenas na parte da compreensão passiva, a semiose ocorrerá de qualquer forma e signos serão criados, o diálogo ocorrerá pela fluidez natural ao diálogo da presença das vozes sociais ou ecos. Contudo, na responsividade ativa, ou seja, no diálogo elaborado por aquele que responde ao diálogo de outro é que enriquecemos a semiose. Mesmo assim, há diversos tipos de dialogismos, como veremos ainda no decorrer deste capítulo. Mais do que uma resposta específica, o processo responsivo é de fundamental importância em termos de análise do discurso que se pretende compreender, porque a construção de um discurso se faz sempre a partir de uma resposta, que é um ato comunicacional:

Compreender é participar de um diálogo com o texto, mas também com seu destinatário, uma vez que a compreensão não se dá nem que entremos numa situação de comunicação, e ainda com outros textos sobre a mesma questão. Isso quer dizer que a leitura de uma obra é social, mas também individual. Na medida em que o leitor se coloca como participante do diálogo que se estabelece em torno de um determinado texto, a compreensão não surge da sua subjetividade. Ela é atribuída de outras compreensões. Ao mesmo tempo, como o leitor participa desse diálogo mobilizando aquilo que leu e dando a todo esse material uma resposta ativa, sua leitura é singular. (Fiorin, 2008, p.6)

Acima, Fiorin, nos explica um pouco da função comunicativa dos diálogos, mas lembra que a compreensão é tanto social, quanto individual. Não há um isolamento do pensamento da pessoa A para a pessoa B. Simplesmente a natureza do diálogo não é essa. A leitura, portanto, é sempre singular, mas é composta de diversas compreensões diferentes, mesmo que o entendimento da diferença entre uma leitura e outra seja pequena, negar a singularidade existente em cada leitura é, na verdade, uma ação positivista que impede uma análise da dimensão real da compreensão de um diálogo.

Bakhtin, “se posicionou contra o que se convencionou chamar as grandes narrativas do século XIX e do início do século XX, criticou o estruturalismo, a psicanálise, o formalismo, não foi existencialista, não aderiu propriamente ao marxismo, negou o coletivismo” (Fiorin, 2008, p.15), conforme explicação de Fiorin, que diz ainda: “[Bakhtin] Mostrou que todas as explicações totalizantes eram monológicas. Daí se concluiu que não foi um modernista” (grifos meus).

É difícil dizer se Bakhtin não era um modernista, apenas com estas abstrações de Fiorin, contudo, o pesquisador russo, aparentemente é contra qualquer forma de definição absolutizadora ou reducionista, o que facilmente o faz ser atrelado a um estudioso da lógica (seja qual for a construção lógica) ou um pesquisador de viés semiótico. Apenas uma coisa sobre o que disse Fiorin no trecho resgatado acima deve ser analisada com atenção, pois implica diretamente no estudo proposto para essa dissertação no que diz respeito ao dialogismo: o *monologismo*. Em realidade, como veremos mais à frente, Bakhtin não acredita no fato do monologismo, senão em casos mitológicos como o do Adão bíblico diante do mundo *virgem*.

Para Bakhtin, conforme o próprio pesquisador brasileiro, Fiorin, “a língua, em sua totalidade concreta, viva, em seu uso real, tem a propriedade de ser dialógica” (Fiorin, 2008, p.18). Porém, em essência, o pesquisador brasileiro descreve como monológico um tipo de dialogismo que tende a levar a construção do diálogo para uma centralização do pensamento a ser desenvolvido, de tal maneira que não há uma abertura para (futuras) contestações por parte do(s) diálogo(s) responsivo(s). Não é que a contestação se torne impossível ou seja impedida, mas a construção do diálogo é de idealização centralizadora, promovendo um diálogo fechado, que o autor denomina *força centrípeta*:

[...] o acento de sua obra na alteridade, na fragmentação, na energia centrífuga, na rejeição das forças centrípetas, na carnavalização com sua luta contra a autoridade, na negação das diferenças entre cultura popular e cultura erudita, na não-hierarquia, no relativismo faz dele um ícone dos teóricos da pós-modernidade. No entanto, Bakhtin recusaria um relativismo total que faz surgirem novos monologismos: as seitas totalitárias, os mitos nacionais, a xenofobia, o fundamentalismo... Além disso, é estranho ao pensamento bakhtiniano ver o lugar da supremacia como corrompido e corruptor e encontrar a virtude em outro lugar, nos excluídos, nos marginalizados, nos que estão fora do centro. Para ele, ação ética não pode desprezar o tempo e lugar em que se vive. (Fiorin, 2008, p.15)

É interessante também essa leitura de Fiorin sobre Bakhtin, pois ele o coloca no mesmo lugar de Peirce aonde uma verdade nunca é absoluta. Isto é, nem mesmo o lugar da margem, do marginalizado o coloca na situação de alguém que detém a razão. O diálogo, então, é o lugar em que as coisas se relacionam, contudo, de acordo com o que o Fiorin nos traz, coloca o tempo e o lugar em que se vive como relevante e que “recusaria um relativismo total que faz surgirem novos monologismos”. Desta forma, usar da análise da memória histórica para gerar verdades absolutas também não seria para Bakhtin, de acordo com Fiorin, uma forma de análise legítima.

Diz Fiorin, Bakhtin “tratou fundamentalmente das relações do eu com o outro [...], o outro é uma posição social, expressa num texto” e as “relações dialógicas de que ele se ocupou não são o diálogo face a face, mas as relações entre posições sociais” (Fiorin, 2008, p.15). Todos “os enunciados no processo de comunicação, independentemente de sua dimensão, são dialógicos” (Fiorin, 2008, p.19) e “é sempre e inevitavelmente também a palavra do outro”.

Qualquer discurso “é inevitavelmente ocupado, atravessado, pelo [por algum] discurso alheio. O dialogismo são as relações de sentido que se estabelecem entre dois enunciados” (Fiorin, 2008, p.19). Claro, não cristalizar uma verdade é muito importante, mas isso não significa que não haja verdadeiro e falso. Nos estudos realizados por Bakhtin consta que o único a nunca praticar o dialogismo foi o mítico Adão, pois ele viveu em um mundo virgem, como diz Bakhtin. Ele diz isso porque o que está descrito na Bíblia é um mundo virgem. Esse seria o único caso de monologismo por fato. Contudo, por padrão, por fenômeno, o dialogismo se caracteriza como o processo inerente a construção de um diálogo:

Um objeto qualquer do mundo interior ou exterior mostra-se sempre perpassado por idéias gerais, por pontos de vista, por apreciações dos outros; dá-se a conhecer para nós desacreditado, contestado, avaliado, exaltado, categorizado, iluminado pelo discurso alheio. Não há nenhum objeto que não apareça cercado, envolto, embebido em discursos. Por isso, todo discurso que fale de qualquer objeto não está voltado para a realidade em si, mas para os discursos que a circundam. Por conseguinte, toda palavra dialoga com outras palavras, constitui-se a partir de outras palavras, está rodeada de outras palavras. (Fiorin, 2008, p.19)

Esse é um ponto importante sobre os estudos de Bakhtin, o autor não considerava a intertextualidade, ou seja, não era um linguista clássico ou mesmo um linguista moderno (semiólogo). Tão pouco acreditava que um discurso dialogava com a realidade. Os termos para a ideia de realidade em Bakhtin não são os mesmos da semiótica. A realidade a que o autor se refere é a realidade do mundo físico, a realidade material – literalmente. Um discurso inevitavelmente dialoga com outro discurso, por isso sua natureza é dialógica e não monológica. Assim como o discurso não é realizado no contato com a realidade em si, o discurso sempre é realizado no contato com outro discurso ou outros discursos. Isto é, ao produzirmos um discurso, o fazemos de maneira a dialogar com as representações sobre a realidade que os ecos (as vozes sociais), nossas referências, trazem à tona.

Somente o contato com um mundo virgem, sem nomeações ou denominações e conceituações dialogaria diretamente com a realidade em si, mas mesmo assim não poderia descrevê-la totalmente e fidedignamente, longe disso, poderia apenas fazer leituras sobre ela. Esse fato do diálogo se dar pela produção de sentido não do texto, mas do que diz o texto, ou seja, de ver o texto como um meio para uma comunicação ou sentido de uma ação comunicativa e não o de sentido textual é que faz o pensamento de Bakhtin se deslocar de uma análise entre textos para uma análise entre enunciados/enunciações³⁷.

É por isso que Bakhtin é considerado o criador de um tipo de análise translinguística da linguística ou, minimamente, como também é intitulado, um filósofo da linguística. É por isto, também, que há uma contestação sobre o pesquisador russo ter criado o conceito de *intertextualidade*³⁸, já que seu objeto de estudo estaria em algo como *interenunciatividade* ou, talvez, também, *intervoices*.

O “discurso com apreciação admirativa dialoga com o discurso com entonação desdenhosa, um constitui-se a partir do outro” (Fiorin, 2008, p.20). Isto não tem a ver com o diálogo entre diferentes *gêneros discursivos*, mas com a entonação, como diz Fiorin. O discurso não é como um estilo ou gênero (estilo e gênero são duas coisas diferentes): ele é feito a partir de um gênero e um estilo textual. A entonação é uma qualidade do discurso, podendo serem tensionadas qualidades diferentes para a produção de um discurso ou exercido o uso de uma qualidade de entonação para responder a outra, como vemos bem ilustrado na citação acima. Tem mais a ver com o tom do discurso, que, conseqüentemente,

³⁷Veremos logo mais sobre isso, no decorrer deste capítulo.

³⁸Idem nota 12.

dará o tom da enunciação, do que propriamente ao sentido da escolha de uma palavra cuja função é a de um adjetivo:

As unidades da língua são os sons, as palavras e as orações, enquanto os enunciados são as unidades reais de comunicação. As primeiras são repetíveis. Com efeito, um som como /p/, uma palavra como ‘irmão’, uma oração como ‘É preciso ser forte’ são repetidos por milhares e milhares de vezes. No entanto, os enunciados são irrepetíveis, uma vez que são acontecimentos únicos, cada vez tendo um acento, uma apreciação, uma entonação próprios. (Fiorin, 2008, p.20)

A base no que traz Fiorin acima é o suficiente para entendermos que, para Bakhtin, o enunciado não é o mesmo que o texto gramatical. Como já havia sido colocado em momentos anteriores nesta dissertação. Além do que, a gramática é limitada pelas palavras e suas funções, mas o enunciado produz sentido de maneira única e, talvez, com uma potencialidade inesgotável, por sua natureza estar atrelada a comunicação e não ao texto. Este, o texto, para o pesquisador russo, está atrelado a forma para se produzir o ato, a ação, que é comunicacional.

Para a linguística, a sintaxe é o que produz significado, em termos de discurso, e dá o caráter de enunciado, no entanto, esse não é o pensamento de Bakhtin:

[...] o filósofo não nega a existência da língua nem condena seu estudo [...] considera-o necessário para compreender as unidades da língua. No entanto, ele mostra que a fonologia, a morfologia ou a sintaxe não explicam o funcionamento real da linguagem. Por isso, propõe a criação da *translingüística* [...] (Fiorin, 2008, p.20, grifos do autor)

Desta maneira, pensando nos “entremeios” da linguística e da contextualização do texto, das possibilidades de comunicar algo e de como é comunicado através da língua – o contexto –, que Bakhtin pensa uma translingüística. Em “algumas traduções das obras de Bakhtin, o termo ‘translingüística’ aparece como ‘metalingüística’. Esse problema de denominação é uma prova do acerto bakhtiniano a respeito da diferença entre as unidades da língua (objeto da lingüística) e as unidades reais de comunicação (objeto da translingüística)” (Fiorin, 2008, p.20).

Quanto a translingüística, o que “Bakhtin tinha em mente era constituir uma ciência que fosse além da lingüística, examinando o funcionamento real da linguagem em sua unicidade e não somente o sistema virtual que permite esse funcionamento” (Fiorin, 2008, p.21). Isto é, o autor entende a gramática como um sistema que serve de meio para a ação, um sistema que dá potencialidade para ações comunicativas, sendo que o “objeto, pois, da translingüística são os aspectos e as formas das relações dialógicas entre enunciados e entre suas formas tipológicas”. Isto ocorre devido a natureza da responsividade no ato enunciativo, ou seja, “o enunciado é a réplica de um diálogo, pois cada vez que se produz um enunciado o que se está fazendo é participar de um diálogo com outros discursos”.

Um enunciado está acabado, conforme Fiorin, “quando permite uma resposta de outro. Portanto, o que é constitutivo do enunciado é que ele não existe fora das relações dialógicas. Nele estão sempre presentes ecos e lembranças de outros enunciados, com que ele conta, que ele refuta, confirma, completa, pressupõe e assim por diante”. Ou seja, estes ecos são as vozes sociais e sempre estão presentes no discurso, porque é deles (ecos) que se constitui um discurso. É delas (vozes sociais) que surgem as possibilidades e as potencialidades para a criação de um diálogo.

Para ilustrar, Fiorin, traz um caso:

Analisemos um exemplo. Certa ocasião, Anthony Garotinho, então governador do Rio de Janeiro, definiu o PT como o ‘partido da boquinha’. O que ele quis dizer, em tom zombeteiro, é que o PT era o partido dos que pretendiam tirar vantagem material de algo (no caso, o aparelho do Estado) sem fazer esforço. Nessa época, ainda não haviam ocorrido os fatos a respeito de mensalões, financiamento ilegal de campanhas, desvio de recursos, que estarreceram, entristeceram e revoltaram os brasileiros. O PT apresentava-se como o partido da ética. Por isso, o enunciado do governador Garotinho é uma réplica do enunciado ‘O PT é o partido da ética’. Constitui-se a partir deste enunciado, refutando-o. Ocupa, portanto, uma posição dentro da comunicação política sobre o julgamento da atuação dos partidos. (Fiorin, 2008, p.22)

São as implicações do discurso, as implicações daquilo que se diz com o texto gramatical, o objeto de estudo da translingüística. O contexto em que se coloca algo é o que comunica esse algo.

Quando “alguém diz ‘água’ numa brincadeira que envolve luta, o termo deixa de ser uma unidade da língua, pois, ao ganhar um autor, torna-se enunciado e significa que a

peessoa que o pronunciou está rendendo-se” (Fiorin, 2008, p.22). As “unidades da língua não são dirigidas a ninguém, ao passo que os enunciados têm um destinatário”. Outra ilustração: “A frase ‘Ele é gay’, enquanto unidade da língua, é absolutamente neutra. Já quando se converte em enunciado está impregnada de respeito ou de zombaria, desdém ou de indiferença, de raiva ou de amor e assim sucessivamente” (Fiorin, 2008, p.23).

A intencionalidade só aparece no enunciado, na enunciação, no que se enuncia. É por isso que diálogos podem ser, mesmo quando dialógicos e não monológicos, construídos de formas antagônicas, sendo centrífugos ou centrípetos. Ocorre também de discursos de ordens específicas como a religiosa esconderem a natureza do que comunicam atrás de uma *falsa isenção*, pois a gramática é isenta, diferentemente do enunciado.

É por isso que, por ilustração, uma palavra em sua função de adjetivo é objeto da linguística e somente a enunciação como um todo do texto que é o objeto da translinguística. Foucault tem razão ao dizer que não é papel da linguística trazer à tona o que está no âmago do discurso. A translinguística tão pouco possui esse papel. É impossível ler a mente de quem profere um discurso, por este motivo, seria impossível desvendar o âmago de um discurso. Contudo, o contexto nos permite localizar tempo e espaço de um texto e toda a relação comunicacional do que se profere com aquele tempo e espaço e com a memória que levou àquele discurso, pois um discurso, conforme Bakhtin, é sempre um diálogo com vozes sociais:

O dialogismo é o modo de funcionamento real da linguagem, é o princípio constitutivo do enunciado. Todo enunciado constitui-se a partir de outro enunciado, é uma réplica a outro enunciado. Portanto, nele ouvem-se sempre, ao menos, duas vozes. Mesmo que elas não se manifestem no fio do discurso, estão aí presentes. (Fiorin, 2008, p.24)

Outro entendimento importante é que Bakhtin não busca a etimologia da palavra diálogo ou mesmo suas concepções cotidianas ou dicionarescas. O autor pensa em diálogo pela sua ação comunicacional e no que implica essa comunicação, assim como do que ela é feita:

O vocábulo ‘diálogo’ significa, entre outras coisas, ‘solução de conflito’, ‘entendimento’, ‘promoção de consenso’ ‘busca de acordo’, o que poderia levar a

pensar que Bakhtin é filósofo da grande conciliação entre os homens. Não é nada disso. As relações dialógicas tanto podem ser contratuais ou polêmicas, de divergência ou de convergência, de aceitação ou recusa, de acordo ou de desacordo, de entendimento ou de desinteligência, de avença ou desavença, de conciliação ou de luta, de concerto ou de desconcerto. (Fiorin, 2008, p.24)

Acima, foi explicado que um diálogo ou discurso, para Bakhtin, sempre é formado pelo indivíduo a partir da relação dele com seu meio. O ambiente é sempre social e quando o indivíduo está em diálogo, em ação comunicativa ele é social:

Ao tomar em consideração tanto o social como o individual, a proposta bakhtiniana permite examinar, do ponto de vista das relações dialógicas, não apenas as grandes polêmicas filosóficas, políticas, estéticas, econômicas, pedagógicas, mas também fenômenos da fala cotidiana, como a modelagem do enunciado pela opinião do interlocutor imediato ou a reprodução da fala do outro com uma entonação distinta da que foi utilizada, admirativa, zombeteira, irônica, desdenhosa, indignada, desconfiada, aprovadora, reprovadora, dubitativa, etc. Todos os fenômenos presentes na comunicação real podem ser analisados à luz das relações dialógicas que os constituem. (Fiorin, 2008, p. 27, grifos meus)

Vale para qualquer fala, escrita ou expressão discursiva, na verdade. Não importa qual seja sua estética textual, seu estilo e gênero literários. Além disso, há a questão do superdestinatário:

[...] o filósofo mostra que a maioria absoluta das opiniões dos indivíduos é social. Em segundo, explica que todo enunciado se dirige não somente a um destinatário imediato, cuja presença é percebida mais ou menos conscientemente, mas também a um superdestinatário, cuja compreensão responsiva, vista sempre como correta, é determinante da produção discursiva. A identidade desse superdestinatário varia de grupo social para grupo social, de uma época para outra, de um lugar para outro: ora ele é a Igreja, ora o partido, ora a ciência, ora a 'correção política'. Na medida em que toda réplica, mesmo de uma conversação cotidiana, dirige-se a um superdestinatário, os enunciados são sociais. (Fiorin, 2008, p.28)

As crenças que guiam nossas vidas estão ligadas a estes superdestinatários cujos discursos são tomados como verdadeiros e são muito presentes em nossos diálogos e acabamos por nos dirigir a eles e somos responsivos a eles. Contudo, Bakhtin, percebe que na relação dialógica o sujeito não é o sujeito a alguma coisa simplesmente, nem mesmo o refere-se apenas ao sujeito subjetivo. O sujeito é as duas coisas:

O sujeito Bakhtiniano não está completamente assujeitado aos discursos sociais. Se assim fosse, negar-se-ia completamente a concepção de heteroglossia e de dialogismo, centrais na obra do filósofo. A utopia bakhtiniana é poder resistir a todo processo centrípeto e centralizador. No dialogismo incessante, o ser humano encontra o espaço de sua liberdade e de seu inacabamento. Nunca ele é submetido completamente aos discursos sociais. A singularidade de cada pessoa no 'simpósio universal' ocorre na 'interação viva das vozes sociais'. Nesse 'simpósio universal', cada ser humano é social e individual. (Fiorin, 2008, p.28)

Mesmo o sujeito sendo uma relação do que é subjetivo e do que se está sujeito, a subjetividade é moldada pelo social. A força da relação social do indivíduo sobre ele é intensa. Os diálogos, muitas vezes são formados sob uma estrutura que configura uma homogeneidade sobre o pensamento sob a forma de um estruturalismo que permite não falseamento, produzindo o efeito de sentido de verdade concebida por esse estruturalismo:

No naturalismo, o campo discursivo literário, devido a essa concepção determinista do agir humano, mantém relações muito próximas com o campo discursivo científico. Aspira-se à 'objetividade' do discurso científico. Por isso, narra-se sempre em terceira pessoa, para criar um efeito de sentido de objetividade, como se os fatos se relatassem a si mesmos. Por outro lado, pretende-se descobrir a verdade das personagens, dissecar as razões de seu comportamento. Dessa maneira, os temas são vistos sob a ótica dos modelos científicos. Os comportamentos sócias e individuais são considerados efeitos de causas naturais (raça, clima, temperamento) ou culturais (meio, educação). O narrador almeja a exatidão das teorias científicas. (Fiorin, 2008, p.29-30)

Discursos como o científico que escondem na isenção da gramática e nas estratégias de distanciamento do que se comunica como se a essência do que se enuncia fosse a mesma que a da gramática são norteadores da forma como operamos discursos de natureza mais aberta, mais distantes de uma centralização, como os discursos cotidianos. Nesses casos, confunde-se a produção de sentido da gramática com a produção de sentido da enunciação:

Com os conceitos de forças centrípetas e forças centrífugas, Bakhtin desvela o fato de que circulação das vozes numa formação social está submetida ao poder. Não há neutralidade no jogo das vozes. Ao contrário, ele tem uma dimensão política, uma vez que as vozes não circulam fora do exercício do poder: não se diz o que se quer, quando se quer, como se quer. (Fiorin, 2008, p.32)

O “primeiro conceito de dialogismo diz respeito, pois, ao modo de funcionamento real da linguagem: todos os enunciados constituem-se a partir de outros” (Fiorin, 2008, p.30). Para ilustrar Fiorin diz:

Quando, por exemplo, um partido determina a verdade sobre a realidade, seja desqualificando os adversários, seja prendendo-os ou matando-os, está em ação a força centrípeta. [...] Quando alguém diz qual é a questão verdadeira que deve ser formulada, está agindo no sentido das forças centrípetas. [...] Já a derrisão das verdades oficiais representa as forças centrífugas em ação. [...] Rindo dessas tais ‘verdades’, mostra-se que elas não podem centralizar a visão da sociedade sobre o escândalo do financiamento das campanhas. [...] estão em causa todas as relações de poder, desde as do dia-a-dia até aquelas do exercício do poder do Estado. (Fiorin, 2008, p.30-32)

A relação da verdade com o discurso, como aponta Fiorin, foi bem defendida por Bakhtin entre dois tipos distintos de dialogismo realizados por diálogos que atuam como *forças*: a que leva o diálogo para uma centralidade e uma absolutização das coisas e a que leva o diálogo para descentralização das coisas, relativizando-as quando devem ser relativizadas, questionando a perspectiva enquanto verdade que se absolutiza. Fiorin, generaliza, mas, ao mesmo tempo, mostra a universalidade do conceito enquanto ideia quando diz que “estão em causa todas as relações de poder, desde as do dia-a-dia até aquelas do exercício do poder do Estado”. Inclusive a relação dialógica também se dá com o futuro, por causa da ação responsiva:

Quando fala-se em dialogismo, pensa-se em relações com enunciados já constituídos e, portanto, anteriores e passados. No entanto, um enunciado se constitui em relação aos enunciados que o precedem e que o sucedem na cadeia de comunicação. Com efeito, um enunciado solicita a resposta, resposta que ainda não existe. Ele espera sempre uma compreensão responsiva ativa, constrói-se para uma resposta, seja ela uma concordância ou uma refutação.[...] não se pode dizer que haja dois tipos de dialogismo: entre enunciados e entre o locutor e seu interlocutor. Na verdade, o interlocutor é sempre uma resposta, um enunciado e, por isso, todo dialogismo são relações entre enunciados. (Fiorin, 2008, p.32)

A questão do locutor não é a mesma do texto. O dialogismo não prevê uma intertextualidade e tão pouco se trata de uma intertextualidade. O dialogismo prevê o diálogo entre locutor e interlocutor, mas o diálogo é o locutor ou o interlocutor. Em um

diálogo o que importa do locutor não é o ato de falar, o ato de escrever ou qualquer outra coisa que dê forma a sua expressão. Ele é a expressão, a enunciação, aquilo que comunica. Ou seja, a cada enunciado a forma dialógica pode ser modificada, um enunciado não responde diretamente àquele que o antecedeu, a menos que haja uma regulação estabelecida:

Além do dialogismo constitutivo, que não se mostra no fio do discurso, há um outro que se mostra. Trata-se da incorporação pelo enunciador da voz de outro(s) no enunciado. Nesse caso, o dialogismo é uma forma composicional. São maneiras externas e visíveis de mostrar outras vozes no discurso. [...] é o que Bakhtin chama concepção estreita de dialogismo. Estreita não significa menos importante. Com esse adjetivo, o que o filósofo pretende mostrar é que o dialogismo vai além dessas formas composicionais, ele é o modo de funcionamento real da linguagem, é o próprio modo de constituição do enunciado. Essas formas de absorver o discurso alheio no próprio enunciado são a maneira de tornar visível esse princípio de funcionamento da linguagem na comunicação real. (Fiorin, 2008, p.32-33)

Por ilustração, é o que ocorre nos espaços dos jornais destinados ao leitor (ou aos leitores). Jornais também tentam fechar as possibilidades de “expansão” da criatividade, da livre associação de ideias, da interligação entre ideias nos enunciados que sucedem os seus nos dialogismos que são criados a partir de suas enunciações sobre o que enuncia-se nas notícias na tentativa de que a noção de realidade imposta não possa ser contestada e seja considerada verdadeira, como uma força centrípeta – centralizadora.

Estilo

Estilo é o que dá unidade a questão textual e o que permite a inteligibilidade do código linguístico em questões gramaticais de maneira mais específica. Dá forma ao discurso, mas uma forma baseada em particularidades:

Para ele, *estilo* é o conjunto de procedimentos de acabamento de um enunciado. [...] O estilo é o conjunto de particularidades discursivas e textuais que cria uma imagem do autor, que é o que denominamos efeito de individualidade. [...] O estilo é resultante de uma visão de mundo. [...] o estilo estrutura e unifica os

enunciados produzidos pelo enunciador. [...] se Bakhtin parasse por aqui, estaria negando o fato de que o dialogismo é elemento constitutivo do enunciado. Para o filósofo russo, o estilo define-se dialogicamente, o que quer dizer que ele depende dos parceiros da comunicação verbal, dos discursos do outro. [...] Como mostra Bakhtin, se o estilo é constitutivamente dialógico, ele não é o homem, são dois homens. Como qualquer enunciado, ele revela o direito e o avesso. [...] A imagem que o enunciador faz de seu interlocutor tem um acabamento, dado por um estilo. (Fiorin, 2008, p.46-48)

Então, o estilo, apesar de estar ligado a forma e dar um acabamento ligado a imagem do interlocutor ele ainda é dialógico. Ele traz dentro desta forma a visão de mundo, que também está em relação com o estilo. O estilo é constituído sob influência dos discursos que permeiam a formação do diálogo, influência esta que dá um rosto e alguns efeitos de individualidade.

Intertextualidade

A questão da intertextualidade está longe dos estudos realizados por Bakhtin e, como diz Fiorin, é um equívoco pensar em intertextualidade quando analisamos os estudos de Bakhtin, porque o autor russo pouco foca no texto. A gramática é para Bakhtin um tipo de veículo para o ato comunicacional. A parte de ação da gramática não existe, é na comunicação através dela que exprime-se ação:

Esse uso é equivocado porque há, em Bakhtin, uma distinção entre texto e enunciado. [...] O enunciado é uma posição assumida por um enunciador, é um sentido. O texto é a manifestação do enunciado, é uma realidade imediata, dotada da materialidade, que advém do fato de ser um conjunto de signos. O enunciado é da ordem do sentido; o texto, do domínio da manifestação. O enunciado não é manifestado apenas verbalmente, o que significa que, para Bakhtin, o texto não é exclusivamente verbal, pois é qualquer conjunto coerente de signos, seja qual for sua forma de expressão (pictórica, gestual, etc.). [...] Assim, devem-se chamar intertextualidade apenas as relações dialógicas materializadas em textos. [...] Bakhtin diz que há relações entre textos e dentro dos textos. Isso significa que se deve diferenciar as intertextualidades da intratextualidade. Assim, quando duas vozes são mostradas no interior do texto, como no discurso direto, no indireto ou no indireto livre, não se deve falar em intertextualidade. (Fiorin, 2008, p.52)

Fiorin pode confundir um pouco com sua explicação. Do ponto de vista semiótico e não do semiológico, não é apenas o discurso que produz sentido. Existem variações entre as pesquisas de Bakhtin (Rússia) e as pesquisas de Peirce (Estados Unidos) sobre o que produz sentido. O texto para Fiorin é a realidade imediata e, portanto, dotada de materialidade, uma manifestação. Contudo, o enunciado também é descrito por ele como manifestação. Para a semiótica peirciana ambos produzem sentido. Para a semiótica de Bakhtin, apenas o enunciado produz sentido. Para a semiologia, a linguagem ou discurso é que produz sentido.

Para a semiótica peirciana, a produção de sentido discursiva é sempre mais simbólica, da ordem das leis do ser humano (legi-signo), do que de qualquer outra ordem, como icônica ou mesmo indicial. Bakhtin dá real atenção a produção sónica da enunciação. É por isso que a relação entre textos toma tanto de seu interesse quanto a própria gramática. Como já foi citado nesta dissertação, a gramática é para Bakhtin isenta de sentido.

Fiorin diz que “quando duas vozes são mostradas no interior do texto, como no discurso direto, no indireto ou no indireto livre, não se deve falar em intertextualidade”, porque o pesquisador russo trabalhou conceitualmente estas coisas como formas de discurso. A produção de sentido enquanto discurso direto ou discurso indireto não é de grande interesse para o autor, mas, sim, a enunciação.

Terceiro conceito de dialogismo

A “subjetividade é construída pelo conjunto de relações sociais de que participa o sujeito”. Por isso,

em Bakhtin, o sujeito não é assujeitado, ou seja, submisso às estruturas sociais, nem é uma subjetividade autônoma em relação à sociedade. [...] A apreensão do mundo é sempre situada historicamente, porque o sujeito está sempre em relação com outro(s). O sujeito vai constituindo-se discursivamente, apreendendo as vozes sociais que constituem a realidade em que está imerso, e, ao mesmo tempo, suas inter-relações dialógicas. Como a realidade é heterogênea, o sujeito

não absorve apenas uma voz social, mas várias, que estão em relações diversas entre si. Portanto, o sujeito é constitutivamente dialógico. [...] como está sempre em relação com o outro, o mundo exterior não está nunca acabado, fechado, mas em constante vir a ser. [...] O conteúdo discursivo da consciência vai alterando-se. (Fiorin, 2008, p.55)

E,

Nesse processo de construção da consciência, as vozes são assimiladas de diferentes maneiras. Há vozes que são incorporadas como a voz de autoridade. É aquela a que se adere de modo incondicional, que é assimilada como uma massa compacta e, por isso, é centrípeta, impermeável, resistente a impregnar-se de outras vozes, a relativizar-se. Pode ser a voz da Igreja, do Partido, do grupo de que se participa, etc. (Fiorin, 2008, p.56)

Outras vozes “são assimiladas como posições de sentido internamente persuasivas. São vistas como uma entre outras. Por isso, são centrífugas, permeáveis à impregnação por outras vozes, à hibridização, e abrem-se incessantemente à mudança” (Fiorin, 2008, p.56).

E ainda,

Sendo a consciência sociossemiótica, ou seja, formada de discursos sociais, o que significa que seu conteúdo é sógnico, cada indivíduo tem uma história particular de constituição de seu mundo interior, pois ele é resultante do embate e das inter-relações desses dois tipos de vozes. Quanto mais a consciência for formada de vozes de autoridade, mais ela será monológica, ptolomaica. Quanto mais for constituída de vozes internamente persuasivas, mais será dialógica, galileana. (Fiorin, 2008, p.56)

Um ponto aqui é que Fiorin fala de monologismo novamente: “Quanto mais a consciência for formada de vozes de autoridade, mais ela será monológica”. Entendo, novamente, que ele se refira ao dialogismo de força centrípeta.

O sentido é história:

A historicidade dos enunciados é captada no próximo movimento linguístico de sua constituição. É na percepção das relações com o discurso do outro que se compreende a História que perpassa o discurso. [...] A História não exterior ao sentido, mas é interior a ele, pois ele é que é histórico, já que se constitui fundamentalmente no confronto, na contradição, na oposição das vozes que se entrecrocaram na arena da realidade. (Fiorin, 2008, p.59)

É “na percepção das relações com o discurso do outro que se compreende a História que perpassa o discurso”. Mais do que na contradição ou na oposição, é no tensionamento dos ecos (das vozes sociais que ecoam no diálogo) que o locutor se baseia para constituir sua enunciação.

Gêneros do discurso

Os “seres humanos agem em determinadas esferas de atividades, as da escola, as da igreja, as do trabalho num jornal, as do trabalho numa fábrica, as da política, as das relações de amizade e assim por diante. Essas esferas de atividades implicam a utilização da linguagem na forma de enunciados” (Fiorin, 2008, p.61). Ou seja,

Não se produzem enunciados fora das esferas de ação, o que significa que eles são determinados pelas condições específicas e pelas finalidades de cada esfera. Essas esferas de ação ocasionam o aparecimento de certos tipos de enunciados, que se estabilizam precariamente e que mudam em função de alterações nessas esferas de atividades. Só se age na interação, só se diz no agir e o agir motiva certos tipos de enunciados, o que quer dizer que cada esfera de utilização da língua elabora tipos relativamente estáveis de enunciados. [...] Conteúdo temático, estilo e organização composicional constroem o todo que constitui o enunciado, que é marcado pela especificidade de uma esfera de ação. (Fiorin, 2008, p.61-62)

O conteúdo temático é da ordem do que se comunica, da ação, do que compõe a enunciação, portanto,

não é assunto específico de um texto, mas é um domínio de sentido de que se ocupa o gênero. Assim, as cartas de amor apresentam o conteúdo temático das relações amorosas. [...] A construção composicional é o modo de organizar o texto, de estruturá-lo. [...] sendo a carta uma comunicação diferida, é preciso ancorá-la num tempo, num espaço e numa relação de interlocução [...] É por isso que as cartas trazem a indicação do local e da data em que foram escritas e o nome de quem escreve e da pessoa para quem se escreve. (Fiorin, 2008, p.62)

O “ato estilístico é uma seleção de meios lingüísticos” (Fiorin, 2008, p.62). Estilo é,

pois, uma seleção de certos meios lexicais, fraseológicos e gramaticais em função da imagem do interlocutor e de como se presume sua compreensão responsiva ativa do enunciado. Há, assim, um estilo oficial, que usa formas respeitadas, como nos requerimentos, discursos parlamentares, etc.; um estilo objetivo-neutro, em que há uma identificação entre o locutor e seu interlocutor, como nas exposições científicas, em que se usa um jargão marcado pela sua ‘objetividade’ e ‘neutralidade’; um estilo familiar, em que se vê o interlocutor fora do âmbito das hierarquias e das convenções sociais, como nas brincadeiras com os amigos, marcadas por uma atitude pessoal e uma informalidade com relação à linguagem; um estilo íntimo, em que há uma espécie de fusão entre os parceiros da comunicação, como nas cartas de amor, de onde emerge todo um modo de tratamento do domínio daquilo que é mais privado. [...] o que importa de verdadeiramente é a compreensão do processo emergência e estabilização dos gêneros, ou seja, a íntima vinculação do gênero com uma esfera de atividade. (Fiorin, 2008, p.62-63)

Assim,

não importa, ao estudar o romance naturalista, apenas dizer que sua composição se caracteriza pela narração em terceira pessoa, pela abundância de descrições ou por uma estruturação do enredo que figurativiza uma ‘lei’ científica; que seu estilo é o objetivo-neutro, o que aproxima do discurso romanesco do discurso científico; que o conteúdo temático são as determinações que motivam os comportamentos sociais e individuais. O que é preciso é entender por que o enunciado do romance naturalista é assim construído, quais os elementos (condições específicas e finalidades) da esfera da atividade literária que levam ao surgimento desse tipo de enunciado. (Fiorin, 2008, p.63)

Fiorin ainda diz que:

Basta comparar uma notícia de um jornal do início do século XX e uma de um jornal de hoje para constatar que o gênero notícia mudou radicalmente. Os gêneros estão em contínua mudança. Por outro lado, qual é a fronteira que delimita a crônica do conto? Temos, nos jornais, crônicas que são verdadeiros contos. Isso não ocorre porque o cronista deixou de lado seu ofício, mas porque os limites entre esses dois gêneros são mais fluidos do que gostaria nossa alma taxonômica. [...] Com o aparecimento da internet, novos gêneros surgem: o *chat*, o *blog*, o *mail*, etc. [...] O gênero somente ganha sentido quando se percebe a correlação entre formas e atividades. Assim, ele não é um conjunto de propriedades formais isolado de uma esfera de ação, que se realiza em determinadas coordenadas espaço-temporais, na qual os parceiros da comunicação mantêm certo tipo de relação. (Fiorin, 2008, p.65-69)

Portanto, os “gêneros são meios de apreender a realidade. Novos modos de ver e de conceptualizar a realidade implicam o aparecimento de novos gêneros e a alteração dos já existentes” (Fiorin, 2008, p.69).

Bakhtin divide os gêneros entre primários e secundários. Os primários estão na ordem do cotidiano. Os secundários:

[...] pertencem à esfera da comunicação cultural mais elaborada, a jornalística, a jurídica, a religiosa, a política, a filosófica, a pedagógica, a artística, a científica. São preponderantemente, mas não unicamente, escritos: por exemplo, o sermão, o editorial, o romance, a poesia lírica, o discurso parlamentar, a comunicação científica, o artigo científico, o ensaio filosófico, a autobiografia, as memórias. [...] absorvem e digerem os primários, transformando-os. Essa transformação ocorre porque eles perdem sua relação com o contexto imediato e sua vinculação com os enunciados concretos dos outros. (Fiorin, 2008,p.70, grifos meus)

Ou seja, os gêneros secundários nada mais são que os gêneros cujos atos estilísticos que os compõem servem a um tipo recontextualização, uma criação a partir de outros diálogos, mas com uma maior fixação, seja por uma gravação de um áudio, escrita em papel ou em dados digitais. São menos fluidos e as informações mais controladas, assim como mais lapidadas. Em termos de Foucault, são restringidas, mas de melhor apreensão sobre a verdade no que se diz.

4 A ANÁLISE: DIÁLOGOS, FRAGMENTOS DISCURSIVOS E OS DOGMAS

O jornalismo enquanto linguagem é um gênero (em sentido *bakhtiniano*), mas um gênero que agrega muitos outros. Basta ver as editorias. Por que temos no jornalismo uma editoria comum aos jornais em geral intitulada *policial* e outra intitulada *mercado*. A própria diversificação de editoriais nos leva a gêneros distintos: *cotidiano/geral*; *economia*; *política*. Esferas sociais distintas, dialogicamente colocadas em um jornal via propostas enunciativas distintas. Da mesma forma o jornalismo não pode ser considerado uma linguagem, senão uma reunião de linguagens: *editorial*, *coluna*, *notícia*, etc.

Cada ato estilístico de linguagem é cuidadosamente restringido ao seu formato pelos *gatekeepers*, cujas orientações vêm de uma visão de mundo própria ao jornal, o locutor que fundamentará os alicerces dos gêneros escolhidos pelo jornal (o locutor em *Bakhtin*), que ainda é uma empresa, completando a cadeia de complexidade linguística de um jornal. Com tudo que possa implicar um jornal, ainda há um tensionamento da filosofia empregada nos manuais³⁹, que destoa do que é empregado nos gêneros e estilos linguísticos na composição dos jornais.

A forma isenta da gramática está presente nos manuais como enunciação, produzindo sentido enquanto valor da linguagem, quando por fato não seria possível. Mais ainda, os jornais, comunicando, enquanto função e poder, possuem o necessário para produzir um dialogismo fechado, centrípeto; promovendo, quando de intento (talvez até de maneira inconsciente), também uma linguagem de fundamentação dogmática.

O entrelaçar dos diferentes estilos promovidos dentro de um jornal e aquilo que se enuncia em cada um deles, potencialmente pode promover uma dogmatização. É neste sentido que surge a construção de dogmas por parte de um jornal que trabalharemos neste capítulo. Por uma questão de formato, não será possível trabalhar com afincos fragmentos

³⁹Expliquei a questão dos manuais no capítulo sobre manuais e mitologia.

variados sobre atividade discursiva jornalística. Contudo, apresentarei alguns fragmentos relacionados a importantes acontecimentos.

4.1 Os mecanismos indutivos de leitura responsiva nos diálogos/discursos sobre um impeachment inconstitucional

O primeiro caso que trago é sobre alguns fragmentos da noticiabilidade sobre o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. À época, a votação que teve mais de uma hora foi transmitida ao vivo e nenhum (ou praticamente nenhum) legislador votou pelo impedimento de mandato, alegando a necessidade disto por causa das pedaladas fiscais. As justificativas eram pela família e bons costumes e eram expressos dessa maneira, sem conceituação da concepção dos mesmos sobre os termos proferidos.

No dia 17 de novembro de 2017 o portal de notícias G1, pertencente a Central Globo do Jornalismo publicou uma notícia cujo título chamava atenção a um pedido do Senado ao STF para rejeitar ação judicial de reanálise do mérito do processo de impeachment (Fig. 1).

Fig.1 – imagem cuja centralidade é o título da primeira notícia analisada.

17/11/2016 11h31 - Atualizado em 17/11/2016 11h31

Senado pede ao STF que rejeite ação na qual Dilma questiona impeachment

Constituição não permite reanálise do mérito do processo, defende Senado. Defesa da ex-presidente sustenta que não houve crime de responsabilidade.

Mariana Oliveira
Da TV Globo, em Brasília

A Advocacia do Senado enviou ao Supremo Tribunal Federal documento no qual pede que a Corte rejeite a ação da ex-presidente Dilma Rousseff que pede a anulação da decisão do Congresso que determinou a perda de seu cargo por meio do processo de impeachment.

Para o Senado, a Constituição não permite a reanálise do mérito do processo de impeachment, aprovado por mais de dois terços dos senadores.

Ainda conforme o documento, o impeachment é um processo político e a existência de interesses individuais não interfere na

FACEBOOK TWITTER G+ PINTEREST

QUER ENTRAR NO JOGO DO SEU TIME SEM NEM SAIR DE CASA?

Processo de impeachment de Dilma
veja tudo sobre >

Marco Aurélio cobra instalação da comissão do impeachment...

Fonte: Portal G1.

A notícia poderia partir de muitas perspectivas que se enquadrariam como valor notícia dentro da filosofia do campo social, como, por exemplo, a interferência do Senado no campo judicial, inclusive atingindo a mais alta instância do Poder Judiciário Brasileiro. Contudo, o portal opta por destacar o pedido do Senado. Essa foi a produção de sentido do portal G1.

Transformou, então, a interferência de um tipo de poder do Estado sob outro distinto e, em tese, independente. Esse tipo de lógica de produção é um demonstrativo de como um determinado jornal induz a leitura sob determinada realidade ao seu leitor.

A notícia que interessa ao jornal é a que está de fundo. A agenda do jornal é, aparentemente, a partir de uma análise deste recorte (a notícia citada), pensada como dispositivo para uma série de notícias que não reportam a realidade factual, mas uma realidade ainda em desdobramento. Dilma Rousseff vem a ser efetivamente julgada legislativamente, em última instância, apenas no dia 31 de agosto de 2016. A interferência do Poder Legislativo Brasileiro vêm a ser uma interferência de ordem outra que não a legislativa.

Por algum motivo, o pedido do Senado foi mediado por um portal de notícias, tornando, então, o pedido uma notícia. O jornal e o jornalista, enquanto significante,

produtores da mensagem, possuem legitimidade social por causa do *reconhecimento* (Verón, 1993). Esse conceito de reconhecimento trabalhado por Verón é o contato entre o produtor e o receptor, contato esse apenas possível por uma mensagem. Apenas, porque a lógica discursiva jornalística é efetivada por meio de tecnologias de escrita, áudio e audiovisual que fazem a intermediação entre jornal e leitorado (assim como a audiência, etc.).

Desta forma, como citado acima, o significante promove um significado, formando um signo simbólico, uma experiência para com seu leitor. Esse leitor, então, tem como referência o jornal que lê. Quando um leitor ritualisticamente se baseia no jornal para constituir sua visão de mundo sobre os fatos do cotidiano, ele abre uma relação com esse jornal. Uma relação *signica* de semiose.

Mesmo que sua interpretação da notícia não seja exatamente aquela que o jornal tentou induzir, não muda o fato de que o jornal, através do jornalista (em tese apenas um redator⁴⁰), possui o papel de induzir um pensamento, uma visão de mundo sobre os fatos. Isto é, a produção de sentido na notícia influenciará a formação de um entendimento por parte do leitor, mesmo que ele tenha outras fontes de informação. Contudo, temos como parte da tese em desenvolvimento aqui que, quanto mais estreita a relação do leitor com jornal, mais pende a uma doutrinação de pensamento. Está tese vem do fato da semiose social ser constituída da cadeia de signos a nossa volta, a qual usamos como referência para produzir nosso próprio conhecimento. A notícia traz um trecho, dizendo: “Ainda conforme o documento, o impeachment é um processo político e a existência de interesses individuais não interfere na decisão, que foi tomada por um colegiado e representa a vontade da maioria”.

Essa alegação também mostra como o portal conduz a produção de seu discurso. Ao separar esse fragmento do pedido do Senado e inserindo no texto da notícia, o G1 o divulga como parte do acontecimento a ser noticiado, um fato em que a um tensionamento com a legitimidade do Poder Legislativo. Implica na ideia de que o fato do acontecimento político ser julgado politicamente e legitimamente pelo Poder Legislativo, uma ação judicial não poderia interferir no processo de *impeachment*.

40Parte da descrição sobre a chamada religião jornalística teorizada por Jorge Claudio Ribeiro (Ribeiro, 2007) reporta uma entrevista com um jornalista que afirma que a pauta deve ser cumprida conforme exigida pela Redação na qual o profissional trabalha.

Desta forma também, estes enunciados supracitados aqui, retirados da notícia promovem a deslegitimação de um processo por parte de outro poder do Estado, que, em tese, seria outra via sob legitimações sociais como porta para processos sociais, ou seja, uma ação é legítima, mas a interferência discursiva do Poder Legislativo tensiona essa legitimidade, tentando deslegitimá-la. O portal anuncia esse pedido contrário a ação com sua legitimação de veículo de comunicação. Temos, então, novamente, produções de sentido que colocam em tensão dispositivos do Estado e direcionam ao leitor uma forma de vê-los.

No dia 20 de agosto de 2016, poucos dias antes do *impeachment* de Dilma Rousseff o jornal Folha de São Paulo publicou uma notícia com o título “Após impeachment, Temer se prepara para combater críticos” (Fig. 2).

Fig. 2 - Imagem com centralidade no título da segunda notícia analisada.

Fonte: Folha de S. Paulo.

Na editoria intitulada Mercado, do jornal Folha de São Paulo, a matéria inicia com um enunciado sobre os cem dias de Temer no poder (Fig. 3) como interino e sobre a reta final do impeachment e anuncia que o então presidente interino planejava ações para combater o ceticismo de empresários e aliados pela forma como ele estava à época conduzindo o ajuste nas contas públicas.

Fig. 3 – Imagem cuja centralidade são os primeiros enunciados do segundo texto analisado.

GUSTAVO URIBE
DE BRASÍLIA

22/08/2016 @ 02h00

 Compartilhar
 



 113
  OUVIR O TEXTO
  Mais opções

Após completar **cem dias à frente do governo** e chegar à reta final do **processo de impeachment**, o presidente interino, Michel Temer, planeja ações para combater o ceticismo de empresários e aliados insatisfeitos com a maneira como tem conduzido o ajuste nas contas públicas, considerado essencial para a recuperação da economia do país.

Ads by smartfit.com.br 



R\$ 89,90

Comprar

Dois empresários que estiveram recentemente com Temer disseram à **Folha** que o governo recuou diante de todas as corporações que até aqui reagiram contra medidas propostas pelo governo.

Fonte: Folha de S. Paulo.

Muitas coisas estão ditas nessa notícia através do que não foi dito expressamente. O fato de ser dias antes da última votação legislativa para o impeachment de Dilma Rousseff, citando o impeachment praticamente como dado, feito, já que a notícia é um anúncio terceirizado pelo jornal de um diálogo de Temer com aliados e empresários interessados em aspectos econômicos do país. A notícia ter saído em uma editoria chamada Mercado. Mais adiante dos enunciados citados aqui, Temer tranquiliza seus aliados e os empresários, deixando claro que quando deixasse de ser interino tomaria medidas impopulares.

Outro trecho do texto, esse escrito ou assinado pelos jornalistas Valdo Cruz e Gustavo Uribe, em que consta: “Eles [dois empresários que supostamente conversaram com os jornalistas da Folha de São Paulo] acham que, se Temer continuar assim, poderá chegar ao fim de seu mandato em situação semelhante ao do ex-presidente José Sarney (1985-1990), que encerrou seu governo com a inflação em alta e a popularidade no chão”.

Aparentemente Temer era candidato do Mercado (não a editoria, mas o mercado financeiro) a um melhor presidente. A produção de sentido, seguindo aquilo comentado acima sobre o leitor, indica indução implícita, mas quase explícita de eleger Temer o novo presidente e, aparentemente, a necessidade para o Mercado de que o impeachment de Dilma deva acontecer.

A notícia ainda termina com os seguintes enunciados: “O julgamento da presidente afastada, Dilma Rousseff, pelo Senado terá início na próxima quinta-feira (25) e deve ser concluído até dia 31. Se Dilma for condenada, Temer deixará de ser interino e terá a missão de governar até o fim de seu mandato, em 2018”. A produção de sentido do significante não apenas produz uma forma de ver as coisas, mas, como consequência, também implica em uma possível ação de seus leitores, de acordo com o nível de interação que o leitor tem com o jornal e da substancial referência que o jornal é para o leitor.

Em matéria jornalística de O Globo publicada no dia 28 de julho de 2016 e noticiado que a defesa de Dilma apresentou alegações finais no processo de impeachment (Fig. 4). A palavra alegações foi escolhida pelo jornal e está na composição do título da notícia. Trata-se de um documento, onde é apresentada uma defesa judicial. O subtítulo é a citação de uma fala dos responsáveis por sua defesa e consta no texto da defesa. O enunciado diz: “As páginas deste processo estão marcadas pelo desvio de poder, pela honestidade, pela legalidade’, diz a defesa de Dilma” (Fig. 4).

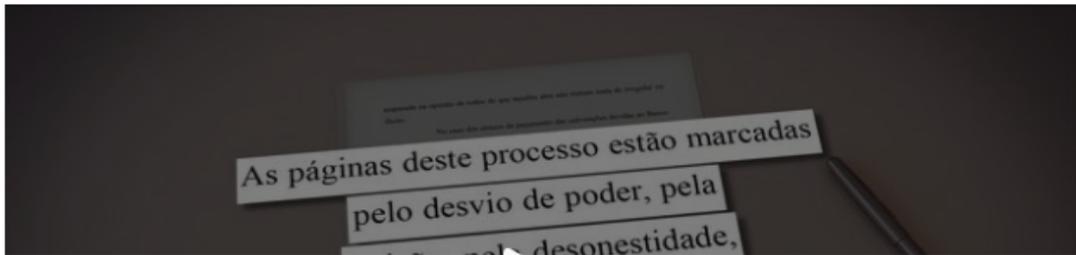
Fig. 4 – imagem cuja centralidade está no título e subtítulo da terceira notícia analisada.

Edição do dia 28/07/2016
28/07/2016 23h58 - Atualizado em 29/07/2016 00h02

Defesa de Dilma apresenta alegações finais no processo de impeachment

"As páginas deste processo estão marcadas pelo desvio de poder, pela traição, pela desonestidade, pela legalidade", diz a defesa de Dilma.

Giovana Teles
Brasília, DF



Fonte: O Globo.

O segundo e o terceiro enunciados do texto da notícia trazem: “São 524 páginas da defesa, mas sem nada de novo” (Fig. 5). Esse enunciado poderia ser modificado sem nenhuma ou pouca mudança de sentido se tivesse sido expresso como “perda de tempo” ou “mais do mesmo”, por exemplos. O jornal assume, como mostrado em outro exemplo nesse trabalho, o papel de indutor de pensamento sobre o leitor.

Fig. 5 – imagem centralizada no enunciado destacado em vermelho, pertencente ao terceiro texto analisado.

A defesa da presidente Dilma Rousseff apresentou ao **Senado** as alegações finais no processo de impeachment. São 524 páginas de defesa, mas sem nada novo. 

Nesse documento, a defesa da presidente afastada **Dilma Rousseff** reafirma que não houve crime de responsabilidade e diz que:

"As páginas deste processo estão marcadas pelo desvio de poder, pela traição, pela desonestidade, pela ilegalidade, mas também pela luta por convicções, pela resistência, pela honestidade e por Justiça".

E volta à tese de que o impeachment é um golpe. "É possível um impeachment presidencial ser um golpe de Estado?". "Sim", responde a defesa, que conclui: "Basta que pessoas que temem as urnas se unam com pessoas que perderam nas urnas, unindo seus objetivos, à revelia do povo, para que se possamos montar a farsa de uma destituição ilegítima de um governo legítimo".

O relator, senador **Antonio Anastasia**, do **PSDB**, vai apresentar o parecer dele na terça-feira da semana que vem, dia 2 de agosto.

saiba mais

Fonte: O Globo.

Essa *huella*, talvez mais interessante do que os outros fragmentos trazidos até agora no presente texto de dissertação demonstra que pequenas marcas no texto da notícia de explicitam, em algum nível, a experiência do jornalista e do jornal para o qual trabalha e algum padrão da experiência a ser promovida ao seu leitor. O olhar não é para o fato de que a defesa da ex-presidente do Brasil, mas para o fato de que supostamente o último documento da Defesa a ser encaminhado é expressamente o mesmo conteúdo contido nos documentos anteriores.

Nesses termos não seria algo necessário a ser feito. Além disso não possui a característica do novo, que para o jornalismo está ligado ao inesperado. Contudo, o documento vira a variável central para que seja produzida essa notícia, ou seja, para que haja notícia. Então, é possível presumir que, talvez, o jornal nem tivesse o interesse em produzir uma notícia sobre a defesa.

Como podemos ver, desta vez com ilustrações de produtos jornalísticos, há uma vontade de verdade que se mostra soberana aos fatos e o que realmente se passa em verdade pela discursividade promovida. No caso seguinte veremos que, no jornalismo brasileiro, já fomos mais adiante do que apenas derrubar um presidente com auxílio da discursividade promovida pela imprensa ou pela mídia.

4.2 Os discursos e diálogos que abriram portas para a instauração do regime militar

Analisaremos aqui o tom de algumas das manchetes do dia 31 de março de 1964, dia que antecedeu a queda do presidente da República do Brasil, João Goulart, também conhecido como Jango. O jornal impresso é sempre produzido um dia antes de sua circulação, exceto nos jornais que possuem duas versões diárias, uma pela manhã e outra à tarde. A versão matutina segue o padrão, diferentemente da versão vespertina que publica notícias cuja factualidade por vezes é do mesmo dia da publicação. No Brasil já tivemos jornais deste tipo com tiragem razoável, como a Folha da Manhã e a Folha da Tarde. Aliás, existiu também a Folha da Noite. Eram jornais de uma empresa específica, a Folha da Manhã S.A. Há muitas décadas não vemos mais este tipo de jornal no Brasil, ao menos não de periodicidade diária e disseminação nacional. Portanto, trabalhar manchetes do dia 31, significa trabalhar com coisas que ocorreram no mínimo um dia antes.

Sobre o período que veio a dar origem ao regime militar vivido no Brasil durante a década de 1960, trabalharemos também publicações em exemplares de jornais no dia 1º de abril, ou seja, onde constam informações – e são enunciações – de discursos produzidos um dia antes da intervenção militar no governo nacional, o que logo viria a se tornar um regime inconstitucional de duas décadas. Uma quebra do regime democrático, que previa a intervenção militar apenas em casos de falta de democracia e para realizar o retorno da democracia.

Jornais importantes de circulação nacional construíram discursivamente por efeito a abertura de portas para que o regime militar se instaurasse, isto dentro de uma quebra da própria filosofia do jornalismo nas suas premissas de isenção e zelo pela verdade e por informar a população. A falsa doutrina da isenção impraticável discursivamente fez destes

jornais propulsores de uma vontade de verdade em que o Brasil viria a ser um país comunista e comunicava informações de que o presidente republicaneamente posto a serviço do país é quem promovia isto.

Diferentemente do que propõe um dialogismo centrífugo, (a) não foram colocados em questão os fatos que realmente existiram, embora tenham sido publicados, ou seja, o foco e a objetividade não estavam nos acontecimentos, mas em desdobramentos abstratos de uma vontade de verdade; (b) clamava-se unicamente por respeito a hierarquia no exército, enquanto haviam publicações de falas de Jango solicitando que a hierarquia fosse respeitada e a ele os jornais culpavam por um suposto desrespeito a hierarquia; (c) houve descrição em destaque de falas de opositores ao governo de João Goulart e apoio as altas patentes do Exército Brasileiro, como em uma luta entre altas patentes e baixas patentes. Tudo isso aparece discursivamente tanto conscientemente, quanto inconscientemente a serviço do que mais tarde veio a se estabelecer como um regime militar no Brasil. Houve diálogos que clamaram pela permanência da democracia ao mesmo tempo que clamava pela queda antidemocrática do presidente democrático. Diálogos estes impulsionados pelo desejo de poder.

4.2.1 O Estado de S. Paulo ou Estadão

O estudo foi realizado sobre as primeiras páginas do jornal, sendo que a capa e a página dois não entraram na análise, pois são dedicadas as notícias internacionais. Na página três (ANEXO I - figura 1; e figura 2) do dia 31 de março de 1964, logo no primeiro texto do canto esquerdo superior, ambiente de destaque em jornais por motivos psicológicos e históricos ligados a forma que lemos no ocidente, lugar de costumeiro destaque em diagramações de jornais, encontramos no jornal *O Estado de S. Paulo* um tipo de gênero discursivo normalmente enquadrado como artigo, no jornalismo. O título do espaço destinado a publicização de artigos chama-se *Notas e Informações* (Fig. 6), sendo que não são apenas as letras iniciais que estão em caixa alta. Todas as letras encontram-se em caixa alta. Como não realizei nenhum estudo sobre a diagramação de jornais à época, não posso dizer se essa era a maneira disponível para dar mais destaque dentro do possível.

Contudo, os demais textos da página possuem apenas as iniciais das palavras nas manchetes em caixa alta. Fora a separação da cartola, os textos eram geometricamente simétricos na página e não havia muitas identificações dos diferentes gêneros discursivos. Os tipos gráficos ou fontes gráficas se resumiam a uma só.

No caso específico desta página do dia três do referido mês haviam dois textos diferentes, duas enunciações e separadas apenas por uma linha fina. Uma enunciação dialogava com a outra. A primeira enunciação pertencia ao espaço *nobre* do jornal intitulado Notas e Informações, cujo título do texto do dia era “O Exército e os desmandos do presidente”. Neste mesmo texto havia uma comunicação intertítulos: “O Exército e os desmandos do presidente”; “Imperativo da mudança no Congresso”; “Uma lição da História para o Brasil”; “Queda do padrão de vida”; “Direito à instrução”; e “Afogamento” (os grifos são meus).

Como ilustração, com o intuito de dar mais aprofundamento analítico das questões linguísticas e translinguísticas sem me alongar muito em questões que podem nos fazer passar de uma análise da enunciação para uma análise descritiva ou mesmo analisar mais do que o necessário para mostrar o tom do discurso, sua enunciação, vou me ater ao primeiro parágrafo do texto “O Exército e os desmandos do presidente”. Não que uma análise de todo o texto possa ser maléfica ao trabalho ou não seja enriquecedora, porém, a análise do primeiro parágrafo será suficiente para a finalidade desta dissertação.

O texto do artigo começa dizendo que após “os primeiros momentos de extrema confusão provocados pela atitude insólita do sr. presidente da República no caso da rebelião dos marinheiros nacionais, volta a calma aos espíritos” (ANEXO I - figura 3). Já nesse primeiro trecho podemos notar o julgamento do jornal sobre a atitude do presidente da república, considerando-a uma atitude insólita. Também a qualificação de uma ação dos marinheiros da Marinha como rebelião.

Fig. 6: Jornal Estadão, página 3, dia 31 de março de 1964.

NOTAS E INFORMAÇÕES

O Exército e os desmandos do presidente

Após os primeiros momentos de extrema confusão provocados pela atitude insolita do sr. presidente da República no caso da rebelião dos marinheiros nacionais, volta a calma aos espíritos e com ela parece a Nação não estar longe de considerar de certo modo benéficos os acontecimentos desenvolvidos na ex-capital da República na quinta e sexta-feira da Paixão. Dos gestos com que vinha surpreendendo o País, e que se diria não encontrarem uma barreira nas Classes Armadas, passou s. exa. — numa clara demonstração de que a força de que se julgava detentor era illusoria — para uma posição em que vai muito além daquilo que parecia senão razoável pelo menos admissível. Segundo a sua própria versão, s. exa. teria levado a sua campanha aos ultimos extremos convido pela necessidade de obter contra a opposição das correntes "retrogradas" da coletividade medidas que não visariam senão o bem de todos e particularmente o das camadas que mais sofrem as consequências da hostilidade de certos meios e do atraso geral das estruturas sociais do País. E, beneficiando-se dessa possível interpretação da sua conduta, julgou-se em condições, diante do levante das guarnições dos nossos vasos de guerra, de ir ao extremo de solidarizar-se com o gravíssimo atentado á hierarquia militar.

... da revolta verificada em Brasília, entre os sargen-

Fonte: Acervo do Estadão.

Está suposta rebelião não é apresentada pelo jornal do dia 31, talvez tenha sido esclarecida um dia anterior, contudo não é retomado o assunto, senão como uma rebelião e como assunto de fundo a uma atitude dita insólita pelo presidente da república. Segue. Com a calma, "parece a Nação não estar longe de considerar de certo modo benéficos os acontecimentos desenvolvidos na ex-capital da República na quinta e sexta-feira da Paixão".

O jornal⁴¹ expressa dúvida ao mesmo tempo que a vontade de estar certo e não cita a quinta-feira e a sexta-feira conforme o padrão gramatical jornalístico (“na última quinta-feira”), senão com a qualificação a que sexta especificamente se trata além da sua temporalidade.

A presença do cristianismo no jornal, que, em tese, declara-se isento por filosofia também publiciza a Marcha da Família na próxima página (Fig. 7). Segue: “Dos gestos com que vinha surpreendendo o País, e que se diria não encontrarem uma barreira nas Classes Armadas, passou s. exa. – numa clara demonstração de que a força de que se julgava detentor era ilusória – para uma posição em que vai muito além daquilo que parecia senão razoável pelo menos admissível”.

O jornal aqui se pronuncia em nome das chamadas Classes Armadas dizendo que “se diria [os gestos do presidente] não encontrarem uma barreira” e anuncia que o ato do presidente da república foi inadmissível, além de crer que a força dele também era ilusória perante as Classes Armadas.

Segue que: “Segundo a sua própria versão, s. exa. teria levado a sua campanha aos últimos extremos coagido pela necessidade de obter contra a oposição das correntes ‘retrogradas’ da coletividade medidas que não visariam senão o bem de todos e particularmente o das camadas que mais sofrem as consequências da hostilidade de certos meios e do atraso geral das estruturas sociais do país”. Neste trecho vemos que a posição de João Goulart não era a de provocar uma rebelião, mas de estar ao lado dos marinheiros, na sua visão do que deveria fazer enquanto presidente da república.

As características do apoio de João Goulart ou da suposta rebelião não foram reveladas nessa nota. Se tratando apenas de uma abstração sem materialidade sobre que seriam os desmandos de Jango sobre o Exército Brasileiro. O primeiro parágrafo é finalizado na sequência com a oração: “E, beneficiando-se dessa possível interpretação da sua conduta, julgou-se em condições, diante do levante das guarnições dos nossos vasos de guerra, de ir ao extremo de solidarizar-se com o gravíssimo atentado a hierarquia militar”.

É nesse momento que, finalmente conhecemos o lugar do presidente da república no acontecimento que envolve os marinheiros. Contudo, a única informação deste

⁴¹Peço que a compreensão neste tipo de colocação do termo jornal como o corpo responsável do jornal, ou seja os profissionais que falam pelo jornal e que dão “voz” ou “vida” ao objeto inanimado nomeado jornal.

momento do texto é mais uma abstração sem materialidade, a de um levante. Supostamente, também, encorajado por Jango, sob a justificativa da necessidade do presidente de apoiar medidas coletivas contra o que o mesmo considera retrogrado. Ou seja, a única coisa clara é a interpretação do jornal de que João Goulart afrontou os poderes da hierarquia do Exército Brasileiro.

O que fica claro também é que o jornal qualifica muitas ações do presidente de uma maneira negativa e fortalece a ideia de que Jango afronta algo que está além dos seus poderes enquanto presidente, que é a hierarquia do Exército Brasileiro, chegando a usar a expressão *vasos de guerra*, que se refere a função defensora dos marinheiros estratégica em guerras enfatizar um suposto erro e grave de uma suposta solidarização de Goulart a uma, também, suposto levante das guarnições.

A construção deste texto enquanto unidade e gênero está ligado ainda ao que foi colocado mais acima: direito a instrução, queda da qualidade de vida, imperativo de mudança no Congresso, etc.

Fig. 7: Marcha da família – Jornal Estadão, página 4, dia 31 de março de 1964.

A Marcha do Rio obterá êxito total; marcadas mais 3

De Suerzal do Rio e...
dentres de Curitiba e Florianopolis

A "Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade", a se realizar na Guanabara, no dia 2 proximo, deverá alcançar ou mesmo superar o êxito obtido na Capital paulista, pois segundo informou ontem a presidente da CAMDE — Campanha da Mulher pela Democracia — dona Amelinha Bastos, cerca de um milhão de pessoas deverá participar da passeata dos democratas, que congregará brasileiros da Guanabara, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Alagoas, Piauí, Est. do Rio, Paraná e Santa Catarina.

Por outro lado, a repercussão da passeata do ultimo dia 19 em São Paulo alcançou em também

ras e se dirigirá ao monumento ao Barão do Rio Branco, na Esplanada do Castelo. De um palanque ali armado e no qual, para prevenir um corte no circuito de energia, será instalado um gerador, falarão diversas personalidades, entre elas o cardeal d. Jaime de Barros Camara, o rabino Henrique Lemle e o senador Auro de Moura Andrade.

PRESENCAS

Está confirmada a presença à frente da "Marcha" do marechal Eurico Gaspar Dutra, almirante Amorim do Vale, general Segadas Viana, d. Leonor Mendes de Barros e das srzas. Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, Hélio Meneses e Virgílio Tavora.

bravios e
la liberd
la voar
Aérea B
Nac m
que dev
de nossa

mir
nhe tu l
existente
dente d
ontem. l
orgã es
o sr. Jo
Siva qu
o camini
deu def
que este
geral de
nheiros,
solidario
não cria
problema

O sr.
corrente
deseja s
do Para
Goulart,
siderite,
tara as
veis par
criado n
o diriget
clareção
crise são
clareceu
cremento
do, pois,
impatrio
preserva
sustentado

Fonte: Acervo Estadão.

Não vou me ater a uma análise de cada ponto, mas, quanto ao Imperativo da Mudança do Congresso, o jornal diz que: “Uma das preocupações essenciais, neste momento de ameaças de submersão do país na anarquia, deve ser a salvaguarda do Congresso”(Fig. 8). Creio que o Congresso é acionado e convocado a se posicionar e isto feito pelo jornal. O mesmo ainda considera entre outras coisas que o Poder Executivo não está apto a governar e tão pouco pode ser reabilitado por vias normais de imediato.

Há uma abertura, por parte do jornal, para a quebra da democracia, já que normal não significa outra coisa senão norma. O normal é o que está na norma. Uma suposta incapacidade governamental é atrelada a ideia de uma política subversiva de corrente totalitária, unida a falta de confiança da nação, exceto por apoio de uma minoria de agitadores.

Fig. 8: Jornal Estadão, página 3, dia 31 de março de 1964.

Imperativo da mudança do Congresso

Uma das preocupações essenciais, neste momento de ameaças de submersão do País na anarquia, deve ser a salvaguarda do Congresso Nacional. Quanto ao Poder Executivo, já não sabemos como se poderá, pelo menos de imediato, reabilitá-lo pelos meios normais, pois de tal modo se aprofundou a crise de autoridade resultante da incapacidade governamental e, especialmente, da delusoria política subversiva posta em prática com o apoio das correntes totalitárias, que a Presidência da República perdeu inteiramente a confiança que nela poderia depositar a Nação e o respeito sequer da minoria agitadora que pretende apoiá-la. Nestas condições, redobram as responsabilidades do Congresso Nacional, cuja missão, já de tanta relevância nos momentos de tranquilidade política e de normalidade legal, se torna extremamente delicada nestas horas sombrias de sobressaltos e incertezas para todo o País. Qualquer tropeço oposto à livre atividade parlamentar equivale, pois, à criação de novos perigos à eventual normalização da vida brasileira.

Outras manchetes que aparecem nesta edição do jornal: “Apreensivo o PSD diante das manobras de Goulart” (Fig. 9), onde cita-se uma ofensiva comunista infiltrada nas forças armadas; “Ansiedade no Congresso” (Fig. 9); “Solidariedade de S. Paulo a Marinha de Guerra; adiada a reunião dos governadores” (Fig. 10), onde cita-se que a hierarquia é fundamento constitucional e legal; “Dissolvido em Maceió comício comunista” (Fig. 11); “Mais 4 generais firmaram o manifesto contra o comício” (Fig. 12); “Câmara: deputados condenam subversão na Marinha” (Fig. 13); “Líderes do Congresso se reúnem sigilosamente” (Fig. 13); “Generais reúnem-se e examinam a situação” (Fig. 13).

Fig. 9: Jornal Estadão, página 3, dia 31 de março de 1964.

Apreensivo o PSD diante das manobras de Goulart

RIO, 30 (“Estado”) — A cúpula do PSD decidiu, após várias e longas reuniões realizadas no Rio, dirigir ao sr. João Goulart uma grave advertência sobre os riscos a que o regime e o País estão expostos em face da quebra dos princípios básicos da hierarquia e da disciplina militar e da já agora ostensiva infiltração comunista nas Forças Armadas. O líder da bancada peessedista, deputado Martins Rodrigues, viajou hoje para Brasília, levando a incumbência de articular a cobertura da representação do partido para a importante decisão aqui tomada, depois de uma série de entendimentos e contactos que abrangeram “do Mazzilli ao Amaral Peixoto”, em todos encontrando a mesma preocupação pelo desenrolar da crise que está lavrando na Marinha com repercussões nas demais Armas.

O PSD — esclarece o sr. Martins Rodrigues — vai procurar o

re Brasília, dependendo sua viagem, entretanto, da autorização médica.

Ansiedade no Congresso

BRASÍLIA, 30 — A explosão do líder Martins Rodrigues, logo após tomar conhecimento dos motivos da súbita viagem do sr. Ranieri Mazzilli a São Paulo, esta tarde, refletiu o tom exato da exaltação e da ansiedade em que o Congresso passou a produzir e receber de todas as partes do País notícias sobre a evolução dos acontecimentos.

“Estamos vivendo as últimas horas desta situação — dizia, em estado de visível indignação, o líder do PSD — pois não se trata de um simples golpe, mas de uma tentativa de instalar o comunismo no País — e isso não podemos admitir”.

— Informava-se na Câmara — colocou em movimentação as tropas da Força Pública de Minas. O governador, além disso, teria aberto voluntariado para a Força Pública.

O PSD não ocultava seu entusiasmo com essas atitudes do governador mineiro, as quais corresponderam no Congresso a uma rápida articulação das lideranças, trancando-se os deputados Martins Rodrigues, Adauto Cardoso, Herbert Levy, João Pacheco Chaves, Henrique La Roque e Arnaldo Cerdeira, ao anoitecer, no gabinete do senador Moura Andrade, com quem passaram a conferenciar.

A essa excitação, entretanto, não teria correspondido o sr. João Goulart, que, segundo assessores seus, recebeu “sem surpresa” a notícia do manifesto e mantinha-se decidido a comparecer à solenidade em que os sargentos lhe prestariam homenagem, no Automóvel Clube,

Fonte: Acervo Estadão.

Fig. 10: Jornal Estadão, página 4, dia 31 de março de 1964.

4 — O ESTADO DE S. PAULO

Solidariedade de S. Paulo à Marinha de Guerra; adiada a reunião dos governadores

Em nome do Governo do Estado e do povo paulista, o sr. A. de Barros apresentará sua solidariedade aos oficiais da Marinha, que se reuniram anteontem no Clube Naval. Esta declaração foi feita ontem, pelo chefe do Executivo Estadual, em entrevista à imprensa nos Campos Elísios.

Após assinalar que na atual crise que envolve a Marinha, "mais do que as Forças Armadas, foi atingida a nossa Constituição", o governador disse que a sua manifestação de solidariedade àqueles oficiais leva em conta "que a hierarquia é fundamento constitucional e legal e que não existe legalidade sem a Constituição; que a disciplina é fator precípuo para a existência das Forças Armadas, sem o que não existirão Forças Armadas; que a autoridade representa o símbolo do Poder e que ela foi cancelada, abolida e agredida pelos atos do governo central".

O sr. A. de Barros classificou de absurdo o projeto de anistia para os amotinados de Brasília,

golpe, a qual deveria realizar-se hoje, em Porto Alegre, sob a presidência do governador gaúcho, sr. Ildo Meneghetti.

O pedido de adiamento da reunião foi formulado pelo governador de Minas Gerais, sr. Magalhães Pinto e, ao que tudo indica, feito à vista do extraordinário agravamento da crise.

O sr. A. de Barros vem-se mantendo em permanente contacto, pelo telefone, com os governadores de Minas Gerais, Guanabara, Paraná e Rio Grande do Sul. Circulou ontem, no Palácio, o rumor de que viajara na madrugada de ontem para Belo Horizonte, onde teria conferenciado, sigilosamente, com o governador Magalhães Pinto. O serviço de imprensa dos Campos Elísios desmentiu o rumor, informando que o governador passara a noite no Hospital do Servidor Público, ao lado de sua esposa, d. Leonor Mendes de Barros, ali internada em virtude de enfermidade que a acometeu repentinamente.

da UDN paulista, da qual far parte.

✱

Agradecendo a manifestação de solidariedade e apoio dos engenheiros de S. Paulo, o governador do Estado enviou ofício ao presidente do Instituto do Engenheiro, sr. Heli Martins de Oliveira. Entre outras coisas, diz o sr. A. de Barros na sua longa mensagem de agradecimento:

"Manifestaram V. Exas. a apreensão com que vêem a destruição do princípio de autoridade. Em verdade em todos os países sob o guante comunista, antes de derrubar o regime, tratou-se de destruir o princípio da autoridade, jogando empregados contra patrões, comandados contra comandantes, alunos contra professores e filhos contra pais.

Sem autoridade instala-se a anarquia e a anarquia é o portal de ingresso para a escravidão totalitária".

Em outro trecho, pronunciando-se sobre o que se espera das Forças Armadas, declara o chefe

Fonte: Acervo Estadão.

Fig. 12: Jornal Estadão, página 4, dia 31 de março de 1964.

um
suas
cri-
lição
erão
nte.
pela
ando
ins-
co-
cará
co-
fosa.
go-
reia
por

Mais 4 generais firmaram o manifesto contra o comício

RIO, 30 ("Estado") — Mais quatro generais da Reserva firmaram, hoje, o memorial que condenou, incisivamente, o comício do dia 13 diante da Central do Brasil.

Os novos signatários são os generais Newton O'Relly de Sousa, Sirto de Andrade Nino, Altamiro Viveiros de Paiva e Antonio de Mendonça Molina. O número de signatários chegou, assim, à casa dos 89.

pre
frel
reil
blic
tad
pec
C
apo
Unl
apr
194
ON
nac
Coi
C
dev
der
dos
se
res
pat
ras
E
te
mo
nã
A t

Fonte: Acervo Estadão.

Fig. 13: Jornal Estadão, página 4, dia 31 de março de 1964.

Câmara: deputados condenam a subversão na Marinha

Líderes do Congresso reúnem-se sigilosamente

de acordo

BRASÍLIA, 30 — Na sessão de hoje da Câmara, a crise brasileira foi o assunto dominante. O líder do governo, Adolfo Collor, fez um discurso de defesa da administração. Em seguida, o líder da oposição, Adolfo Collor, fez um discurso de defesa da oposição. O líder do governo, Adolfo Collor, fez um discurso de defesa da administração. Em seguida, o líder da oposição, Adolfo Collor, fez um discurso de defesa da oposição.

Pausa na sessão

BRASÍLIA, 30 — O deputado Adolfo Collor, após proferir um importante discurso em defesa do Congresso e da disciplina nas Forças Armadas, interrompeu a sessão para fazer uma pausa na sessão.

Generais reúnem-se e examinam a situação

BRASÍLIA, 30 — Para estar preparado para enfrentar a situação, os generais reuniram-se para examinar a situação.



BRASÍLIA, 30 — Na sessão de hoje da Câmara, a crise brasileira foi o assunto dominante. O líder do governo, Adolfo Collor, fez um discurso de defesa da administração. Em seguida, o líder da oposição, Adolfo Collor, fez um discurso de defesa da oposição.

BRASÍLIA, 30 — O deputado Adolfo Collor, após proferir um importante discurso em defesa do Congresso e da disciplina nas Forças Armadas, interrompeu a sessão para fazer uma pausa na sessão.

BRASÍLIA, 30 — Para estar preparado para enfrentar a situação, os generais reuniram-se para examinar a situação.

BRASÍLIA, 30 — Na sessão de hoje da Câmara, a crise brasileira foi o assunto dominante. O líder do governo, Adolfo Collor, fez um discurso de defesa da administração. Em seguida, o líder da oposição, Adolfo Collor, fez um discurso de defesa da oposição.

BRASÍLIA, 30 — O deputado Adolfo Collor, após proferir um importante discurso em defesa do Congresso e da disciplina nas Forças Armadas, interrompeu a sessão para fazer uma pausa na sessão.

BRASÍLIA, 30 — Para estar preparado para enfrentar a situação, os generais reuniram-se para examinar a situação.

Fonte: Acervo Estadão.

O que diz o jornal, enquanto unidade dialógica? É claro que espaços para colonistas exprimem diálogos com seus ecos um diálogo também com o próprio jornal, mas o que o jornal comunica com suas manchetes e seu editorial? Qual o *balanço* (de que lado estão e quantos estão em cada lado do *cabo de guerra*?) entre posições de colonistas?

Quando esse diálogo é centrípeto, como em um anúncio de uma ameaça comunista, temos aí a implementação de um dogma. Contraria a filosofia do jornalismo o papel de anunciar qualquer coisa como ameaça e quando se estabelece como eco no diálogo do jornal apenas vozes que qualificam um fato dentro de uma determinada ordem como a de

RENTAL DE CARROS
CR\$ 2.000,00
ALUGUEM DE CARROS
DO 8 A 10 MARÇO

ZAULI
O CONDICIONADO - REPRODUÇÃO
FOTOLABÓRIO PARA AMATEUR

FORNECER E REGISTRAR
DECR

Planeta
Linha 1 - 37-9567

AEG
TRANSFORMADORES
MATRIZ DE ALTA TENSÃO

ameaça, sem ofertar outras vozes de outras ordens, também estão diante de uma contrariedade a filosofia jornalística, uma contrariedade ao próprio ato racional, emocional e criativo do raciocínio, implicado por um diálogo centrípeto centralizando e orientando uma racionalidade, a direção das emoções e suprimindo a criatividade, procurando uma responsividade ao diálogo de ordem categoricamente afirmativa e positiva ao diálogo e em absoluto.

Não estamos falando da era de Hesíodo, onde, como vimos no outro capítulo segundo explicação de Foucault, se caracterizava pela promoção da verdade pronunciada por aqueles que a dominavam ou dominavam aquilo que poderia vir a ser considerado verdadeiro ou não. Estamos falando da promoção de uma vontade de verdade que supera a possibilidade da promoção da verdade e da possibilidade também da falha. A tentativa de promover um desejo através de um poder, um poder fazer que promove também o absoluto e o indiscutível, um jornalismo com base em um diálogo centralizador, centrípeto, fechado a responsabilidades outras que não do acordo.

Como sabemos, nesse caso aqui levantado, o resultado foi a promoção inconsciente ou consciente de um regime militar e a quebra da democracia por duas décadas. Conforme a filosofia jornalística, não é papel do jornalismo configurar o que é verdadeiro, mas buscar a verdade, até porque as ferramentas a disposição dos veículos e seus profissionais não permitiriam mais do que inventar uma verdade. É o diálogo aberto, centrífugo, que permite o aparecimento do que é verdadeiro.

No caso do que vinha se construindo a partir do discurso de João Goulart era apoio a uma classe não apenas militar, mas trabalhadora. A complexidade do momento exigia atenção a visibilidade do ato e não ao julgamento do ato. Exigia a visibilidade da visão do Exército Brasileiro, da visão dos poderes governamentais democráticos, e das diferentes instâncias e organizações civis, sendo esse o papel do jornalismo condizente a sua própria filosofia. A promoção de um dogma implica na configuração de um jornalismo praticado diferente do que sua fundamentação solicita que seja praticado e, portanto, encontra-se um dilema sobre a prática jornalística e sua filosofia.

No dia seguinte, 1º de abril de 1964, a página de número três (ANEXO I – figura 3; figura 4), primeira página de assuntos nacionais e um espaço nobre do jornal, aparecem, quase em absoluto, manchetes relacionadas ao discurso de Goulart e a uma suposta crise

nacional. O espaço a esquerda no canto superior da página intitulado Notas e Informações traz: “S. Paulo repete 32”. Sob a qualificação de *indomáveis, soberano* e a explanação sobre o que foi denominado de *multidões em delírio que vociferavam* o jornal qualifica uma manifestação de uma ideia e a vontade soberana de uma nação de defender sua liberdade, como havia sido feito 32 anos antes contra Getúlio Vargas (Fig.14).

Isto entre outras qualificações e um comunicado que se estende por quase um quarto da página de espaço nobre do jornal. Os textos subsequentes que se unificam graficamente e diagramaticamente ao citado, sob títulos menos destacados que o espaço Notas e Informações, ainda assim seguem em acordo com o texto em destaque trazendo em seus títulos: “O discurso do presidente”; “As classes produtoras e a crise”; “A Igreja e as ‘hipocrisias legais’ dos comunistas”. A sequência de leituras em diálogo é interrompida apenas pelo texto intitulado “Instituto Latino-Americano de Criminologia”, que não possui em nada relação com a denominada crise do governo ou o discurso de Jango. Contudo, é subsequente ao texto intitulado “A Igreja e as ‘hipocrisias legais’ dos comunistas”, trazendo um conflito entre o governo de Goulart e a ONU.

A implementação do instituto vinha sendo trabalhada desde 1959, mas em 1963 o governo de Jango. O instituto foi criado sob a forma de lei em novembro de 1963, mas em setembro do mesmo ano o presidente da república baixou um decreto, aprovando o regulamento do Departamento dos Institutos Penais do Estado onde o treinamento de pessoal ficaria sob responsabilidade do Estado, conflitando a cláusula do acordo com a ONU que pretendia este fim no Instituto Latino-Americano de Criminologia. Ou seja, todas as notícias em sequências colocavam o presidente Jango como alguém a ser combatido, que ia contra até mesmo a Organização das Nações Unidas, implicitamente colocada como mais relevante para o país do que o próprio governo.

Explicitamente isso aparece no final do texto com a construção do último parágrafo do texto da notícia: “O cumprimento dos termos de um decreto, depois de editada a lei do Instituto Latino-Americano de Criminologia, que praticamente o revogou na parte conflitante, poderá pôr em risco a definitiva instalação desse órgão, para o qual faltam apenas as gestões necessárias à nomeação de seus dirigentes efetivos. E isto seria, realmente, um desserviço à coisa pública”.

É, então que se encerra a sucessão de notícias e o que faz isso é uma pequena nota sobre a candidatura de um senador a governador do estado de Santa Catarina, efetivamente a única notícia não vinculada a proposta crise política no Brasil à época. O olhar do leitor tentativamente direcionado pela diagramação do jornal é para uma nova notícia em destaque, cujo tipográfico e o local da disposição gráfica do texto só não foi feito para ser mais chamativo que o espaço intitulado Notas e Informações⁴². A manchete traz: “O discurso de Goulart fez precipitar a crise política”. Texto que traz como subtítulos ou intertítulos *Provocação e Desgraça*. Emaranhado graficamente a este texto temos mais duas notícias, cujos títulos são “Profissionais Liberais do Paraná contra a subversão” e “Feriado bancário até o fim da semana”, em sequência por ordenação gráfica escolhida pelo jornal.

O texto sobre os profissionais liberais do Paraná é uma pequena abertura a íntegra de um “manifesto de repúdio aos atos que objetivam subverter a ordem constituída no País”. O manifesto vem a seguir e nele constam coisas como “em face da gravidade da situação nacional, cujo desenrolar pode conduzir a consequências imprevisíveis”, “a preservação da independência e harmonia dos poderes constatados da República, Legislativo, Executivo e Judiciário é condição indispensável para o perfeito funcionamento do regime democrático”, “os princípios estabelecidos pela Constituição Federal somente poderão ser alterados pela forma nela mesma prevista e quando conveniente e necessário ao bem-estar coletivo”, as “liberdades e garantias individuais asseguradas pela Constituição Federal representam condições indispensáveis a sobrevivência do Regime [democrático]” e as “as associações que congregam e, realmente, representam os profissionais liberais no Estado do Paraná, condenando toda e qualquer atividade que, a título de estimular o desenvolvimento do país, sirva a subversão da ordem e crie o ódio entre os brasileiros, exorta o povo a que se una em defesa da Constituição das leis do Brasil” (grifos meus).

A notícia subsequente, sobre o feriado bancário, é sobre o decreto de feriado por três dias devido a movimentação de saques muito maior do que o comum e ordinário – cotidiano –, sendo necessária a autorização da circulação extra de 20 bilhões de cruzeiros. O jornal enfatiza que isto “significa que os bancos não abrirão por todo o resto da semana”.

⁴²No jornal as letras do título do espaço estão todas em caixa alta, sendo mais chamativas do que qualquer notícia ou artigo publicado.

Abaixo desta notícia o último texto da página é um artigo com tipográfico da titulação em destaque e assinado por Pluro Dantas, onde há um anúncio em uma oração gramatical simples: “O Brasil espera”. No primeiro parágrafo um fragmento do que consta o texto é que “em crise o País chegou à encruzilhada que impõe a opção definitiva entre os seus rumos tradicionais e os ‘novos rumos’ acordados entre o governo [...] do sr. João Goulart e o governo de fato de Prestes e do CGT”.

Fig. 14: Jornal Estadão, página 3, dia 1º de abril de 1964

NOTAS E INFORMAÇÕES

S. Paulo repete 32

Em face das imensas proporções que assumiu a manifestação de São Paulo no último dia 19, dizíamos nós, referindo-nos à decisão que irradiava de todas as fisionomias, que, “nos seus sem-

blantes, nos semblantes dos homens e das mulheres que formavam a maior mole humana jamais reunida em qualquer ponto do território nacional em defesa de uma idéia, refletiu-se a determinação que os arrancara de seus lares e de suas ocupações para virem àquelas ruas — que, para o sr. João Goulart, não e devem ser o domínio do povo — significar a s. exa. que a Constituição de 1946 é intangível e que tão soberano é o poder que ele representa quanto aquele que a Câmara e o Senado encarnam. Não vociferavam, não se lhes ouvia o ulular das multidões em delírio. Mas sentia-se a força indomável que os unia e os transformava numa vontade só. Ali, sim; ali se manifestava a vontade soberana da Nação. Nos caudais humanos que incessantemente desaguavam das ruas adjacentes na esplanada da Sé palpitava o sentimento de um País que, pela voz daquelas centenas de milhares de cidadãos conscientes, pretendia significar ao presidente da República a disposição de defender a sua liberdade com a heroica decisão com que os paulistas defenderam, há 32 anos, o território sagrado de São Paulo contra a soldadesca de Getúlio”.

Na página 4, a notícia mais à esquerda no canto superior (Fig. 14) é um tanto estranha, começando pela manchete “Expectativas nos meios políticos paulistas; normal o trabalho”. A notícia é iniciada de uma maneira um tanto fora do padrão e parece querer anunciar que há exaltação no meio político, além de explicitar um ato de prontidão por parte do Exército Brasileiro e falar pelo povo, sobre como o povo esteve recebendo as notícias: “O dia de ontem em São Paulo, em pleno fulcro da crise política, foi caracterizado por intensa mobilização nos círculos políticos, rigorosa prontidão nos quartéis, onda de boatos e intensa expectativa entre o povo, que, toda via, não interrompeu seus afazeres normais”.

Não há muito na notícia, quanto ao que se segue, senão a agenda de federações, do governo paulista e vozes sociais que ecoam apenas o mesmo. Todas as vozes da extensa matéria que cobre quase um terço da página estão em uníssono. É destacado algumas falas de A. de Barros (governador do estado de São Paulo à época) e entre elas diz-se que “o regime federativo não existe mais e que a quebra da autoridade vem de cima”. Não há nenhum dado sobre dita prontidão dos quartéis, dos boatos ou da expectativa do povo, muito menos o porquê do anúncio de que “[o povo] não interrompeu seus afazeres normais”.

Fig. 14: Jornal Estadão, página 4, dia 1º de abril de 1964.

Expectativa nos meios políticos paulistas; normal o trabalho

O dia de ontem em São Paulo, em pleno fulcro da crise nacional, foi caracterizado por intensa movimentação nos círculos políticos, rigorosa prontidão nos quartéis, ainda de boatos e intensa expectativa entre o povo, que, todavia, não interrompeu seus afazeres normais. Escolas e bancos funcionaram sem anormalidade. De hoje até o fim da semana estará interrompida a atividade bancária, em virtude dos feriados decretados pelo governo federal.

O Palácio dos Campos Elísios apresentou grande movimentação pela manhã e ambiente mais tranquilo à tarde. A guarda foi reforçada e os oficiais de gabinete do governador portavam revólveres, fornecidos pela Casa Militar.

As diretorias da Federação e o Centro das Indústrias mantêm-se em reunião permanente em sua sede social, onde atenderão a todos os industriais sobre os assuntos

Insistentemente perguntado sobre o desenrolar da crise político-militar, o sr. A. de Barros limitou-se a dizer que recomendava a todos para se prevenirem contra o mau tempo.

Mais tarde, ao receber associados do Centro dos Engenheiros Democráticos, que lhe foram expressar solidariedade pelos seus recentes pronunciamentos e posição em defesa da democracia, disse o governador que o momento que vive o País tornou desnecessária a "linguagem parabolica", como "val chover", "previnam-se com guarda-chuvas, galochas e capas etc.". Disse que previu a situação, que o regime federativo não existe mais e que a quebra da autoridade vem de cima.

Depois de afirmar que a história está registrando neste instante o nome de seus homens, "não havendo lugar para os omissos, os covardes, os fracos, os

que todos se devem unir num esforço supremo de desarmamento de espírito para que possa o Brasil sobreviver e atingir seus melhores destinos. Mas como já tenho dito, não há nesta hora lugar para omissões ou dubiedades: estamos a favor ou estamos contra a liberdade e a democracia. De minha parte, permaneço onde sempre estive — ao lado das instituições livres, contrário às radicalizações que não só ameaçam a nossa ordem constitucional, como a própria viabilidade democrática das reformas de interesse social e econômico do País — espero que os nossos homens públicos saibam encontrar em suas reservas de bom senso, de serenidade e de patriotismo condições para repelir as tentativas de solução extralegal, tão do agrado de reacionários de esquerda e de direita. Só dentro da ordem, da disciplina e da fraternidade humana é que podemos alcançar o progresso e a

Fonte: Acervo Estadão.

Ao lado da notícia supracitada, em grande destaque, aparece a manchete “Aplausos à iniciativa do ‘Estado’ em prol dos presos cubanos”. O jornal ecoa a si mesmo em menção a si mesmo e em um tom de quem apresenta alguma pressão ou exerce algum poder sobre a iniciativa registrada como do Estado. Diz-se o seguinte: “Senhor presidente. O jornal ‘O Estado de S. Paulo’, fiel às suas linhas de defesa da liberdade e da democracia, publicou há dias o relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre a situação dos prisioneiros políticos em Cuba” e que trata-se de “documento impressionante, em que são focalizados e demonstrados, documentadamente, aspectos horripilantes das atrocidades cometidas pela ditadura cubana contra os seus prisioneiros políticos”.

Segue ainda mais algumas linhas da homenagem da Câmara de Itapira para o jornal. A notícia intitulada “Kubitschek lança manifesto pró-legalidade”, traz um pronunciamento do ex-presidente, através do manifesto escrito, em que diz: “Na hora grave em que vive a Federação brasileira, é meu dever e de todos os patriotas, dirigir apelo de paz ao governo e à Nação” e que o “divórcio que hoje separa brasileiros poderá persistir

sem risco de sangue generoso” (Fig. 15). O texto ainda diz entre outras coisas: “Portanto o nosso apelo de paz, é um apelo para que restabeçam em sua pureza total a disciplina e hierarquia”. E ainda: “Não há legalidade sem Forças Armadas, integras e respeitadas em seus fundamentos”.

Fig. 15: Jornal Estadão, página 4, dia 1º de abril de 1964

le direita. Só den- da disciplina e da mana é que pode- o progresso e a clamada por uma se concede livre, atica".

*vernador a nov- banco do Estado, n assembléa ge- is. Permaneceram ão os srs. Henri- Luis Antonio de o Zanini. A nova issim constituída. Augusto de M- nte, Cesar Gior- denie, Henrique teira de Crédito nterior, Favorino rado, Carteira de ira a Capital, Luis roos. Carteira de , Loureiro Junior, xpansão Economi- ni.

os novos dirigen- i Estado a pessoa Rodrigues do Pra- pouco exerceu a Caixa Economica Paulo, por indi- or Moura Andra- dencia da Mogia- designação do sr le Matos para o , deverá ir o cel. as Filho, ex-pre- o Preto.

homagem que há de ontem, no antes da abertu- episcopado pau- rio em outro lu- Motta, arcebispo

Aplausos à iniciativa do "Estado" em prol dos presos cubanos

Congresso não será mudado, declara o líder do PTB

De Sucursal

BRASILIA, 31 — Enquanto n Senado o sr. Auro Moura Andrade declarava que "per mais grave que seja a situação, o Congresso não se transferirá de Brasília, que é a sua trincheira", deputado Doutel de Andrade, líder do PTB na Câmara, em nota distribuída à imprensa, sobre notícias de que estaria em cogita-

integrando-se no espírito de solidariedade humana que inspira a campanha que esta folha enceta a favor dos presos políticos do regime de Fidel Castro, aprovou, por unanimidade, requerimento do vereador Orestes de Giacomo, nos seguintes termos:

"Senhor presidente. O jornal "O Estado de S. Paulo", fiel às suas linhas de defesa da liberdade e da democracia, publicou há dias o relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre a situação dos prisioneiros políticos em Cuba. Trata-se de documento impressionante, em que são focalizados e demonstrados, documentadamente, aspectos horripilantes das atrocidades cometidas pela ditadura cubana contra os seus prisioneiros políticos. Assim, re- queremos que esta Colômbia, pon- do de lado qualquer sentimento

Kubitschek lança manifesto pró-legalidade

RIO, 31 (Estado) — Afirma- do que, neste momento, tem "a responsabilidade histórica de apontar onde está a legalidade", e que não há legalidade sem as Forças Armadas, integras e respeitadas em seus fundamentos", o ex-presidente Juscelino Kubitschek lançou, hoje, um manifesto à Nação, por meio do qual definiu a sua posição diante da crise político-militar desfiada, nos últimos dias, com o movimento de indisciplina de um grupo de marinheiros e fuzileiros navais.

O documento está assim redigido:

"Na hora grave que vive a Federação brasileira, é meu dever e de todos os patriotas, dirigir apelo de paz ao governo e à Nação.

O divórcio que hoje separa brasileiros não poderá persistir sem risco de sangue generoso.

conclamação ao po- ra. Quando em d democracia o povo zonte levantou seu tos, aqui no Rio va diram minha opini to de os católicos- ão de seus rosári te. Declarei que s tricolismo sempre e de religião. Natura taítes de angustia ões, anda mais rosario como objet na a fe, que condi era de admirar su neamente".

E prosseguindo: Belo Horizonte ná Guanabara, desper dre Peyton para i rosario? Nada, pol O que mais tarde sim, for que em pra vesse quem escarne nooso povo, criticat belorizontinos. Con tituição, cada brai respeitar a religião Quando em carnavai calha um credo re cia leva para a cad dos despre-pezosav zombadores gozava des".

O PAPA E O

Em continuação, prelado: "Talvez ni aos que admiram s vos o Papa João X a torto e a direito, em seu curto ponti nos de cinco anos, publicou sobre a d sario a Encíclica "C tio", além de quatr tolicas e mais duas

Fonte: Acervo Estadão

A Igreja é aliciada a iniciativa contra o presidente da república à época. Ainda na página 4, temos como manchete que "D. Jaime defende uso do rosário em manifestação cívica" e a notícia é iniciada, dizendo que: "Dom Jaime de Barros Câmara, em entrevista

concedida ontem no Rio, defendeu o uso do rosário nas manifestações cívicas, lembrando que no Brasil, o patriotismo sempre esteve bafejado pela religião” (Fig. 16). O texto segue e sob o intertítulo *Patriotismo e Religião*.

Fig.16: Jornal Estadão, página 4, dia 1º de abril de 1964.

D. Jaime defende uso do rosário em manifestação cívica

De Sucursal do Rio e do Correspondente de Campo Grande

Dom Jaime de Barros Câmara, em entrevista concedida ontem, no Rio, defendeu o uso do rosário nas manifestações cívicas, lembrando que, no Brasil, o patriotismo sempre esteve bafejado pela religião.

PATRIOTISMO E RELIGIÃO

Disse dom Jaime Câmara:
"Dirijo-me neste momento para expor um ponto de vista que não bastante esclarecido. Quisera mesmo que estas minhas palavras, mais do que simples explanação

ram seu apoio e a presença de seus associados na "Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade", que se realizará amanhã, saindo às 16 horas da Igreja da Candelaria e indo até a Esplanada do Castelo, onde se realizará um comício.

A sra. Amélia Molina Bastos, presidente da Campanha da Mulher em Defesa da Democracia, disse ontem que serão aceitos como participantes da grande manifestação quaisquer entidades que tenham como princípio a luta contra o ateísmo e o comunismo, quaisquer que sejam os seus

Fonte: Acervo Estadão.

A manchete “Proibição de comícios evita conflito” é acompanhada do texto que segue, onde um consta que a “proibição de comícios da Frente Democrática de Trabalhadores Esquerdistas por parte do governo, evitou um conflito de graves consequências”. Também diz que os “comunistas não se conformaram com a decisão e passaram a fazer ameaças, por telefone, contra as autoridades e contra as famílias dos dirigentes democráticos, que se mostraram dispostos a enfrentá-los” (Fig. 17).

Fig. 17: Jornal Estadão, página 4, dia 1º de abril de 1964

n está
o País
interes
candi
tos, es
confu
algum
na sua

Proibição de comícios evita conflito

Do correspondente

MACÉIÓ, 31 — A proibição dos comícios da Frente Democrática de Trabalhadores Esquerdistas por parte do governo, evitou um conflito de graves consequências na semana passada, quando grupos totalitários e democráticos, possuídos de grande exaltação, estavam a ponto de defrontar-se.

Os comunistas não se conformaram com a decisão e passaram a fazer ameaças, por telefone, contra as autoridades e contra as famílias dos dirigentes democráticos, que se mostraram dispostos a enfrentá-los.

retti, de
Estado d
malidade
agitação
Acréscer
todos os
nham os
a agir e
los nece
nutença
Disse tal
lar do Es
dições di
rá coloc
em regim
até que

A IDI
com sedi
maneceu
rosa pro
locar fro
los muni
Niterói,
geral Cui
guarniça
maiores i
ção das
passando
neste em

sidernu
reprel
popula
ie, con
ja, ara
tamen

im que
andato.
ivo"
erando
estão
idem e
nscien

de de
M pro
estão
são, o
iale al

Fonte: Acervo Estadão

Ainda entre as manchetes produzidas na página 4 temos “Goulart tenta eximir-se de culpa da crise” (Fig. 18).

Fig. 18: Jornal Estadão, página 4, dia 1º de abril de 1964.

para craticas".

sa da do m publi

Goulart tenta eximir-se de culpa pela crise

RIO, 31 ("Estado") — Ao receber, esta manhã, no Palácio das Laranjeiras, representantes das classes produtoras de São Paulo, Rio Grande do Sul e de outros Estados, o presidente da República manifestou que o governo federal é o mais interessado na preservação da ordem e das instituições.

Acrescentou que "quem está pretendendo intranquillizar o País são políticos movidos por interesses eleitorais, candidatos a candidatos, que, através de boatos, esperam criar um clima de confusão, do qual possam tirar algum proveito, ou satisfazer as suas frustrações".

O sr. João Goulart considerou "uma insensatez pretender reptir a ordem pela força".

A ultim Palac dor n cias t cais. rante sigilo

Por cel. da Se como tadua tar ni

P de ev

MA

Fonte: Acervo Estadão.

Na página 5 publica-se: "Moura Andrade exorta o povo a defender o regime" (Fig. 19), onde o presidente do Senado diz que o regime democrático nunca foi tão ameaçado e que "a mancha que veio enodoar o Exército e a Aeronáutica poderá alastrar-se, até atingir o Congresso, o próprio Executivo, as escolas, as Igrejas e os lares". Em acompanhamento a diagramação da página ainda temos "Estudantes lançam nota de apoio à oficialidade", "Oficiais estão prontos para defender regime [democrático] e instituições", "[o deputado] Falcão acusou Goulart de fomentar a desordem" e "Anunciadas alterações em postos-chaves do Exército".

Fig. 19: Jornal Estadão, página 3, dia 1º de abril de 1964

em 1965. Trago isso aqui, para que se entenda a diferença de importância que tinha para o país tanto o jornal impresso, quanto o impresso pela marca Jornal do Brasil em meados dos anos 1960 para a realidade atual. Havia algumas emissoras de televisão nos anos 1950 e nos anos 1960, mas em 1966 foi quando uma segunda concessão foi comprada pela Rede Globo de Comunicações e inaugurou-se a Rede Globo de Televisão, sob a detenção de duas emissoras regionais, uma em RJ capital e outra em SP capital.

Até então, empresas como de jornais impressos como o Estado de S. Paulo e o Jornal do Brasil tinham outro significado enquanto veículos de comunicação massiva antes de 1966 em relação a realidade que se construiu após a inauguração da Rede Globo de Televisão.

O papel do Jornal do Brasil, assim como o do Estadão foram impactantes pela credibilidade que a eles era atribuída enquanto empresas de jornalismo e sua circulação por meio dos jornais impressos e emissoras via ondas de rádio (à época eram comuns as amplitudes moduladas). A análise aqui é das publicações nos carros-chefe destas empresas, seus principais veículos, mais tradicionais e credibilizados eram os jornais impressos.

Mesmo assim as empresas citadas possuíam sua rede de notícias via sistema de rádio AM (amplitude modulada). As ondas de amplitudes são muito mais fortes e resistentes a obstáculos que as de frequência e devido ao tipo de tecnologia da época o eficaz era possuir redes AM. Era o que garantia a chegada segura e eficaz das notícias aos lares, instituições e organizações sociais brasileiras.

Então, empresas que detinham este tipo de tecnologia à época eram empresas poderosas e normalmente credibilidade lhes era atribuída. O valor do poder na discursividade se dá por muitas vias, mesmo naquela época já fazia mais de meio século da atribuição de credibilidade pela dita isenção, que, em realidade, era gramatical e da mesma forma o poder tecnológico detido por uma empresa de comunicação também lhe atribuía credibilidade.

O Jornal do Brasil adotou uma postura diferente da que teve o Estadão em relação ao diálogo proposto nas páginas do jornal. Começa pela notícia intitulada “Clube Militar dá apoio ao Clube Naval”, onde descreve que o presidente do Clube Militar visitou o Clube Naval para “expressar solidariedade da entidade que dirige aos oficiais da Marinha, e colocar a sede do Clube Militar à disposição do Clube Naval”. Isto é feito sob

acompanhamento de uma foto de Jango discursando, com a cartola “reformas para sargentos” e a legenda “O Presidente João Goulart falou longamente nas reformas e disse que deseja disciplina nas Forças Armadas” (Fig. 20).

Fig. 20: Jornal do Brasil, capa, 31 de março de 1964.



Fonte: Acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

No Clube Naval houve a reunião de oficiais, cujo intuito era de qualificar o ato dos marinheiros como rebeldia. Na mesma matéria destacam que Jango deseja disciplina nas Forças Armadas. Logo abaixo mais três textos com distintos discursos : (a) “Goulart pede aos sargentos acato aos seus superiores”; (b) “Reincidência”; e (c) “Magalhães exige que a hierarquia seja respeitada” (Fig. 21).

Fig. 21: Jornal do Brasil, capa, 31 de março de 1964.

Goulart pede aos sargentos acato a seus superiores

O Presidente João Goulart, após prometer uma nova lei de promoções aos sargentos das Forças Armadas, fez-lhes um apêlo, em discurso proferido ontem à noite no Automóvel Clube do Brasil, para que "continuem cada vez mais unidos, cada vez mais disciplinados, naquela disciplina consciente fundada no respeito entre comandantes e comandados", e para que "respeitem a hierarquia legal."

Pedi-lhes ainda o Presidente da República que "continuem prestigiando as nossas instituições, porque em nome dessas instituições, os sargentos jamais permitirão que se pise nos sentimentos do povo brasileiro. Ao lado dos comandantes, e em nome da disciplina, tenho certeza de que os sargentos jamais aceitarão sectarismos, partam de onde partirem".

Frisou o Sr. João Goulart que "a crise que se manifesta no País foi provocada pela minoria de privilegiados que vive de olhos voltados para o passado". — O momento que estamos vivendo — disse, em seguida — exige de cada brasileiro o máximo de calma e determinação, para fazer face ao clima de intrigas e envenenamento que grupos poderosos estão procurando criar contra o Governo.

O Presidente afirmou que o "dinheiro grosso" empregado na campanha contra o seu Governo vem dos que não se conformam com a lei de remessas de licitos, com a encampação das referências particulares e com o tabeleamento dos remédios. O "dinheiro miúdo" vem dos donos de apartamentos sonegados ao povo, dos opostores da Supra e dos comerciantes sonegadores. (Pág 3)

Reincidência

O Presidente da República sente-se bem na ilegalidade. Está nela e ontem nos disse que vai continuar nela, em atitude de desafio à ordem constitucional, aos regulamentos militares e ao Código Penal Militar. Ele se considera acima da lei.

Mas não está.

Quanto mais se afunda na ilegalidade, menos forte fica sua autoridade. Não há autoridade fora da lei. E os apelos feitos ontem à coesão e à unidade dos sargentos e suboficiais em favor daquele que, no dizer do próprio, sempre esteve ao lado dos sargentos, demonstra que a autoridade presidencial busca o amparo físico para suprir a carência de amparo legal.

Pois não pode mais ter amparo legal quem no exercício da Presidência da República, violando o Código Penal Militar, comparece a uma reunião de sargentos para pronunciar discurso altamente demagógico e de incitamento à divisão das Forças Armadas.

Já a oportunidade da presença constituiu-se numa tomada de posição em favor dos marinheiros e fuzileiros subleados na Rua Ana Néri e logo libertados pela complacente conivência presidencial. A demonstrar o claro contínuo presidencial com a indisciplina, a presença do chefe da indisciplina, cabo Anselmo, na reunião de sargentos, converteu-se no centro de solidariedade mais amplas de militares a rebelados, tudo isso sob a assistência patrocinadora

Magalhães exige que a hierarquia seja respeitada

O Governador Magalhães Pinto afirmou ontem, em manifesto à Nação, que "se por influência de inspirações estranhas e propósitos subversivos são comprometidas a hierarquia e a disciplina sem as quais elas não sobrevivem, têm as Forças Armadas o direito e o dever de pugnar pela sua própria integridade, pois de outra maneira não cumprirão o pesado e glorioso destino que a Constituição lhes assinala".

Não apolarmos nunca — afirmou o Governador Magalhães Pinto — qualquer movimento que viesse apenas agravar a intemperança dos brasileiros, já tão angustiados de aflições ou que embaraçasse a marcha acelerada em que deve

caminhar o nosso desenvolvimento social, econômico e político.

— Por isso — concluiu — atendemos ao apêlo da Marinha de Guerra e lhe damos, neste momento delicado, a nossa solidariedade, que exprime sobretudo, estamos certos, a solidariedade do povo mineiro nos seus anseios de ordem, de progresso e de paz.

O Governador Ademar de Barros disse ontem, depois de se solidarizar com a oficialidade da Marinha de Guerra, que a hierarquia é fundamento constitucional e legal, e acrescentou que a disciplina nas Forças Armadas foi agredida e abalada por atos do Governo Federal. (Pág. 2)

Fonte: Acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

No primeiro (a), temos que o presidente “João Goulart, após prometer promoções aos sargentos das Forças Armadas, fez-lhes um apêlo, em discurso proferido ontem à noite no Automóvel Clube do Brasil, para que ‘continuem cada vez mais unidos, cada vez mais disciplinados, naquela disciplina consciente fundada no respeito entre comandantes e comandados’ e para que ‘respeitem a hierarquia legal’”.

Já no segundo (b), anuncia-se que o “Presidente da República sente-se bem na ilegalidade” e que está “nela e ontem nos disse que vai continuar nela, em atitude de desafio à ordem constitucional, aos regulamentos militares e ao Código Penal Militar”, concluindo que o presidente “se considera acima da lei”. O segundo texto está todo em itálico, ou seja, o gráfico é modificado do padrão, tanto para a tipografia do título, quanto do texto. O que levanta o questionamento do porquê deste destaque. Desta maneira, em algum nível, o Jornal do Brasil, até aqui, acaba por destacar a postura absoluta de qualificação⁴³ do ato do presidente da república à época.

O terceiro (c) texto está no padrão habitual tipográfico de um artigo ou notícia em jornal, assim como o primeiro (a) e os demais da página. O terceiro (c) anuncia: “[governados de Minas Gerais] Magalhães exige que a hierarquia seja respeitada”. Traz em

⁴³Fica clara a postura do jornal ou ao menos a tendência da perspectiva do jornal em relação ao ato de Jango.

seu corpo que Magalhães “Pinto afirmou ontem, em manifesto à Nação, que, ‘se por influência de inspirações estranhas e propósitos subversivos são comprometidas a hierarquia e a disciplina sem as quais elas não sobrevivem, têm as Forças Armadas o direito e o dever de pugnar pela sua própria integridade, pois de outra maneira não cumprirão o pesado e glorioso destino que a Constituição lhes assinala”.

Se o texto em itálico (b) passa por dedução a possibilidade de uma exigência postural do Exército Brasileiro, no terceiro texto (c), creio que o manifesto de Magalhães é claro. No momento em que o jornal transcreve o trecho acima do manifesto voz de Magalhães governador torna-se eco do diálogo estabelecido pelo jornal. Este texto ainda carrega a uníssona voz do então governador de São Paulo Ademar de Barros e é terminado, indicando continuação deste discurso na página 2.

Abaixo dos três textos supracitados há ainda mais dois textos dispostos em igual destaque diagramático e tipográfico e de ordens discursivas distintas, cujos títulos dizem: “Crise traz ameaça a reescalonamento da dívida externa” e “CGT prepara greve geral e denuncia 4 governadores” (Fig. 22).

Fig. 22: Jornal do Brasil, capa, 31 de março de 1964.

Crise traz ameaça a reescalonamento da dívida externa

O conflito entre o Governo brasileiro e uma parte das Forças Armadas, resultante da revolta dos marinheiros, poderá retardar a marcha das negociações para o reescalonamento das dívidas do Brasil, pois os credores europeus desejam um mínimo de estabilidade política para poder aceitar o novo esquema de pagamentos.

As negociações, interrompidas durante a Semana Santa, serão reiniciadas hoje quando a missão brasileira, chefiada pelo Sr. Sette Câmara, deverá avisar-se, no Ministério das Finanças, com os delegados franceses. Toda a imprensa francesa acompanha com interesse a crise no Brasil, em vista da viagem de De Gaulle, em setembro e outubro, à América Latina.

O Sr. Nilo Medeiros Coeli pediu ontem demissão da Presidência do Banco do Brasil, em carta que foi entregue ao Sr. João Goulart pelo Ministro da Fazenda, Sr. Nei Galvão. Um auxiliar do Presidente da República no Palácio das Laranjeiras informou que o Sr. Medeiros Coeli não concordava com a suspensão das operações de rescalento anunciada pelo Governo.

Segundo o mesmo informante, assumirá em caráter interino a Presidência do Banco do Brasil o Diretor da Carteira de Redescantos, Sr. Hugo de Faria, que deverá tomar posse amanhã. Em Brasília, o Chefe de Casa Civil da Presidência, Professor Darel Ribeiro, confirmou o pedido de demissão formulado pelo Sr. Medeiros Coeli. (Pag. 4)

Mando Supremo das Forças Armadas.

Ontem, à noite, o País assistiu à defesa de nova ordem disciplinar pelo Presidente da República. A pretexto de respeito recíproco entre comandados e comandantes — respeito que nunca faltou no Brasil democrático, o Presidente da República deseja implantar, dentro dos quartéis, navios e aviões, a igualdade política de decisão entre comandantes e comandados.

Esse conceito anti-hierárquico, e atentatório da própria legalidade fundada na disciplina e na hierarquia de comando político-militar, foi consagrado pela defesa facciosa que o Presidente da República fez dos insubordinados. Para eles, marinheiros “homiziados” em sindicato operário, a tolerância e o perdão de uma aristocracia ilegal, porque contrária a todas as leis do País. Para aqueles que protestam em nome da disciplina e da ordem, da própria segurança da família brasileira ameaçada pela indisciplina e insubordinação, a execução pública e a desmoralização. Para os praças revoltados palavras solidárias. Para os oficiais, as ameaças. Fugindo à questão essencial da libertação de rebeldes, o Presidente atirou o peso contra a oficialidade, insinuando a ideia de que se pretendia cometer um massacre. Tão malévola foi a lembrança da prisão dos sargentos em 1961.

A disciplina facciosa não vingará no Brasil, que já protesta em Minas Gerais unido contra ela. Não vingará nem mesmo sob o manto protetor de um reformismo demagógico e insincero.

CGT prepara greve geral e denuncia 4 Governadores

Em manifesto ontem lançado à Nação, o Comando-Geral dos Trabalhadores denunciou os Governadores Carlos Lacerda, Ademar de Barros, Ildo Meneghetti e Magalhães Pinto como articuladores de uma tentativa de derrubada do Presidente João Goulart, e revelou já ter montado um esquema capaz de paralisar o País a qualquer momento.

Fontes do CGT informaram ontem que os marinheiros enguiçaram as máquinas dos navios e que os oficiais da Marinha tomaram conta do Depósito de Armamentos, não permitindo que nenhuma praça se aproxime do local. O cruzador Barroso seria a única unidade em condições de navegar. Atendendo a apelo do Ministro da Marinha, a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais realizou ontem uma distribuição de queques, lencos e goiás entre os marujos rebeldes, a fim de que eles se apresentem, hoje nos navios e quartéis, conforme foi combinado, devidamente fardados.

Os estudantes e trabalhadores de São Paulo, Minas Gerais e Estado do Rio lançaram ontem uma advertência sobre a possibilidade de deflagração de uma greve geral, enquanto a Frente de Mobilização Popular prepara-se para desfechar uma “guerra psicológica” contra os anti-reformistas. (Págs. 3 e 13)

Fonte: Acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

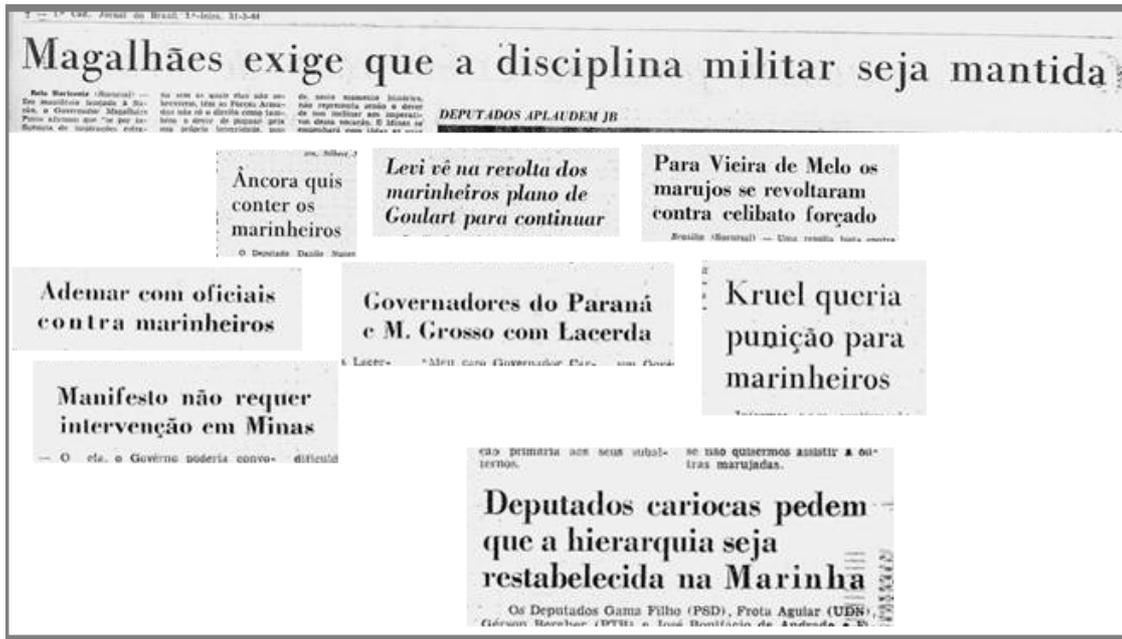
Assim como no diálogo promovido pelo Estadão, o Jornal do Brasil ressoa a exigência do manutenção do respeito a hierarquia. Contudo, as vozes do governo são ecoadas e nem todas em uníssono com a ideia de que o ato de rebeldia dos marinheiros ou mesmo do discurso sobre as reformas feito por Goulart foram atos comunistas.

Na página 2 (ANEXO II – figura 1), embora o grande destaque seja a matéria que dá continuidade ao discurso sobre o manifesto de Magalhães e maioria das demais notícias seja sobre o respeito a hierarquia, onde são ressoadas vozes que solicitam de contenção a punição dos marinheiros, apoiadores de Lacerda e até a voz da oposição do governo dizendo que a revolta dos marinheiros seria um plano de Jango para continuar no poder de presidente, onde para o, então, deputado Herbert Levi, Jango, faria isso “não importando que, para isso, leve o País ao comunismo”, uma notícia razoavelmente extensa reproduz um diálogo com um deputado titulado pelo jornal como alguém que fala em nome da liderança do governo que foi uma revolta justa contra os reacionários. Contudo, a fala do deputado é descrita como sumária e ainda diz que em “todo o seu discurso, o líder Vieira de Melo limitou-se a atribuir aos reacionários as causas fundamentais da rebelião dos marinheiros, terminando por pregar o plebiscito como solução para o problema, que, a seu ver ‘se prende às reformas de base’” (Fig. 23). A página 3 segue com mais acirramentos entre a Marinha e o governo federal (Fig. 24).

Na página 4 reverbera-se a adivinhação de um comunismo surgindo no Brasil, vozes como o governo do EUA e até jornais de lá. O Diário da Manhã, de Portugal, e o jornal Madrid navegam entre a impressão de um comunismos surgindo e a “nítida inspiração comunista” no dito motim⁴⁴ dos marinheiros. O eco de um deputado anuncia uma justificativa de um impeachment (Fig. 25). O jornal segue dando voz para o invencionismo e a especulação, onde mesmo que o comunismo seja verdadeiro, ainda assim, ao qualificar o comunismo o jornal se desloca do lugar de porta-voz das informações, como carrega o cerne da filosofia jornalística trazida nos manuais, para um construtor da realidade e absolutizador do significado de um significante.

Fig. 23: Jornal do Brasil, página 2, 31 de março de 1964.

⁴⁴Palavra usada pelo jornal português.



Fonte: Acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Fig. 24: Jornal do Brasil, página 3, 31 de março de 1964.



Fonte: Acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Fig. 25: Jornal do Brasil, página 4, 31 de março de 1964.



Fonte: Acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

No canto superior à esquerda da página 4 há o texto do colunista Castello e o título é “Minas desencadeia luta contra Jango”. O texto segue, dizendo que o “manifesto do Governador Magalhães Pinto, recebido com euforia pela Oposição e com desafôgo pelo PSD, ao qual se ofereceu um novo pólo de poder, repercutiu ontem na Câmara dos Deputados como o episódio decisivo da mobilização de forças para conter o Presidente João Goulart” (Fig. 26).

Ao lado, com o discrepante maior destaque tipográfico e diagramático, sob o título “Crise no Brasil poderá retardar negociações para reescalonamento”, uma notícia dada por um correspondente diretamente de Paris traz que a “nova crise do Brasil, recorrente da

revolta dos marinheiros, poderia retardar a marcha das negociações do reescalonamento da dívida externa brasileira, interrompidas na Semana Santa – é o que se admite nos meios econômicos e financeiros europeus”.

O texto até aqui é condizente com a proposta anunciada pelo título. Porém correspondente resolve falar pelos meios econômicos e financeiros da Europa, exigindo a fé dos leitores de que é o mensageiro da verdade. Logo adiante o texto continua dizendo que a “imprensa francesa, que de uma maneira geral atribui sua responsabilidade da crise ao próprio Governo Goulart, acha que desta vez alguma coisa vai acontecer, para valer no Brasil, e ressalta a infiltração comunista no Gôverno brasileiro” (Fig. 27). Além de comunicar em nome da imprensa francesa, o que lhe atribui a detenção da ciência dos meios econômico e financeiro, mais a da imprensa francesa, o correspondente alega que todas as empresas de jornalismo francesas não apenas acreditam, mas ressaltam a infiltração comunista no governo brasileiro à época.

Fig. 26: Jornal do Brasil, página 4, 31 de março de 1964.



Fonte: Acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Fig. 27: Jornal do Brasil, página 4, 31 de março de 1964.



Fonte: Acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

A página 5 possui um título que toma toda a parte superior e horizontal da página, noticiando que “Goulart pede aos sargentos que respeitem a hierarquia” (Fig. 28), mas logo abaixo outra notícia carrega como título “Nôvo Secretariado mineiro reúne fôrças que resistem golpe nas instituições”. Magalhães forma um secretariado “superpartidário, que agrupa tôdas as fôrças políticas dispostas a resistir a um golpe contra as instituições democráticas, ‘nesta hora de grandes perplexidades, de angústia e de insegurança para o País” (Fig. 29). Nesta oração não foi feita, como anteriormente a escolha por palavras estilos que comunicam um *para Magalhães* “nesta hora de grandes perplexidades” e etc. Permanece de maneira incessante a construção de um inimigo ou mesmo do comunismo

como inimigo, duas coisas diferentes, antagônicas a filosofia jornalística, principalmente a ideia de isenção nas notícias, assim como fez o Estadão.

Na página 6, com grande destaque tipográfico são anunciados os “Desgoverno e ilegalidade” (Fig. 30), um artigo editorial realizado sob a tutela, assim como qualquer texto publicado no jornal, do jornalista editor-chefe Alberto Dines, atuante nos dias de hoje do projeto criado por ele mesmo intitulado Observatório da Imprensa.

No canto superior esquerdo há um texto curto, mas de aparência mais longa, pois, ocupando praticamente o espaço de uma coluna, sua tipografia é de caracteres consideravelmente menores do que o texto diagramaticalmente central da capa. Sob o título “Coincidência, pedrada e reformas”, trata-se de zombaria com algum ato não especificado, mas, dado o contexto, provavelmente trata-se do episódio lá ocorrido envolvendo uma rebelião (ao menos é assim que o ato foi tratado pelos jornais aqui analisados até o momento) de marinheiros e relativo ao operariado no Sindicato dos Metalúrgicos, que sofreu intervenção de personagens do Ministério da Guerra, sob tutela de Jango. Assim como, há também algumas orações, em tom zombeteiro, destinadas ao pronunciamento na Suíça de um chanceler brasileiro pró-desarmamento das grandes nações.

À direita do texto sobre desgoverno e ilegalidade, o texto central, encontramos um texto com mais espaçamento e tipografia de mais destaque, mas nem próximo do texto central. O título diz: “Goulart retoma o diálogo com Almirantado e Câmara”. Dois subtítulos anunciam respectivamente pela diagramação “Sondagem no Exército” e “PSD articula-se”.

Fig. 28: Jornal do Brasil, página 5, 31 de março de 1964.

Goulart pede aos sargentos que respeitem a hierarquia

em discurso de uma hora e quinze minutos, a noite, no novo Clube do Brasil, por volta das 20 horas, o presidente da Associação dos Sargentos Armados, o Sr. João Goulart, fez um longo discurso, no qual pediu aos sargentos que respeitem a hierarquia.

— A disciplina não se cria com o respeito à dignidade humana.

— O Sr. João Goulart, que faz a sua profissão de advogado, pediu aos sargentos que respeitem a hierarquia. Ele disse que o "diálogo" não é para a campanha contra o Governo nos dias de hoje, mas para a defesa da democracia.

— O Presidente da República, Sr. João Goulart, pediu aos sargentos que respeitem a hierarquia. Ele disse que o "diálogo" não é para a campanha contra o Governo nos dias de hoje, mas para a defesa da democracia.

estava transformado em estudo de privilégios instituídos, reconheceu que "o grande pecado do nosso tempo foi a Igreja ter perdido contato com a classe operária".

APÊLO

— Continuamos, ao lado das nossas mães, mulheres e filhos, a pedir e a exigir a revolução social e a revolução política. Mas não nos iludamos quanto ao tempo necessário para isso. Não nos iludamos quanto ao tempo necessário para isso. Não nos iludamos quanto ao tempo necessário para isso.

— Não podemos permitir que esse dinheiro espere. Não podemos permitir que esse dinheiro espere. Não podemos permitir que esse dinheiro espere.

que, em 1961, em nome de uma tal disciplina, em nome de uma tal disciplina.

— Foi a minha formação crítica, não guardo qualquer mágoa quanto a acontecimentos. Jamais renunciei ao meu espírito de qualquer reconhecimento. Jamais renunciei ao meu espírito de qualquer reconhecimento.

— E o mesmo espírito que me move em 1961 foi o espírito que me move agora em 1964. E o mesmo espírito que me move em 1961 foi o espírito que me move agora em 1964.

monde de Sousa, Presidente da Associação dos Subalternos e Sargentos da Polícia Militar, que realizou o apoio instrutivo dos sargentos ao Governo do Sr. João Goulart, por sua decisão de executar as reformas da estrutura político-social do País, não necessariamente seu descontentamento e ao bem-estar do povo brasileiro".

— Se nossa posição é aqui reafirmada, e porque, como brasileiros e democratas que somos, entendemos a luta imposita a V. Ex. pelas forças reacionárias, mobilizadas para impedir que o Governo solucionasse, como o vosso fardo, os problemas que mais afligem a nação brasileira. — afirmou, O Presidente da Associação dos Subalternos e Sargentos da PM (PM) ainda sobre a situação por atravessar a Polícia Militar dos capitães, afirmando que se impõe, de pronto, o restabelecimento imediato da cooperação com seu nome Constitucional.

Oromar pode substituir o Gen. Jair Dantas no Ministério da Guerra

O Comandante da Vila Militar, Coronel Oromar Ovidio, admitiu ontem a possibilidade de vir a ser convocado pelo Presidente João Goulart para assumir o Ministério da Guerra, em substituição ao General Jair Dantas Ribeiro. Em conversa com amigos revelou, porém, que preferia assumir o posto em condições normais e não com o atual Ministro interino nem hospital.

— O General Benjamin Rodrigues Galhardo é militar que se afina com o Regulamento Disciplinar do Exército, não admite a quebra da legalidade democrática e tem idéias modernas do Marechal Oromar Alves e do General Assis Brasil. Já outros e Nôtes de Comandante da Zona de Defesa Sul, ao tempo em que era Comandante do I Exército e General Ovidio Alves, servindo depois no Rio e todo, posteriormente, para o Rio Grande do Sul.

Novo Secretariado mineiro reúne forças que resistem a golpe nas instituições

Belo Horizonte (Sucursal) — O Governador Magalhães Pinto iniciou ontem, com a nomeação dos Srs. José Maria Alkmin e Milton Campos, a formação de um Secretariado superpartidário, que agrupa todas as forças políticas dispostas a resistir a um golpe contra as instituições democráticas, "nesta hora de grandes perplexidades, de angústia e de insegurança para o País".

— Ao anunciar as nomeações, o Sr. Magalhães Pinto informou ter mantido contatos com os Governadores da Bahia, Espírito Santo, Sergipe e Paraná, este em Belo Horizonte, alertando-os "para os perigos em que se encontra a Democracia brasileira" e transmitindo a sua convicção de que "neste momento de intranquilidade é necessário unir para sobreviver".

Fonte: Acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Fig. 29: Jornal do Brasil, página 5, 31 de março de 1964.

Nôvo Secretariado mineiro reúne forças que resistem a golpe nas instituições

Belo Horizonte (Sucursal) — O Governador Magalhães Pinto iniciou ontem, com a nomeação dos Srs. José Maria Alkmin e Milton Campos, a formação de um Secretariado superpartidário, que agrupa todas as forças políticas dispostas a resistir a um golpe contra as instituições democráticas, "nesta hora de grandes perplexidades, de angústia e de insegurança para o País".

— Ao anunciar as nomeações, o Sr. Magalhães Pinto informou ter mantido contatos com os Governadores da Bahia, Espírito Santo, Sergipe e Paraná, este em Belo Horizonte, alertando-os "para os perigos em que se encontra a Democracia brasileira" e transmitindo a sua convicção de que "neste momento de intranquilidade é necessário unir para sobreviver".

Fonte: Acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Fig. 30: Jornal do Brasil, página 6, 31 de março de 1964.

RONDO

Coincidência, pedrada e reformas

Os nossos bochinchos têm as suas peculiaridades e as suas ironias. O tempo no Sindicato dos Metalúrgicos, que é pelas próprias operações chamado aristocrática-mente de Palácio dos Meta-lúrgicos, esteve escandalosa-mente feio: mas coube ao General Boustempe, coman-dar as operações do Exército, em nome do Ministro da Guerra: este, no momento, extraia cálculos renais, em vez de cálculos estratégicos.

A chefe do I Exército, que alguma coisa destacou no episó-dio, e já agora o Ministé-rio da Guerra interinamen-te, está com o General Au-cora: e nada melhor, reali-mente, para segurar a Ma-rinha do que um Almiran-te. Enquanto a Marinha e Exército saubam aqui as suas armas, sem ser para-da de Sete de Setembro nem nada, lá em Coimbra o Chanceler Araújo Castro detava os sújos de boca aberta clamando pelo de-sarmamento das grandes po-tências. E no meio da con-fusão duas candidatas cristãs e dois símbolos da rebelião: o marinheiro João Cândido e o Almirante Cláudio Aragão. Nada mais ino-cente.

PEDRADA

O Inssuspeito Deputado José Talário (PTB-Guanabara) explica por que D. Sandra Cavalcanti foi apre-dreada pelos seus adversá-rios na favela da Praia do Pinto:

— D. Sandra é uma mu-lher muito inteligente. Para obter a sua reforma basta

JORNAL DO BRASIL

Ed. 21 de março de 1964

Director-Presidente: C. Pereira Carneiro

Directores: M. F. do Nascimento Brito e Celso de Souza e Silva

Editor-Chefe: Alberto Diniz

COISAS DA POLÍTICA

Goulart retoma o diálogo com Almirantado e Câmara

O Sr. João Goulart deu ontem dois sinais de vontade de dar a crise o grau de aceleramento mais conveniente aos pontos-de-vista das forças políticas-parlamentares: a discussão e votação do projeto de anistia aos sargentos rebeldes de Brasília ofereceu a Oposição um instrumento de manejo fácil para influir de algum modo na evolução do episódio dos marinheiros.

Retomando o diálogo com a Presidência da Câmara e com o Almirantado, o Sr. João Goulart escolheu o único caminho que e poderia levá-lo a reassumir o controle total da situação.

Sondagem no Exército

Afirmam os porta-vozes presidenciais mais seguros que em nenhum momento o Sr. João Goulart temeu por um afastamento irremediável do foco de rebelião localiza-do em setores consideráveis da oficialidade da Marinha: o Exército, como verdadeira base da segurança do Governo, ficara de tal modo situa-do nos acontecimentos que para ele se voltaria o Presidente, tranquilamente, no momento em que sua estabilidade no cargo corresse um perigo real.

Oito generais, co-dantes de tropa, al-dos pela sondagem e e r namental, resp-um ao Sr. Alveira-remo que o Exército-tinuava em expect-trabalhando em a-fera de segurança e-lidade ao President-

PSD articula-se

Enquanto isso, os-pos do PSD começa-rticular-se para um-muda de posição em-de prováveis aco-munhos novos nas-mas horas.

Para orientar esse-bulho de articulação-gos ontem para Br-o Deputado Martin-driges, que solicita-Sr. Amarel Teixeira-vidência no senti-que fossem encam-dos para a Capital-os parlamentares-estas ainda afas-das atividades da-nara.

O líder do PSD e-consultar ampliamen-tadecada do partido-uma advertência qu-estavelmente será feit-om cordial e em ce-talvez reservado, a-João Goulart, em ri-ous perigos e que-verno exporia o Pi-ão preservasse a s-de das Forças Arm-ão pusesse fim à-tração comunista.

Desgoverno e ilegalidade

Num País em que o trabalho parou e em que qualquer atentado à ordem parece possível e até mesmo glorificado, o Presidente da República, no discurso de ontem aos sargentos e suboficiais, deu mais a impressão de um homem perdido num processo que se acelera dia a dia do que de um comandante desse processo. O processo, são e natural, é o do amadurecimento de um Brasil que se quer grande, forte, consciente de suas responsabilidades para com os brasileiros e para com o mundo. As reivindicações populares, o desejo de reforma não assistam a grande maioria do povo brasileiro. Ao contrário, que foi a eleição avassaladora do Sr. Jânio Quadros senão a prova cabal e apaixonada desse desejo de reformas? Metade do

O Presidente da República deveria ver, na atitude presente de homens até agora serenos como o Governador Magalhães Pinto, um aviso grave. O Governador de Minas jamais foi incluído entre os adversários do Presidente que se dispõem a tocar fogo no País ao menor sinal de crise política. No entanto o Governador de Minas fez um manifesto à Nação que dá a medida do assombro, do estarrecimento que se abatem sobre o País diante da aplaudida indisciplina que corrói a Marinha. No entanto, ao invés de ler e entender esses sinais austeros, o Presidente, além de se colocar ao lado dos amotinados, contra seu Ministro da véspera, reiterou no seu discurso de ontem que governa "com o povo" e não com as insti-

Fonte: Acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

O texto que anuncia um desgoverno diz que: “Num país em que o trabalho parou e em que qualquer atentado à ordem parece possível e até mesmo glorificado, o Presidente da República, no discurso de ontem aos sargentos e suboficiais, deu mais a impressão de um homem perdido num processo que se acelera dia a dia do que de um comandante desse processo”.

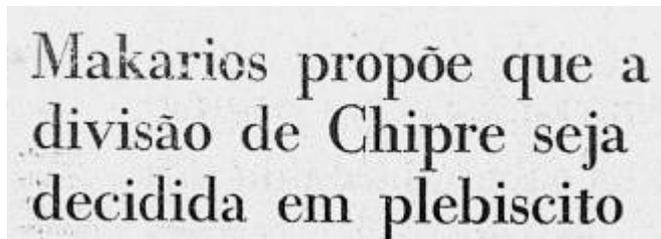
Destaco aqui o constante no editorial também que o “Presidente nem sequer aflorou o mérito das reivindicações dos marinheiros, tôdas sem dúvida, dignas da maior atenção, e nem mesmo jamais voltou sua atenção para as condições em que viviam esses homens”, mas, sim, que o “Presidente se limitou a apoiar e prestigiar os rebeldes”. Oração um tanto difícil de entender, mas parece querer afirmar que as reivindicações eram justas, embora o presidente estivesse lá apenas em ato subversivo e pela simples vontade de subversão. O editorial anuncia também que ao “Congresso, que representa a escolha de todo o povo, fez apenas uma referência”.

Muitas linhas escritas após dizer isso o editorial é encerrado dizendo que o “Brasil acelerou a sua marcha”, mas “parece ter perdido o rumo”. Está escrito também: “Convença-se o Presidente de que agitar os outros e agitar a si mesmo não é governar”. Além de que o “Presidente continua não governando, e agora na ilegalidade” (retirado do editorial do Jornal do Brasil do dia 31 de março de 1964). Esta construção de um inimigo e da incompetência presidencial é característica de uma imposição, de um diálogo centralizador das ideias a serem colocadas em debate e como devem ser colocadas.

Naturalmente o controle e o poder de coerção fazem parte da atividade discursiva, como nos mostra Foucault, mas forma como se constrói o diálogo gera uma determinada identidade dialógica, como nos mostra Bakhtin.

É interessante que no próprio jornal e na mesma publicação do periódico, na página 7, uma página dedicada a assuntos internacionais, aparece o seguinte título a uma notícia: “Makarios propõe que a divisão do Chipre seja decidida em plebiscito” (Fig. 31). Não há aqui uma contestação do plebiscito ou eleição do que estaria dentro ou fora da ordem e de que ordem se trata. Não há qualquer manifestação de desejo e poder ou centralização e ordenação de como o diálogo deve circular. O distanciamento da realidade do Chipre, talvez, a pequena ou nula importância do Chipre para as instituições e organizações que acessam e dialogam via veículos de massa faz com que tanto o tom do comunicado, quanto o que é comunicado seja totalmente diferente do que se agenda em relação ao discurso de Jango proferido para os marinheiros e suboficiais da Marinha Brasileira.

Fig. 31: Jornal do Brasil, página 7, 31 de março de 1964.



Makarios propõe que a
divisão de Chipre seja
decidida em plebiscito

Fonte: Acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

O espaço mais à esquerda no canto superior da página 8 traz um artigo sob assinatura de Wilson Figueiredo (Fig. 32), onde o título anuncia que “Goulart venceu dia de boatos com rotina e domínio de nervos”. A primeira oração construída no texto traz: “O Govêrno atravessou todo o dia de ontem dando uma demonstração de que se mantinha imperturbável diante dos boatos que se alastraram pela Cidade”.

Mais adiante no texto, segue-se que “dalí”, do governo, não partiu “ontem nenhuma informação que não fosse deliberadamente calculada para significar normalidade de ações e domínio de nervos diante dos boatos que ferviam nas ruas”. Porém, a oração construída logo acima tratava de uma suposta inquietação que se alastrava nas ruas e envolvia Minas, São Paulo e Brasília”.

Figueiredo ainda fala que “todos os homens da órbita presidencial comunicavam a certeza de que o dispositivo militar do Govêrno estava sob absoluto contrôlê e que os serviços de informação nada registravam de anormal”. Foi visível, escreve Figueiredo, o “empenho do Govêrno em retirar à crise as proporções que outros setores procuram dar aos fatos recentes”.

O texto é curto e cheio de generalizações (não diferente de outros textos do jornal), mas ainda discursa sobre um boato relacionado ao Jango e termina interpretando qualitativamente o discurso do presidente no Automóvel Clube Diz Figueiredo que o discurso se mantinha na linha do que foi feito, o que seria a “reafirmação do empenho reformista e posição de combate a qualquer manifestação entendida como subversiva pelo Govêrno federal”. Este foi, talvez, o único texto que não tratou Jango como subversivo ou deixou claro que se tratava de opinião alheia aos fatos, como foi feito com Vieira de Melo, na página 2. Contudo, na mesma página e localizados na parte superior há duas notícias que voltam ao discurso de combate ao desgoverno e ao comunismo. A primeira anuncia: “Editorial do JB nos anais da Assembléia”.

A instituição vitimada na jornada agendada pelo jornal presta uma homenagem ao mesmo e o trecho que finaliza o diálogo responsivo a iniciativa de homenagem por parte do então vice-líder da UDN, o deputado Mauro Magalhães, diz o seguinte: “Afirmou ainda o Sr. Mauro Magalhães que, ‘num País onde o Ministro da Educação toma a iniciativa de projetar filmes ensinando aos marinheiros a se sublevarem contra seus superiores, deve-se

registrar e aplaudir um editorial, cujo objetivo é apresentar ao povo a verdadeira situação que vem passando o País”.

Um último texto que destaco sobre a agenda deste dia foi uma notícia por correspondência diretamente de Moscou onde a chamada é: “Rodrigues Vale exalta influência da Rússia na salvaguarda da paz”. O então embaixador brasileiro na Rússia disse ao jornal *Sovietskaya Rossia* que o “papel da União Soviética no cenário internacional é determinado, acima de tudo, pelo fato de exercer forte influência na salvaguarda da paz mundial” e que “considera da maior importância desenvolver todos os esforços pelo fortalecimento da cooperação entre os dois países, particularmente no setor comercial”.

O texto ainda traz que “a tendência expansionista do comércio russo-brasileiro está se tornando mais pronunciada” e também que “Rodrigues Vales disse que o Brasil está interessado no fortalecimento das relações econômicas com o campo socialista”.

Fig. 32: Jornal do Brasil, página 8, 31 de março de 1964.



Fonte: Acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Na publicação do dia 1º de abril a publicação periódica expunha a situação criada até e que acabava em um desfecho de guerra civil. A manchete mais importante, a de mais

destaque tipográfico ao centro, à esquerda e à direita da página de capa, fechando o horizonte da parte superior, o anúncio: “São Paulo adere a Minas e anuncia marcha ao Rio contra Goulart”. O tipo em caixa alta “grita” aos olhos quase tanto quanto o nome do jornal ao centro mais topo da página. As notícias maiores, habituais na capa, não estavam lá. No lugar a notícia de que o I Exército, o único comandado por Jango havia invadido o Jornal do Brasil: “Gorilas’ invadem o JB”.

Logo abaixo outro anúncio do jornal: “Rumo ao ‘Front’”, diz a cartola acima da foto sob a legenda. Consta: “Tropas de Minas usaram ônibus para deslocar-se no Estado”. Por extensão outros textos, menores, são misturados diagramaticamente, mas mais à direita: “I Exército parte contra Minas”; “Deflagrada greve geral no País”; Lacerda disposto à resistência”; “Juscelino faz apêlo para a paz”; e tensão no Brasil preocupa EUA”. Todas notícias que vem a se desdobrar nas páginas internas do jornal.

Na página 5, o título do texto de mais destaque cobre o topo da página na horizontal, também, abaixo desse título há apenas textos referentes ao que se anuncia nele. Diz que: “Polícia e Exército ocupam Minas e rumam para fronteiras”. Destaco os três títulos inferiores graficamente ao supracitado, porém, destacados tipograficamente também em relação aos demais: “Manifesto de Magalhães”; “Exército em Minas: o que é”; e “Magalhães: história desde quando menino”.

Nesta página temos não somente os dogmas, as verdades de que o país estava sob o comando de um subversivo presidente e sob ameaça comunista. Neste momento da publicação do periódico temos um artigo sobre a história de Magalhães Pinto, o então governador de Minas Gerais, desde quando criança. Seu manifesto diz que foram “inúteis tôdas as advertências que temos feito ao País contra a radicalização de posições e de atitudes”.

Diz ainda que “quando a crise nacional ia assumindo características cada vez mais dramáticas, inútil foi também nosso apêlo ao Gôverno da União para que se mantivesse fiel à legalidade constitucional” . A página inteira trata apenas do agendamento noticioso sobre a tomada ou ocupação (dependendo do signo que se constrói e o jornal escolhe o termo ocupação) das ruas de Minas Gerais por parte do II Exército. A notícia principal cita sob um intertítulo que parece mais uma cartola apenas a palavra *censura* e no texto consta que depois “da ocupação de duas sucursais, a Polícia Militar rumou para as estações de

rádio e redações de jornal, completando o círculo sobre as comunicações ao ocupar a central de telex, no Departamento de Correios e Telégrafos”.

Não houve aqui a repetição do tratamento que foi dado a invasão do I Exército a rádio do JB, onde o destaque diagramático e sua localização em área mais nobre do jornal já inicia em seu título um estilo discursivo onde se opta pela qualificação de Gorilas, os soldados sob tutela do Ministério da Guerra e do presidente Jango. No artigo biográfico sobre Magalhães que trazia até informações de quando vendia repolho durante a infância vem logo acima de uma foto do general que tomou o controle de Belo Horizonte. A cartola sob a foto diz: “As rosas antes da crise”. A legenda diz que o “General Luís Carlos Guedes, que também gosta de plantar rosas, é o Comandante da ID-4 e controla, desde ontem, Belo Horizonte”.

As notícias na página ainda trazem que o plano de unir polícia militar e exército esperava a hora, que a bancada mineira da UDN era solidária e que a polícia militar estava com todas as unidades de prontidão duas horas após divulgação do manifesto do governador Magalhães (Fig. 33).

Fig. 33: Jornal do Brasil, página 5, 01 de março de 1964.

destoamento do que filosoficamente um jornal se propõe a ser quando se torna dogmático, como efeitos possíveis desse tipo de discursividade ou de dialogismo.

A página 6 é mais uma página do jornal, cujo título da notícia principal toma todo o horizonte do topo da diagramação destinada as notícias e artigos. Lá diz que o general “Kruel ergue II Exército contra o comunismo”. A notícia sob esse título toma apenas parte das colunas destinadas e se mistura, de alguma forma, a outra notícia, esta “engolida” pelo título acima citado e diz: “Fuzileiros com metralhadoras invadem JB e tiram Rádio do ar”. A menção de fuzileiros é especificamente aos envolvidos no ato e pertencentes ao I Exército, o exército leal a Jango e ao ministro da guerra, cuja invasão ao Jornal do Brasil já foi citada aqui. Logo abaixo há outra notícia e esta traz algo destoante das atividades envolvendo os exércitos: “CGT [Comando-Geral dos Trabalhadores] aciona dispositivo de greve visando parar o Brasil”. A escolha de palavras é interessante, porque dentro do que o jornal vem construindo como narrativa, pelo que analisamos, o CGT esteve sempre a favor do que o jornal e as vozes a quem o jornal teve uma atitude responsiva de concordância chamaram de subversivo (Fig. 34).

Fig. 34: Jornal do Brasil, página 6, 01 de março de 1964.



Fonte: Acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Mantendo o padrão de tipográfico o título da notícia principal na página 7. Duas notícias que falam de atitudes tomadas pelo Poder Executivo são anunciadas: “Exército monta esquema de segurança em frente ao Ministério da Guerra” e “Araújo Susano assume o Estado-Maior da Armada”. Ambas as notícias são “engolidas” pela manchete principal: “General Mourão diz que Goulart deve ser afastado do Poder” (Fig.35).

Fig. 35: Jornal do Brasil, página 7, 01 de março de 1964.



Fonte: Acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Por fim, da proposta de análise sobre os textos relativos a este caso da discursividade em importantes jornais dias antes a implementação do que viria a se tornar um regime militar, trago o editorial “Fora da Lei”. O longo texto inicia bradando o resumo da ópera que propõe apresentar: “Desde ontem que se instalou no País a verdadeira legalidade: aquela que através das armas do movimento mineiro e paulista de libertação, procura imediatamente restabelecer a legalidade que o caudilho não quis preservar, violando-a no que de mais fundamental ela tem: a disciplina e a hierarquia militares” e, para o jornal, só “há uma legalidade – a legalidade dos brasileiros liderados por Minas e São Paulo”.

Ao finalizar este capítulo, podemos ver que a questão da relação entre dogma e discursividade jornalística não é apenas hipotética. Contudo, trata-se tão pouco de declarar como resultado deste trabalho a linguagem jornalística uma linguagem dogmática. A ideia hipotética sobre religiosidade vinha de uma primeira idealização em uma antítese surgida das associações criativas e racionais de primeiros entendimentos das semelhanças superficiais dedutivas entre o dogma na religião e a construção de determinados discursos no jornalismo. Em realidade o dogma é tratado aqui a partir da ideologia de dogma e da ideologia de sistema linguístico, onde colocamos essas coisas em relação para um ato de interligação e pensamento que veio servir como perspectiva de leitura sobre determinadas discursividades jornalísticas.

No próximo capítulo trago minhas considerações finais e a articulação das ideias trazidas neste trabalho com a caminha que percorri até aqui, enquanto pesquisador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento do texto, creio que antes de trazer algumas considerações finais sobre o jornalismo e o dogma devo colocar em algumas palavras o que moldou a trajetória desta dissertação até aqui.

Quando iniciei minha pesquisa, eu trazia inquietações sobre o jornalismo e as diferenças da prática da profissão em relação ao que chamei em alguns momentos de filosofia do jornalismo. Todo o modo de dever ser e dever fazer universalizados destoam por vezes da prática jornalística. Inicialmente, meu projeto para esta dissertação era pensar a cultura de redação no jornalismo, mas, como citado ao logo deste texto, meu orientador, Pedro Russi, propôs um desafio diferente do que eu pensava para a dissertação. Foi daí que surgiu a proposta de tensionar jornalismo e dogmatismo.

As atividades produtivas no jornalismo sempre me foram de grande interesse, tanto as internas que se dão na relação cotidiana entre os profissionais e suas lógicas trabalhistas quanto as externas enquanto reconhecimento (contato), em termos *veronianos*, com os leitores dos discursos/diálogos elaborados através da linguagem jornalística e das linguagens mais cotidianas, ou seja, não consideradas profissionais e que se atravessam a linguagem jornalística como forma de resposta, contato, disseminação, etc.

A proposta de pensar o dogma e até mesmo o religioso na linguagem jornalística por si foi um obstáculo epistemológico (ainda o é), além de haver algo de conotativo no estabelecimento conceitual desta relação. Não é da norma ou normal pensarmos o jornalismo por um viés de dogmatismo, mas é neste lugar (fora da norma) que muitas vezes vemos aquilo que não era claro ou aceitável por norma que fosse pensado. A oferta de pensamento também não deve ser entendida como uma nova normatização, mas como uma oferta de pensamento, um convite a pensar junto aquilo que inicialmente pensava-se sozinho ou acreditava-se que sequer era pensado antes de alguém buscar um valor científico naquilo.

A intenção desta dissertação foi abrir caminho para uma proposição para questionamento do normativo, quando lidamos usualmente com a linguagem jornalística. Os primeiros momentos desta jornada foram de contato com o que se entendia em enciclopédias e dicionários de campo sobre religião e dogma. O segundo foi entender da forma mais abrangente possível as conceitualizações de linguagem e gramática, para só então relacionar estas coisas. Apenas depois disso foram pensadas lógicas para apontar e trabalhar a comunicação gerada e o que havia de relacionável nestes conceitos que implicava nos moldes da comunicação gerada.

Por norma, não é comum pensarmos de maneira associativa, a não ser que isto ocorra de maneira bastante restringida. Academicamente há muito apreço por categorizar as coisas e colocá-las em “caixas”, no seu “devido” lugar. A expressão dever é muito interessante, pois pode gerar sensações muito fortes e pode trazer a falsa segurança de que não cometemos erros ao expressarmos o quanto entendemos dos nossos deveres. Contudo, aproveitando que a lógica foi usada metodologicamente neste trabalho, é necessário lembrarmos que não podemos fazer mais do representar coisas, nossa criação depende de referências, ou seja, o dever está na ordem da lei e a produção de legi-signos é falha por natureza.

O que mais me impulsionou no caminho de, em algum nível, me permitir alguma livre associação de ideias, junto ao meu orientador, foi a retomada do esquecido conceito de inteligência. Conceito originalmente criado para descrever a capacidade humana (creio que seja animal e não restrita a humanos) de interligar/associar coisas. Por muito tempo o conhecimento do mundo se locomoveu por esses mares, antes da era da memorização, da vaidade acima da dúvida, da velocidade como primazia e como sinônimo de qualidade e até de responsabilidade, do desejo insaciável de coletar dados para promover quantidade como qualidade; antes da análise ser frágil ou mera reconfiguração textual e reaplicação do que já foi dito.

Quanto ao jornalismo e ao dogma, creio que seja assertivo dizer que o jornalismo não cria dogmas em uma cartilha que traz entre outras coisas os dez mandamentos do jornalismo. Tão pouco se dá de maneira generalizada. As marcas estão nos jornais e cada jornal faz um jornalismo diferente. Contudo, existem os manuais acadêmicos e as premissas universais, que generalizam o entendimento sobre acontecimento, verdade, etc.

Não são cartilhas construídas pela forma do dogma, mas pela estrutura de conteúdo e sua estética verbal. O editorial, o manual próprio da empresa, etc.

O intuito primeiro dos jornais é o de dizer o que é o jornalismo, o que é notícia, quais as informações de um determinado acontecimento (e até mesmo os fatos de um determinado acontecimento) são relevantes.

O jornal diz o que é importante e como é importante se interpretar algo. As tradições escolares teóricas já evidenciaram, até segunda ordem, tendo em vista que o conhecimento nunca é cristalizado, que os leitores não absorvem o que leem de maneira absoluta e sem refletir a respeito do que leem. Contudo, há um contrato de leitura e o *reconhecimento* (contato entre produtor e receptor) por parte do receptor da mensagem (Verón, 1993), o leitor.

Entendo que esse *reconhecimento* é regulado pelo produtor da mensagem, porque a regulação ocorre no contato e no contrato de leitura. A tendência do leitor é a de se familiarizar e apreender a linguagem e a constituição simbólica de visão de mundo do jornal.

Por esse motivo trouxe algumas enunciações (em sentido *bakhtiniano*) que possam apontar para alguma aproximação do sistema discursivo jornalístico a sistemas discursivos como o religioso que se voltam a produção de sentido em direção a uma dogmatização. Esses enunciados não são o estudo de caso em si, que é muito mais a linguagem jornalística do que qualquer outra coisa. Muito menos servem de exemplo, não são exemplares. Não são postos aqui para cristalizar efeitos ou escolher efeitos que levem a uma análise que defina uma homogeneização de todo o fazer jornalístico.

Considero interessante até aqui, mais do que qualquer outra coisa, o entender sobre determinados processos comunicacionais no jornalismo que se estabelecem em algum tipo de dogmatização na linguagem, porque, por inferências, há uma certa identidade de verdade e retratação fidedigna dos acontecimentos naturais e mesmo sociais por cada jornal como se fosse a real captura da realidade em si diante daqueles que descrevem essa realidade, ignorando a natureza da produção de sentido humana na produção textual e enunciativa ou manipulando essa natureza, fazendo uso do conhecimento dessa natureza da produção textual e enunciativa por uma vontade de verdade e coerção (Foucault, 2009) –

parte constitutiva da discursividade, para Foucault – daqueles que se deparam com elas: os leitores.

O conhecimento não se cristaliza, mas a abdução também nos permite ver o que é falso ou falho, que não demonstra ser verdadeiro. Assim como aquilo que parecia de um jeito, mas era um pouco ou muito diferente do que parecia primeiramente. A planície do olhar sobre o mundo esférico é o que naturaliza uma perspectiva como “a” verdade. Perspectiva é central em uma notícia, no jornalismo e em qualquer raciocínio.

O “casamento” dos dialogismos fechados (centralizados, centrípetos) característicos tanto na discursividade científica, quanto na discursividade jornalística torna-se um atenuante no treinamento da visão do aspirante a jornalista e na conquista do público leitor, ouvinte e telespectador pelo jornalista treinado através de uma dogmática construção discursiva e dogmática orientação de leitura da realidade sob a ótica de uma visão de mundo que oferece uma falsa ideia de verdade incontestável produzida sobre a crença da reprodução exata e em completude dos acontecimentos pertencentes aos mundos natural e social ou da exatidão e completude de tudo que importa ser reportado em determinado acontecimento de natureza tanto natural, quanto social.

O efeito também recai sob o leitor, ouvinte e telespectador. Além disso, o jornalista também é leitor, ouvinte, telespectador. Ou seja, independente de qualquer possibilidade de relação dialógica mais aberta entre o jornal e seu leitor, a proposta do dialogismo fechado iniciado pelo jornal ao construir sua enunciação dentro dos formatos jornalísticos é a proposta de que o leitor haja com fé.

O jornal propõe ao leitor, ouvinte, telespectador que entre em um diálogo dialógico fechado e através de um ato de fé em que o jornal serve à verdade e liga seu leitor, ouvinte, telespectador *à verdade* – a “grande” verdade.

O presente trabalho não foi realizado para ofertar uma proposição do que é o jornalismo. O título traz, em sua enunciação, o que vem a ser mais dedutivamente o trabalho: indica mais a perspectiva de caminhada do que qualquer outra coisa. Contudo, somente ao ler o trabalho é possível compreender o que ele possui de *legi-signo*, de

simbólico, peirceanamente falando⁴⁵. A intenção deste trabalho é de produzir inferências a partir de matéria (material⁴⁶) observável de natureza jornalística.

Os textos de cada veículo são diferentes, baseado na ideia de que tudo é subjetivo, porque é construído por sujeitos. Na busca por leitores ou retorno daquilo que se publica, textos jornalísticos são, por vezes, ao menos, construídos com características de textos religiosos: são dogmáticos e "evangelizadores" (metaforicamente). Cada jornal tem um olhar e ensina a ver por aquele olhar, mas os manuais dizem que o jornalismo retrata a realidade. Só que cada jornal mostra fragmentos de uma realidade e sob um certo viés. Isso é mais sutil do que se separar jornais como de esquerda e de direita. É a natureza humana e, conseqüentemente, da língua e da linguagem. Assim como de qualquer outra forma de representar algo. Nem mesmo uma foto pode capturar a realidade, apenas um fragmento dela. Mesmo uma foto constrói uma realidade que já não é mais a realidade natural. Simplesmente, porque não há como gerar a representação concreta e fidedigna da natureza daquilo que se retrata, do mundo natural ou social.

O mundo social é processualmente referenciado pelo mundo natural, o ser humano é parte da natureza e sua forma de pensar e operar tem como natureza o mundo natural que o criou. Somado a isso, hipoteticamente, os jornais têm a potencialidade na natureza do discurso de dogmatizar seu leitorado, pra incutir a crença de que eles mostram a realidade *nua e crua*. Aparentemente procuram fazer isso, ao menos por vezes, em realidade.

Meu trabalho, em tese, reforça trabalhos antigos que contrariam as ideias positivistas e iluministas da "matematização" das coisas, em que se criaram conceitos como imparcialidade e isenção. Não é possível viver de maneira alguma sem ser parte ou sendo isento, porque não é uma questão de escolha humana. Somos corpos significantes, somos nós que geramos os significados sociais e a partir da mentalidade humana. Coisas básicas como andar são construções da processualidade de aprendizado humano e estão inclusive em nível genético. Por isso é mais sutil do que um jornal ser de direita ou de esquerda.

45O verbo falar aqui é utilizado com a intenção de promover uma conotação, uma metáfora da fala, portanto, refiro-me a fala neste momento do texto como aquilo foi inscrito enunciativamente de maneira analítica sob o viés peirciano de significado simbólico.

46Faço essa explicação para não haver confusão com o termo matéria jornalística equivalente a um estilo gramatical/textual do jornalismo.

Não seríamos capazes sequer de "cristalizar" um conhecimento, porque não teríamos conhecimento para cristalizar, muito menos teríamos a natureza criativa, a natureza racional, para transformar um conhecimento dado. Existe uma ideia falsa de que somos e podemos ser isentos. Isso facilita a estabilização de crenças, como se fossemos imunes a transformações e mesmo erros. Desta maneira, criamos verdades absolutas e nos sentimos sempre seguros. As ideias de certo, errado, ético, moral, e afins, também são criações humanas.

Qualquer objeto que passe a ter um significado social, como uma cadeira, quando passa a ter funções sociais de "oferecer" descanso ou comodidade à mesa sai de um âmbito meramente dedutivo e passa para algo mais. Algo que só existe por causa da razão criativa humana, porque nós seres humanos passamos a dar uma razão para a existência dessa cadeira. Peirce (2008), chamou isso de abdução.

Uma pedra pode exercer a mesma função que uma cadeira. Contudo, quem gera esse tipo de significado de dar função a algo é o ser humano. Tudo que está na ordem da explicação, da função, etc, são de ordem criativa e é constituído com base em hábitos que levam a uma crença.

Tudo que obtém significado social é signico de natureza mais simbólica do que qualquer outra coisa, embora Peirce não separe as outras naturezas do signo, como pesquisadores fazem em seu nome. Peirce não classifica os signos e os enquadra em uma de suas três naturezas (ícone, índice e símbolo), justamente porque são naturezas inerentes a qualquer signo. Creio que o mais importante na lógica peirciana para explicar o lógico, não seja estas três naturezas, mas o fato de que vemos as coisas em três estágios e é isso que possibilita nossa razão criativa. São os estágios da primeiridade, secundidade e terceiridade (Peirce, 2008). O "salto" da secundidade para a terceiridade nos permite sairmos da mera dedução para algo mais. É o mais poderoso ato e nos leva a outro: o ato de inteligência.

Nossa capacidade de associar as coisas é o que nos permite criar, pensar, praticar, errar, entender, negar, refazer, etc. Quando o jornalismo se dedica a estética verbal da isenção ou vai mais além, estabelecendo uma dogmatização de pensamento, parece ser sustentado pela ideia de que reproduz o mundo em um tipo de significado não baseado em inferências mentais (abdução). Muito menos que posteriormente são dedutivas, quanto

mais indutivas. Menos ainda que esse processo levará a uma nova inferência mental ou que exista a possibilidade de nova inferência mental. A inquirição não parece ser para este tipo de jornalismo a lógica de pensamento. Aparentemente, para o jornalismo dogmático, a verdade só não vem à tona por mal jornalismo ou por erro humano, mas um erro humano enquanto imperfeição, quando por algum motivo algo não foi bem “apurado”.

Como encerramento desta dissertação quero não deixar encerrada a discussão estabelecida por este diálogo, esta enunciação. Ao longo destes mais de dois anos estive aprendendo e pensando, tentando, também, expressar o que pensei, articulei e descobri nestas linhas, mas também em muitos outros textos. De um artigo a muitos textos soltos, conversas e leituras, estive sempre semeando a dúvida e a reflexão. Sempre com muitas inquietações. As inquietações permanecem e o desejo de continuar em frente com o que comecei também, junto ao cansaço, e a sensação do peso de uma pesquisa. As descobertas que fiz obviamente, pela natureza dos signos, não surgiram de um mundo virgem, tão pouco a qualidade do novo veio de tal lugar. Muitas associações e dúvidas são resultantes de muitas discussões e muitas aberturas de diálogos. Às vezes, penso que mais do que deveria. Em outros momentos, penso, também, que menos do que deveria. Contudo, o que me trouxe até aqui foi o desejo e as inquietações intrincadas a este discurso que se produz em busca não de resultados, mas de aprendizados. Resultados e efeitos, pra mim, são apenas consequências e mais do que nunca me fazem sentir medo de me cristalizar.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Amado. *Prólogo a la edición española*. In: Saussure, Ferdinand de. Curso de lingüística general. 6. ed. Buenos Aires: Editorial Losada, 1967.

ALSINA, Miquel Rodrigo. *A construção da notícia*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

BARRENA, Sara. *La razón creativa: crecimiento y finalidad del ser humano según Charles Sanders Peirce*. Madrid: Rialp, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo : Martins Fontes, 2003.

BACHELARD, Gaston. *A noção de obstáculo epistemológico*. In: A formação do espírito científico. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 17-28.

BIBLIOTECA NACIONAL. Periódicos dos dias 31 de março e 01 de abril de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=. Acesso em: 10 de junho de 2019.

FRASER, Bond. *Introdução ao jornalismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1962.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 19. ed. São Paulo : 1996.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo : Ática, 2008.

KOOGAN, A (org.). Enciclopédia Delta Larousse. 2. ed. Rio de Janeiro : Delta, 1964.

MOUILLAUND, Maurice. *O jornal: da forma ao sentido*. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 2012.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

PEIRCE, Charles Sanders. (1905). *The nature of science (adirondack summer school lectures)*. MS 1334, 46-48.

PEIRCE, Charles Sanders. (1903). *Harvard lectures vii: pragmatism as the logic of abduction*. [4]. MS 315; EP 2.226-241.

PEIRCE, Charles Sanders. *Como tornar as nossas ideias claras*. Sem data.

PONS, José Santiago. *SCIO*, nº12, nov. 2016, p. 99-122.

O ESTADO DE S. PAULO. Acervo. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/> . Acesso em: 10 de junho de 2019.

RIBEIRO, Jorge Claudio. A religião do jornalismo. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 35-51, dez. 2007.

SILVA, Flávio Augusto Queiroz. Observação no lugar de intuição: questões referentes à introspecção e a subjetividade. *Cognitio-Estudos*, São Paulo, vol. 11, nº 2, jul./dez. 2014, p. 258-270.

VERÓN, Eliseo. Esquema para el análisis de la mediatización. *Diálogos de la comunicación*, Buenos Aires, n. 48, p. 9-16, 1997.

VERÓN, Eliseo. *La semiosis social: fragmentos de una teoría de la discursividad*. Barcelona: Gedisa, 1993.

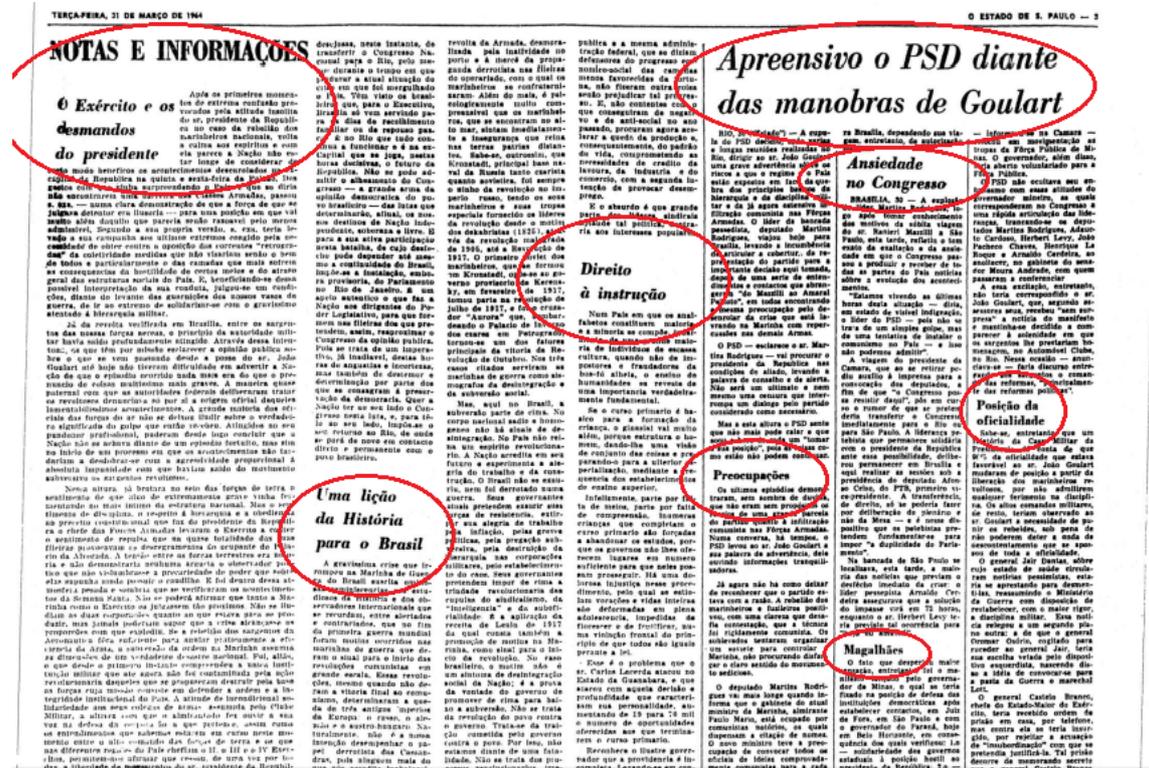
“Senado pede ao STF que rejeite ação na qual Dilma questiona impeachment”. Portal G1. Acesso em: 03 dez 2017. <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/11/senado-pede-ao-stf-que-rejeite-acao-na-qual-dilma-questiona-impeachment.html>.

“Após impeachment, Temer se prepara para combater críticos”. Acesso em: 03 dez 2017. <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/08/1805485-aposimpeachment-temer-se-prepara-para-combater-criticos.shtml>.

“Defesa de Dilma apresenta alegações finais no processo de impeachment”. Acesso em 03 dez 2017. <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2016/07/defesa-de-dilma-apresenta-alegacoes-finais-no-processo-de-impeachment.html>.

ANEXO I - figuras com recortes de meia página de exemplares do Estadão

Figura 1: Jornal Estadão, página 3, dia 31 de março de 1964.



Fonte: Acervo Estadão.

Figura 2: Nosso Estadão, página 3, dia 31 de março de 1964.

no âmbito de um processo que se desenvolveu não tardando a demonstrar-se a necessidade de uma intervenção mais ampla e abrangente do que a que se realizou até então. Não se trata de uma intervenção de caráter político, mas de uma intervenção de caráter técnico e científico, a ser feita pelo Estado, através de uma comissão de especialistas, para estudar e propor as medidas necessárias à melhoria da situação econômica do país.

Nessa altura, já se estava a falar de uma intervenção mais ampla e abrangente do que a que se realizou até então. Não se trata de uma intervenção de caráter político, mas de uma intervenção de caráter técnico e científico, a ser feita pelo Estado, através de uma comissão de especialistas, para estudar e propor as medidas necessárias à melhoria da situação econômica do país.

Uma lição da História para o Brasil

A situação atual do Brasil é a resultante de um longo processo de desenvolvimento econômico e social. A história do Brasil é marcada por momentos de crise e de renovação. É importante aprender com a história para evitar os erros do passado e aproveitar as experiências bem-sucedidas.

A situação atual do Brasil é a resultante de um longo processo de desenvolvimento econômico e social. A história do Brasil é marcada por momentos de crise e de renovação. É importante aprender com a história para evitar os erros do passado e aproveitar as experiências bem-sucedidas.

Preocupações

As preocupações do Brasil são de natureza econômica e social. A inflação e o desemprego são os principais problemas. É necessário implementar políticas que promovam o crescimento econômico e a criação de empregos.

As preocupações do Brasil são de natureza econômica e social. A inflação e o desemprego são os principais problemas. É necessário implementar políticas que promovam o crescimento econômico e a criação de empregos.

Magalhães

O general Magalhães é uma figura importante da história do Brasil. Ele desempenhou um papel crucial na consolidação da República e na defesa da democracia.

O general Magalhães é uma figura importante da história do Brasil. Ele desempenhou um papel crucial na consolidação da República e na defesa da democracia.

Imperativo da mudança do Congresso

É imperativo que haja uma mudança no Congresso para garantir a estabilidade política e a eficiência da administração pública. A atual composição do Congresso não reflete adequadamente a vontade do povo brasileiro.

É imperativo que haja uma mudança no Congresso para garantir a estabilidade política e a eficiência da administração pública. A atual composição do Congresso não reflete adequadamente a vontade do povo brasileiro.

Queda do padrão de vida

Existe uma preocupação com a queda do padrão de vida da população brasileira. Isso é resultado de fatores econômicos e sociais que afetam especialmente as classes mais vulneráveis da sociedade.

Existe uma preocupação com a queda do padrão de vida da população brasileira. Isso é resultado de fatores econômicos e sociais que afetam especialmente as classes mais vulneráveis da sociedade.

Oito generais

Um grupo de oito generais está sob investigação por supostas irregularidades. O caso envolve questões de ética e de integridade pública, e requer uma investigação minuciosa.

Um grupo de oito generais está sob investigação por supostas irregularidades. O caso envolve questões de ética e de integridade pública, e requer uma investigação minuciosa.

Indicação

Houve uma indicação para uma nova nomeação no governo. A indicação foi feita por uma comissão de especialistas, que recomendou a nomeação de um profissional qualificado para o cargo.

Houve uma indicação para uma nova nomeação no governo. A indicação foi feita por uma comissão de especialistas, que recomendou a nomeação de um profissional qualificado para o cargo.

Fonte: Acervo Estadão.

ANEXO II - figura com imagem de página inteira da página 2 da publicação do dia 31 de março de 1964 do Jornal do Brasil



Fonte: Acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.